

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

ELAINE BORGES

**A MISSÃO DE PAZ NO HAITI (MINUSTAH) E A RECONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO
EXÉRCITO BRASILEIRO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO.**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

ELAINE BORGES

**A MISSÃO DE PAZ NO HAITI (MINUSTAH) E A RECONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO
EXÉRCITO BRASILEIRO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Linha de Pesquisa Processos globais, Sociabilidades e Identidades, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Sociologia Política, sob a orientação da Prof. Dra. Lana Lage da Gama Lima.

ORIENTADORA: PROF. DRA. LANA LAGE DA GAMA LIMA

ELAINE BORGES

**A MISSÃO DE PAZ NO HAITI (MINUSTAH) E A RECONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO
EXÉRCITO BRASILEIRO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Linha de Pesquisa Processos globais, Sociabilidades e Identidades, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Sociologia Política, sob a orientação da Prof. Dra. Lana Lage da Gama Lima.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Lana Lage da Gama Lima (Orientadora - Presidente) - UENF

Professora Doutora Maria Celina D'Araújo – PUC-Rio

Professor Doutor Frederico Carlos de Sá Costa – UFF

Professor Doutor Hugo Borsani – UENF

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ, 2011

Para Rafael Tardin, companheiro incansável em todos os momentos.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com muita dedicação e apreço. Eu não poderia deixar de agradecer a algumas pessoas que me auxiliaram nessa jornada, e espero que minha memória não seja injusta.

A Deus, por ter permanecido ao meu lado apesar de minhas dúvidas e angústias.

A minha família, por ter me dado suporte necessário nesta jornada. A meus avós, meus pais, meus tios Elaine, Elismar, Elilton e Chiquinho, minha irmã Ellen, meu cunhado Kathone e meu sobrinho Neto, meu muito obrigada.

A Rafael Tardin devo minha sustentação emocional desde o início do mestrado. Foi ele quem permaneceu a meu lado incondicionalmente, me dando forças quando eu não acreditava que tinha.

A meus amigos, por terem me proporcionado momentos de distração e divertimento quando precisei. Outros discutiam incansavelmente o tema comigo, acrescentando suas importantes opiniões. Dentre meus amigos destaco Anízio, Mara, Priscilla, Renan, Levenson, Dalina, Wallace e Carlos.

Esse trabalho seria muito mais difícil, senão impossível, se eu não contasse com o apoio essencial de minha orientadora, Lana Lage. Em todo o processo, Lana apontou minhas falhas, me deu alternativas para a pesquisa, manteve-se ao meu lado sempre que precisei e serviu como um modelo de inspiração profissional pra mim. Seu rigor acadêmico e compromisso com a excelência certamente são inspiradores.

A Maria Celina D'Araújo, auxílio indispensável para este trabalho. Suas contribuições no projeto de dissertação foram preciosas para o desenvolvimento da pesquisa, e seu convite para o estágio da RESDAL foi indispensável para minha carreira e este trabalho.

Ao professor Luis Felipe Neves, por suas contribuições e disponibilidade sempre presentes. Sua ajuda foi de extrema importância para o desenvolvimento deste trabalho, seus questionamentos e colocações, indispensáveis.

Ao professor e amigo Frederico Costa, por ter me apresentado ao tema e ter me ajudado diversas vezes após minha graduação. Sempre me estimulou a continuar com a pesquisa, e por diversas vezes, me escutou e auxiliou mesmo sem ter a obrigação de fazê-lo.

À equipe da Rede de Segurança e Defesa da América Latina (RESDAL), em especial às diretoras Marcela Donadio e Paz Tibiletti, e ao pesquisador e amigo Patrício Gaido. O carinho, a receptividade e o profissionalismo de toda equipe tornaram minha experiência ainda mais agradável e produtiva.

Aos militares que entrevistei, direta ou indiretamente. Suas contribuições foram essenciais ao meu trabalho, e os agradeço por me darem a oportunidade de ouvi-los.

Ao comandante e demais responsáveis do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), local onde realizei minha pesquisa de campo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela concessão da bolsa que foi indispensável para a confecção deste trabalho.

À secretária da Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF, Neila Riscado, pelo auxílio prestado; aos professores do Programa pelas aulas ministradas, trocas de informações e crescimento acadêmico.

A todos, o meu muito obrigada.

Resumo

O Haiti sofre interferência direta da ONU desde 2004, através da MINUSTAH, que se enquadra no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que trata de ações relativas a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão. O Brasil tem participação substantiva nessa missão, com importantes consequências para nossa política externa, mas nosso objetivo é destacar como essa participação tem interferido na reconstrução da imagem e do papel do Exército brasileiro no período pós-redemocratização. Focalizamos particularmente o contexto depois do terremoto que, em janeiro de 2010, devastou aquele país, para analisar como a imprensa colaborou para a construção de um novo perfil do Exército brasileiro, em que a subordinação ao poder civil e o heroísmo e bravura nas ações no exterior procuram se sobrepor à memória deixada pela ditadura militar.

Palavras-chave: Exército brasileiro, MINUSTAH, resgate da imagem

Abstract

Haiti suffers a direct interference of the United Nations since 2004, through MINUSTAH, which falls under Chapter VII of the United Nations Charter, which deals with actions related to threats to peace, breach of the peace and acts of aggression. Brazil has substantive participation in this mission, with important consequences for our foreign policy, but our purpose is to highlight how such participation has interfered with the image reconstruction and the role of the Brazilian Army in the post-redemocratization. We will particularly focus on the context after the earthquake in January, 2010, that devastated Haiti, to examine how the press helped to build a new profile of the Brazilian Army, in which the subordination to the civil power and the heroism and bravery in action on the outer try to overlap the memory left by the military dictatorship.

Keywords: Brazilian Army, MINUSTAH, image reconstruction

Lista de abreviaturas e siglas

ABIN – Agência Nacional Brasileira de Inteligência
AI – Ato Institucional
AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras
ANL – Aliança Nacional Libertadora
ALN – Aliança Libertadora Nacional
BOPE – Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro
BRABAT – Batalhão Brasileiro
CARICOM – Comunidade do Caribe
CBA – Comissão Brasileira pela Anistia
CCOPAB – Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CDMA – Conferência de Ministros de Defesa das Américas
CEPAEB – Centro de Preparação e Avaliação para Operações do Exército Brasileiro
CFAC – Conferência de Forças Armadas Centro Americanas
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COLINA – Comando de Libertação Nacional
COLOG – Comando Logístico
CCOMSEx – Comunicação Social do Exército
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CS – Conselho de Segurança
COTER – Comando de Operações Terrestres
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
DOI\CODI - Destacamento de Operações e Informações\Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
EMCFA – Estado Maior Conjunto das Forças Armadas
ESG – Escola Superior de Guerra
ESPCEX – Escola Preparatória de Cadetes do Exército
EUA – Estados Unidos da América
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JK – Juscelino Kubitschek
MD – Ministério da Defesa
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para estabilização no Haiti
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN – Operação Bandeirantes
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONG – Organização não-governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PDN – Política de Defesa Nacional
PDS – Partido Democrático Social
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNH – Polícia Nacional Haitiana
PNDH-3 – Programa Nacional de Direitos Humanos
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
RSS – *Regional Security System*
SNI – Serviço Nacional de Informações
STM – Superior Tribunal Militar
UNASUL – Conselho Sul Americano de Defesa
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora
VAR-Palmares – Vanguarda Revolucionária Palmares

Lista de quadros

Quadro 1: Presença da ONU no Haiti	64
Quadro 2: Principais órgãos ligados às Missões de Paz	68
Quadro 3: Categorias operacionais realizadas pela ONU nas Missões de Paz	69
Quadro 4: Criação de centros especializados na América Latina	73
Quadro 5: Principais eventos da MINUSTAH	77
Quadro 6: Missões, visão de futuro, cursos e estágios da CCOPAB	85
Quadro 7: Principais pontos do informe do Secretário Geral da ONU em abril de 2010.	94
Quadro 8: Organograma do Ministério da Defesa	115
Quadro 9: Organização do sistema de Defesa	116
Quadro 10: Principais ações do governo Lula sobre Defesa	117

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1: As intervenções do Exército na República brasileira (1889 a 1964)	
1. As intervenções do Exército no Brasil republicano	17
1.1 Os militares e o poder político	17
1.2 As intervenções do Exército na política: a proclamação da República	19
1.3 O movimento tenentista e as camadas médias urbanas	22
1.4 Os militares nos anos 1930: a formação de uma burocracia militar e o Estado Novo	24
1.5 O novo panorama internacional e o prelúdio ao golpe de 1964	28
2. A ESG e a Doutrina de Segurança Nacional: as bases ideológicas para as Forças Armadas.	30
2.1 O golpe de 1964: os militares tomam o poder com o apoio de parte da burguesia nacional.	33
2.2 Os anos de chumbo: tortura, assassinatos, desaparecimentos, a apropriação dos cargos de governo.	36
3. O processo de abertura política	42
3.1 A anistia ampla, geral e irrestrita: discussões até os dias atuais	43
3.2 A abertura política no Brasil: a campanha pelas Diretas Já, o governo Sarney e a divulgação de relatórios prejudiciais à imagem das Forças Armadas	49
3.3 Forças Armadas e redemocratização: críticas na imprensa	52
4. A Constituição de 1988 e a subordinação dos militares ao poder civil	54
Capítulo 2: A Missão de paz para estabilização no Haiti (MINUSTAH)	
1. Uma breve história do Haiti e as intervenções internacionais no país	57
2. O sistema de paz da ONU	66

3. A entrada do Brasil nas Missões de Paz em geral e no Haiti	70
4. A criação da MINUSTAH	75
5. Interesses estratégicos do Brasil em relação à ONU	80
6. A participação do Exército brasileiro na MINUSTAH	84
7. O terremoto: a atuação do Exército durante o a catástrofe e o papel da mídia	92
7.1. Rivalidade entre Brasil e Estados Unidos? O problema da segurança e da ajuda humanitária na MINUSTAH.	95
7.2 A mídia brasileira e a exaltação da ação dos militares no Haiti	98
8. A utilização das Forças Armadas na segurança pública – o Haiti como modelo	101

Capítulo 3 – Exército brasileiro na redemocratização e a MINUSTAH

1. O Exército brasileiro na redemocratização: da crise de identidade a uma nova imagem.	107
1.1 A subordinação dos militares ao poder civil: de Collor a Lula	107
1.2 A mudança se inicia: o governo de FHC e a criação do Ministério da Defesa.	113
1.3 Forças Armadas e o governo Lula: novos rumos para a Defesa.	116
2. A MINUSTAH e a recuperação da imagem do Exército.	118
3. A visão dos militares do exército sobre a sua participação no Haiti	120
3.1 A entrada no campo	120
3.2 Análise das entrevistas	124
Considerações finais	131
Referências bibliográficas	134
Anexos	140

Introdução

Falar de Forças Armadas no Brasil certamente não é uma missão fácil. Muitas vezes o pesquisador que escolhe o tema pode de ser considerado simpatizante à instituição militar ou à sua ideologia (Carvalho, 2005). Há mesmo a possibilidade de a escolha ser interpretada como alguma simpatia pela ditadura estabelecida no país após o Golpe de 64, que ficou, de forma indelével, associada à imagem das Forças Armadas brasileiras. Acrescente-se a isso o fato de que, tradicionalmente, os estudos enfatizam a intervenção dos militares na política, o que não é nosso enfoque.

O interesse pelo tema surgiu desde a graduação, quando realizamos nossas primeiras leituras a respeito das Forças Armadas. Inicialmente, nos interessamos pelos aspectos internos do Exército (como era a carreira do militar e a vida cotidiana nos quartéis), mas logo também pelos aspectos externos (quais seriam as novas missões das Forças Armadas na nova ordem mundial e os interesses estratégicos do Brasil na atualidade). Os temas contemporâneos estudados nos levaram a perguntar sobre a situação do militar brasileiro no contexto atual: como estava a imagem dos militares após tantos anos de ditadura militar? Seria o início de uma nova fase para o Exército brasileiro, sempre à frente nas discussões mais acaloradas sobre o papel das Forças Armadas? Desses questionamentos surgiu nosso objeto de estudo – a MINUSTAH como fator fundamental para a reconstrução da imagem do Exército brasileiro após a redemocratização política.

Atualmente, as pesquisas sobre os militares têm apresentado um maior leque de opções, possibilitando olhares diferentes sobre a instituição. Entre essas pesquisas encontram-se os trabalhos relacionados à memória e à antropologia dos militares, que visam melhor conhecer sua identidade no mundo contemporâneo. Nossa indagação inicial foi a respeito da situação do militar do século XXI, no caso brasileiro. Após os anos de ditadura militar (1964-1985), a instituição precisava se redefinir no novo contexto democrático, com a atribuição de novos papéis e estratégias para desvincular sua imagem da ditadura e tudo dela proveniente (torturas, desaparecimentos e mortes). Em 2004 o Brasil foi convidado a participar da Missão das Nações Unidas para estabilização no Haiti (sigla em francês – MINUSTAH), e a nosso ver, essa missão representou o principal instrumento para resgate da imagem das Forças Armadas na atualidade. É partindo dessa premissa que nosso trabalho se inicia.

A escolha do tema exige uma delimitação que permita responder às principais indagações da pesquisa. A delimitação temporal está balizada pela chamada Nova República, entre os anos 1985 a 2011, tendo como marco inicial o fim da ditadura militar/começo da redemocratização do país e terminando nos dias atuais. Em um contexto mais específico, destacamos os anos 2004/2011, que compreende a MINUSTAH, cujo término ainda não foi previsto.

Para fundamentar nossas reflexões, procuramos autores que visassem compreender as Forças Armadas sob um viés mais sociológico¹ e que, apesar de apresentar enfoques diferentes entre si, nos ajudassem a entender a sociedade como um todo, sem excluir os militares. Por isso nos empenhamos em analisar o período pós-redemocratização, partindo não somente de um ponto de vista endógeno e exclusivo aos militares, mas contemplando as relações entre os militares, o Estado e a sociedade civil. Dos autores mais utilizados para essa bordagem, destacamos Edmundo Campos Coelho, José Murilo de Carvalho, Alfred Stepan e Eliezer Rizzo de Oliveira. Tais autores possuem recortes diferentes em suas pesquisas, mas o que mais nos chamou a atenção foi o fato de procurarem entender os militares em um contexto histórico mais amplo, que ultrapassa os limites da caserna. Assim, inspirada nestes trabalhos, procuramos lançar um olhar mais abrangente sobre os militares no contexto da consolidação democrática brasileira, destacando como os militares enxergam seu papel nessa nova realidade.

Além disso, obtivemos grande auxílio nos trabalhos de uma nova área inaugurada por Celso Castro e Piero Leirner – a antropologia dos militares. A preocupação principal desta área não é constituída pelas intervenções políticas ou pelos momentos de exceção da vida militar, mas pelo seu cotidiano, visando obter uma visão interna da instituição e compreender melhor a identidade militar em relação ao mundo civil. Nesta área são utilizados métodos etnográficos, baseados nos estudos de Franz Boas e Bronislaw Malinowski. Os trabalhos de campo de acadêmicos pertencentes a diferentes instituições fomentam o debate e possibilitam maior conhecimento da instituição.

As publicações do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, também nos auxiliaram em relação ao uso da história oral como fonte de pesquisa. Destacamos os trabalhos de Verena Alberti, no que se refere à metodologia de história oral e as pesquisas de Maria Celina D'Araújo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon, especificamente na coleta de entrevistas dos protagonistas militares, seja na ditadura ou na

¹ O viés sociológico das Forças Armadas foi enfatizado no trabalho de Morris Janowitz, em sua obra *O soldado profissional*, uma das primeiras que trata da organização social militar, especificamente a americana.

democracia, e sua posterior problematização². Do ponto de vista teórico, destacamos a utilidade do conceito de representação social e poder simbólico, conforme enunciou Bourdieu (2010) em seus trabalhos, na medida em que procuramos entender como os militares “representam” sua missão na MINUSTAH e não apenas como a desenvolvem.

Dividimos o presente trabalho em três capítulos principais: o primeiro capítulo preocupa-se em analisar as intervenções do Exército na República brasileira (1889 a 1964). É nossa preocupação explicitar a tradição tutelar que o Exército exerceu na política brasileira no período destacado, e como a instituição estava sempre atenta aos debates e influenciando nos processos decisórios. Discutiremos as intervenções diretas e indiretas do Exército brasileiro na República e os aportes doutrinários para tais intervenções, destacando a Escola Superior de Guerra (ESG) e a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Ainda no primeiro capítulo analisaremos o processo de abertura política no Brasil e a elaboração da Constituição de 1988, focalizando qual era a situação das Forças Armadas naquele contexto.

No segundo capítulo nosso foco será a MINUSTAH: como foi e ainda é o envolvimento das tropas brasileiras naquela missão. Para que possamos melhor compreender os motivos que levaram à intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, apresentaremos a história do país de forma concisa. Nesse capítulo também discutiremos o sistema de paz da ONU, os interesses estratégicos do Brasil ao participar da MINUSTAH, os aspectos sociais da missão e, principalmente, a ação do Exército após o terremoto que assolou o em janeiro de 2010. Como era esperado, a catástrofe provocou uma explosão de notícias a respeito da presença brasileira na MINUSTAH, e também um ampla divulgação dos militares mortos em consequência do terremoto, enfatizando seu heroísmo. Foi a partir desse momento principalmente que a imagem do militar brasileiro foi exaltada e sua atuação no Haiti serviu, inclusive, como modelo para a intervenção das Forças Armadas na segurança pública, em novembro de 2010.

O terceiro capítulo preocupa-se em explorar nossa principal hipótese, a de que a MINUSTAH é, na atualidade, a principal ferramenta para o resgate da imagem das Forças Armadas junto à sociedade brasileira. Abordaremos nesse capítulo a crise de identidade pela qual as Forças Armadas passaram no início do processo de redemocratização (com destaque para o governo do presidente Collor de Mello) e como a defesa vem sendo pensada no Brasil desde então, até o governo de Lula da Silva (2003-2010). O último tópico refere-se à pesquisa de campo que fizemos

² Destacamos as obras *Visões do Golpe: a memória militar de 1964* (1994); *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul* (2000); *Militares e política na Nova República* (2001).

com os militares que participaram da MINUSTAH, em diferentes contingentes. Analisaremos a entrada no campo e as dificuldades encontradas, e apresentaremos nossa interpretação sobre os depoimentos conseguidos através das entrevistas, que focalizaram: porque os militares escolheram essa profissão; como a questão financeira pesou na escolha de participar da missão; como essa participação influenciou em suas carreiras e, por fim, como percebem a receptividade da sociedade brasileira em relação à presença do Exército na MINUSTAH.

Capítulo 1: As intervenções do Exército na República brasileira (1889 a 1964)

1. As intervenções do Exército no Brasil republicano

Em toda a história republicana brasileira, iniciada em 1889, a intervenção do Exército na política, seja direta ou indiretamente, é um fato concreto. Para Anita Prestes, nos primeiros anos da República tal presença representou uma espécie de “caixa de ressonância dos anseios federalistas e republicanos de amplos setores da vida nacional” (Prestes, 1997, p. 74). Antes de nos atermos às intervenções do Exército na política, utilizando os exemplos disponíveis, pensamos ser pertinente explorar um pouco mais a questão das concepções sobre as relações entre Forças Armadas e política durante o período republicano. Por representarem contextos históricos específicos, tais relações devem ser cuidadosamente observadas para que não haja generalizações de qualquer tipo.

1.1 Os militares e o poder político

De acordo com Carvalho (2005), foram três as principais concepções das relações entre militares e poder político: o soldado-cidadão, o soldado profissional e o soldado-corporação.

O primeiro tipo de relação entre militares e poder político ocorreu durante a Questão Militar, ainda no Império. Após a Guerra do Paraguai (1865-1870), os militares começaram a reivindicar melhores condições para sua profissão de forma mais sistemática e precisa, pois esta vinha se deteriorando desde o início do reinado de D. Pedro II. Os militares possuíam baixa remuneração, a ascensão na carreira era lenta e as ordens de promoção vinham diretamente da monarquia. Cada vez mais as reclamações da instituição se tornavam públicas, o que aumentava a tensão entre os militares e o governo imperial. Os jornalistas republicanos, já em um movimento crescente contra a monarquia, defendiam a noção de soldado-cidadão, que incitava os militares a participarem da política, pois em sua condição de cidadãos fardados, tal direito não lhes poderia ser negado. Essa era a idéia principal da ideologia intervencionista do soldado-cidadão, a de que o militar não deveria se isentar de sua cidadania, mas deveria ser um “cidadão armado”. Os “tenentes”³ retomariam essa idéia no início da década de 1920, mas discutiremos essa questão mais tarde.

³ Termo que se refere aos protagonistas do movimento tenentista, e está entre aspas porque assim o faz Anita Prestes, importante especialista no movimento. A autora usa o termo entre aspas de forma a caracterizar que o movimento tenentista não foi formado apenas por tenentes.

O segundo tipo de relação é a do soldado profissional, consistindo numa percepção contrária à primeira. Segundo essa premissa, o militar deve se manter afastado da política e de cargos públicos. O representante principal desta posição no Brasil foi Leitão de Carvalho⁴, que, influenciado pelo estágio no Exército alemão e pela Missão Francesa⁵, acreditava que o Exército deveria lutar pela defesa do país longe das lutas políticas.

O terceiro e último tipo de relação entre militares e poder político definido por Carvalho é a de soldado-corporação, ou intervenção moderadora. Representa exatamente o oposto da noção de profissão militar, apesar de admitir que a preparação do oficial seja essencial. O principal representante desta premissa, Bertholdo Klinger (um dos “Jovens Turcos”⁶), afirmava que a intervenção do militar na política deveria ser “controladora ou moderadora, a ser levada a efeito pela organização como tal, orientada por seu órgão de cúpula, o Estado-Maior” (Carvalho, 2005, p. 42).

Essas três tipologias utilizadas por Carvalho nos auxiliam a exemplificar de que forma as intervenções do Exército na política se basearam em determinados modelos, mas é preciso salientar que as intervenções ocorreram em contextos históricos específicos. Os modelos de relação entre Forças Armadas e poder político são volúveis, e por isso é preciso cuidado para não generalizar tipologias ou as formas de intervenção ocorridas. Não é nossa intenção comprar discursos, mas apenas pontuar de que forma, e baseados em que, os militares intervieram na política em determinado contexto.

⁴ O General Estêvão Leitão de Carvalho foi militar e escritor, entusiasta da campanha pela remodelação do Exército e um dos fundadores da revista militar “A Defesa Nacional”. Dentre suas principais ações destacamos: foi adido militar no Chile (1918-21), membro da delegação da V Conferência Panamericana (Chile), consultor militar da delegação à IV Assembléia da Liga das Nações (Genebra 1923-6), consultor militar da delegação do Brasil à Conferência do Desarmamento (Genebra, 1932) e membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB -1942).

⁵ Após a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a opção pelo modelo alemão para o Exército brasileiro tornou-se inviável, pois era necessário o modelo de um país vencedor. Por este motivo chegou no Brasil em 1919 a Missão Francesa de Instrução, que permaneceria no país até 1939. Essa Missão tinha como um dos objetivos a atualização dos oficiais da Escola de Estado-Maior, mas aprofundaremos essa questão mais adiante.

⁶ Os “jovens turcos” eram os oficiais do Exército brasileiro que estagiaram no Exército alemão durante os anos de 1906 a 1912, após o convite do Imperador alemão Guilherme II e a iniciativa do então Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco. Ao retornarem ao Brasil iniciaram uma campanha de modernização do Exército, que, desde o início, extrapolou os limites da caserna ao propor mudanças no meio civil, que abarcavam desde o desenvolvimento da indústria de base até a aplicação do serviço militar obrigatório. Apesar de terem estagiado na Alemanha, os jovens oficiais brasileiros foram chamados de “turcos” pejorativamente por seus adversários em referência aos oficiais de Mustafa Kemal, fundador da República da Turquia – o país também recebeu influência da Alemanha em seu processo de reforma.

1.2 As intervenções do Exército na política: a proclamação da República

Após a breve explanação dos principais tipos de relação entre militares e poder político, é preciso explicitar, ainda que de forma superficial, como ocorreram na prática as intervenções das Forças Armadas na política, tendo o Exército como personagem principal.

Às vésperas da proclamação da República, em 1889, alguns setores da sociedade se mobilizaram de forma mais organizada, no contexto das chamadas “questões do Império” – a religiosa (conflitos entre o imperador e a igreja católica, D. Pedro II era ao mesmo tempo maçom e chefe da igreja); abolicionista (o crescente movimento para a libertação dos escravos) e militar.

Após a Guerra do Paraguai, o Exército adquiriu um espírito corporativista, tornando-se uma nova força expressiva na vida da Nação. Ganhou importantes batalhas (assim como a Marinha), sendo as mais conhecidas as do Riachuelo e a do Tuiuti. Foi exatamente durante a Guerra do Paraguai que seus principais personagens, Manuel Luís Osório⁷ e Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias⁸, se tornaram heróis do Exército.

Com o fim da guerra, o oficialato adquiriu prestígio, aumentando o interesse dos jovens em ingressarem no Exército. A Guarda Nacional virou coisa do passado⁹, não por sua extinção, que ocorreria somente em 1918, mas pela queda de seu prestígio. O Exército aproveitou a popularidade advinda de sua atuação na guerra para tornar públicas as suas reivindicações junto à coroa. Ao mesmo tempo, um grupo minoritário de oficiais difundia o ideal republicano e positivista na Escola Militar da Praia Vermelha, principal formadora do oficialato do Exército e precursora da atual Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Certamente a Guerra do Paraguai não foi o único motivo pelo qual o Exército adquiriu prestígio diante do poder político e a da sociedade em geral. Outras questões de maior alcance também influenciaram esse processo. Dentre elas, o fim do Período Regencial¹⁰ e o estabelecimento

⁷ O General Manuel Luís Osório (1808-1879) foi o comandante das forças brasileiras durante a Guerra do Paraguai, figura popular e carismática do Exército brasileiro.

⁸ Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o duque de Caxias, é Patrono do Exército brasileiro. No dia de seu nascimento (25 de agosto) é comemorado o Dia do Soldado.

⁹ A Guarda Nacional Republicana, força paramilitar criada em 1831 no período Regencial, se baseou na experiência francesa de transferir a segurança do país aos próprios cidadãos. Com sua criação, foram extintos os antigos corpos de milícias, ordenanças e as guardas municipais, e sua principal função na teoria era auxiliar as forças policiais e o Exército na manutenção da ordem interna e externa do país. Na prática, no entanto, a Guarda Nacional transformou-se em um importante reduto do poder local, uma força politizada que causava insatisfação aos militares do Exército.

¹⁰ Com a abdicação de D. Pedro I, seu filho não pôde assumir o trono porque era menor de idade. Diante disso, o poder foi entregue a uma regência provisória e mais tarde uma Regência Trina Permanente, e depois Regência Una, que governaram o país até Pedro de Alcântara assumir o trono, com apenas 15 anos de idade. As revoltas ocorridas no

do Segundo Reinado Reinado¹¹, que contava com o Exército como instrumento de centralização do poder político diante do clima de revolta que havia explodido no país durante a Regência.

O regime monárquico não mais correspondia às transformações econômicas e sociais pelas quais o país passava. Com o apoio dos republicanos, que já haviam fundado o Partido Republicano Paulista (PRP), em 1873; de figuras importantes, como Rui Barbosa, Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant; e dos cafeicultores paulistas, que almejavam um governo que defendesse seus interesses, o Marechal Deodoro da Fonseca mobilizaria tropas e proclamaria, em 15 de novembro de 1889, a República brasileira.

Para Carvalho (2005), não havia no Exército quem fosse contra a proclamação da República, mas após ter ocorrido, houve incapacidade da instituição de agir de forma unificada, o que favoreceu a reconquista do poder pela oligarquia civil.

Com o fim da República da Espada inicia-se no Brasil um governo civil representante dos setores oligárquicos da sociedade, que se estenderia até outubro de 1930 – a chamada República Velha. O poder era dividido entre as oligarquias estaduais, devidamente representadas pelos Partidos Republicanos, com destaque para o paulista e o mineiro. Inicialmente o poderio paulista foi inegável, porém não livre de contestações. A eleição do mineiro Afonso Pena causou o primeiro rompimento da referida hegemonia paulista.

Outros setores oligárquicos não estavam satisfeitos com esse acordo entre Minas Gerais e São Paulo¹², como foi o caso do Rio de Janeiro. Nilo Peçanha, influente político fluminense lançou a chamada “Reação Republicana”, que, apesar de derrotada nas eleições, teve grande repercussão. As principais atitudes dessa frente foram pautadas pela prudência e moderação, não pelo conflito direto. De fato, sempre optaram pela via da negociação política, sem envolvimento popular. Essa questão será retomada mais adiante devido à sua importância. Para Anita Prestes (1994), ela seria o berço do tenentismo.

A situação do Exército brasileiro na República Velha era precária. O despreparo dos militares, somado à falta de equipamentos essenciais para o seu treinamento, comprova o descaso para com a instituição. A prova da ineficiência do Exército seria a campanha de Canudos, no fim do século XIX. Para McCann (1982, p. 118), nesse período o problema militar tinha duas faces: era

período demonstraram como a questão da descentralização era um assunto preocupante para o país, que acabou não sofrendo nenhuma perda de território.

¹¹ O Segundo Reinado é como é chamado o governo de D. Pedro II, de 1840 a 1889. Durante o período, o imperador procurou negociar com a Assembléia Geral e manter a centralização do país.

¹² Em 1914 um acordo, chamado de “Ouro Fino”, foi firmado entre as oligarquias mineira e paulista, efetivando o auxílio mútuo entre as duas oligarquias.

preciso criar um Exército no estilo europeu (pois seu possível inimigo também usaria força semelhante); ao mesmo tempo em que era necessário mudar as atitudes básicas dentro e fora do Exército, pois o Brasil era muito pobre para manter um Exército permanente. Surgiu assim a idéia da organização de um Exército de quadros, com grandes reservas de pessoal treinado e, para isso foram enviadas três turmas de oficiais à Alemanha, com o objetivo de modernizar o Exército brasileiro. Os oficiais que de lá regressaram foram chamados de “Jovens Turcos”. De volta ao Brasil, fundaram a revista “A Defesa Nacional”, com traduções de obras de militares alemães e a difusão da forma de treinamento dos mesmos. Para Anita Prestes (1997, p. 86), eles eram fruto da situação política pela qual o Brasil passava, representando o temor das camadas médias urbanas em relação ao movimento operário. Dentre as práticas por eles defendidas destacamos o sorteio do serviço militar e, segundo José Murilo de Carvalho (2005, p. 24), foi pela implantação do sorteio militar que o Exército brasileiro tornou-se uma organização “verdadeiramente nacional”. O serviço militar por sorteio ocorria nos quartéis todo ano e proporcionava o treinamento de recrutas de diferentes classes sociais. Após o período de treinamento, os jovens recrutas tornavam-se reservistas.

Finalmente a Guarda Nacional foi extinta em 1918, significando o fim da dualidade da situação do militar. Porém, essa não foi a solução para os principais problemas que as Forças Armadas estavam vivenciando e a Missão Francesa, de 1919 a 1939, depois da derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, pareceu ser a opção mais viável. Para McCann, (1982, p. 84), durante essa missão “o Exército brasileiro foi reformado nos moldes franceses, para humilhação dos oficiais mais nacionalistas e daqueles convencidos na superioridade dos métodos e dos equipamentos alemães”. De acordo com Carvalho (2005, p. 29), a reformulação do Estado-Maior simbolizou maior centralização e coesão para o Exército brasileiro. A lógica da Missão Francesa era de que seria inviável para o país modernizar seu Exército somente utilizando recursos nacionais. Mas, mesmo essa missão se mostraria incapaz de modernizar as Forças Armadas naquele contexto.

Percebe-se no início da década de 1920 um cenário desanimador no Brasil – desemprego, greves e conflitos sociais. Já em 1921, os quartéis fervilhavam com a insatisfação dos militares diante da situação da instituição. A possível candidatura do Marechal Hermes da Fonseca para a presidência seria uma opção viável tanto para acalmar os ânimos dos quartéis, já preocupante, como também para unir os setores militares divergentes. Porém, a chapa escolhida para assumir a campanha de oposição foi formada por Nilo Peçanha e J.J. Seabra, e os militares optaram por apoiá-la. Estava formada oficialmente a Reação Republicana.

Durante a campanha eleitoral um episódio selaria por inteiro o apoio das Forças Armadas à chapa Nilo-Seabra e à Reação Republicana, além de trazer consigo um grande descontentamento para os militares – o episódio das “cartas falsas”. Cartas atribuídas ao então candidato do governo Arthur Bernardes foram publicadas pelo Correio da Manhã desmoralizando as Forças Armadas e Hermes da Fonseca. Tal episódio também causou forte indignação e descrença no processo político eleitoral, e tanto militares quanto alguns setores civis começariam a se voltar para outro tipo de solução: a revolucionária. É por esse motivo que Anita Prestes considera a campanha da Reação Republicana o berço do tenentismo.

Os acontecimentos posteriores, abrangendo 1921 e 1922, ilustram a tensão política e o sentimento de conspiração em que vivia o país: acreditava-se que caso Arthur Bernardes assumisse a presidência, as Forças Armadas não o deixariam governar. E esse sentimento não era ilógico, pois houve uma moção confidencial do Clube Militar de janeiro de 1922 que dizia:

Se Bernardes for eleito, nós impediremos aqui seu reconhecimento pelo Congresso: se for reconhecido, impediremos sua posse de qualquer modo! Em 15 de novembro não há governo, tomaremos conta de Bernardes – vivo ou morto -. Então daremos posse ao Nilo ou proclamaremos um ditador. (apud Anita Prestes, 1994, p. 73)

Nesse momento percebe-se uma clara cisão das Forças Armadas: os oficiais de alta patente queriam a manutenção da ordem; os de baixa acreditavam na sucessão revolucionária. Esses jovens de baixa patente formariam o Movimento Tenentista.

Apesar da campanha da Reação Republicana e da expressiva votação em Nilo Peçanha, a chapa de Arthur Bernardes sairia vitoriosa. Mesmo com forte oposição, foram fracassadas as tentativas de impedir a posse do presidente. Não obstante, em julho de 1922, ocorreu o episódio da “Revolta dos 18 do Forte de Copacabana”, primeiro do Movimento Tenentista. Na visão dos “tenentes”, esta seria a única solução para “republicanizar a República” (Prestes, 1994, p. 82). A partir daí, o processo revolucionário, com a ideologia do soldado-cidadão, se iniciaria.

1.3 O Movimento Tenentista e as camadas médias urbanas.

O consenso sobre a definição do Movimento Tenentista afirma que este representou “movimentos de rebeldia da jovem oficialidade militar, ocorridos no Brasil durante os anos 20 e 30” (Prestes, 1999, p. 10). Porém, essa é uma caracterização muito ampla, uma vez que é preciso considerar as peculiaridades de cada época e seus personagens distintos. Talvez o que se pode obter

de consenso de todo esse processo seja a origem dos “tenentes” nas camadas médias urbanas¹³. O tenentismo foi um exemplo específico da nossa história republicana que certamente não deve ser generalizado ou utilizado para explicar todas as intervenções do Exército na política.

Assim como no mundo civil, a corporação militar não é homogênea. Enquanto os oficiais de mais alta patente das Forças Armadas apoiavam alguns setores oligárquicos, as patentes mais baixas se identificavam com as camadas médias urbanas e, para Anita Prestes (1997), nenhum setor social era mais sensível às influências do clima revolucionário na década de 1920 do que tais camadas. Certamente, o crescimento da urbanização e industrialização beneficiaram a esse setor mais do que às oligarquias rurais. Porém, as camadas médias urbanas não se encontravam organizadas ou possuíam um partido político que pudesse conduzi-las, e, na ausência de uma liderança civil capaz de conduzir o processo revolucionário, os “tenentes” preencheriam o vazio existente (Prestes, 1997, p. 73).

Inicialmente os “tenentes” possuíam um caráter liberal, defendendo o voto secreto e a reforma da Constituição de 1891, entre outras medidas. Para Prestes (1997), tal liberalismo pode ser caracterizado por radical, uma vez que os jovens “tenentes” se dispunham até mesmo a pegar em armas, caso necessário. Sobre a capacidade de mobilização dos “tenentes”, Anita Prestes afirma:

Os “tenentes” reuniram uma série de condições específicas, que lhes permitiram transformar-se na vanguarda política da luta contra o domínio oligárquico (...). Além de armas, estavam organizados numa instituição de caráter nacional – o Exército (...). Não só eram numericamente majoritários dentro do Exército como tinham um nível cultural acima da média existente no país, o que lhes facilitava assumir a liderança das massas urbanas. (Idem, p. 87).

Assim, foram três os principais levantes tenentistas¹⁴: em 5 de julho de 1922, em que não houve qualquer manifesto ou declaração previamente pensada (o episódio dos 18 do Forte de

¹³ O fato de afirmarmos que os tenentes do movimento tiveram sua origem nas camadas médias urbanas não significa dizer que compramos um discurso meramente classista a esse respeito. Nossa interpretação segue a linha de Anita Prestes, a de que, naquele contexto histórico específico dos anos 1920 de fato os tenentes assumiram uma posição de liderança no conturbado momento político, por falta de uma clara direção por parte das camadas médias urbanas. Os tenentes se tornaram, portanto, o foco de oposição contra as oligarquias rurais dominantes durante o processo da chamada Primeira República, (1894-1930), o que atualmente pode ser caracterizado pelo modelo de soldado-cidadão de Carvalho (2005). Por outro lado, há a interpretação de Coelho (2000) a respeito das Forças Armadas. O autor considera a instituição como uma organização e que por esse motivo tem interesses próprios e autonomia, portanto, não é utilizada como instrumento de classe. A nosso ver, é preciso considerar os tempos históricos específicos para cada interpretação, e no contexto do primeiro movimento tenentista, as Forças Armadas foram utilizadas de fato como instrumento de classe.

¹⁴ José Murilo de Carvalho (2005) caracteriza dois principais movimentos tenentistas: o primeiro entre 1889 e 1904 e o segundo de 1922 e 1930. Optamos por caracterizar o segundo movimento tenentista, pois acreditamos que a sua importância para a Revolução de 1930 é inegável.

Copacabana); os levantes de 1924, desta vez acompanhado de manifestos e, por fim, a Coluna Prestes¹⁵, que seria a culminância do movimento tenentista, e representaria o “episódio mais importante da saga dos ‘tenentes’” (Prestes, 1997, p.113). É impossível desvincular a Coluna Prestes da figura de Luiz Carlos Prestes, seu principal organizador e líder¹⁶. O “Cavaleiro da Esperança”, como ficaria conhecido, deveria ter o árduo dever de transformar a tropa que tinha sob seu comando em um exército diferente das Forças Armadas regulares, mas ao mesmo tempo dotado de disciplina militar. A característica essencial dos integrantes da Coluna deveria ser o sentimento de abnegação, uma vez que não havia soldo ou qualquer tipo de vantagens, e somente se exigia “um grande espírito de sacrifício e muita disposição de luta” (Idem, p. 133).

Por fim, concordamos com a tese de Anita Prestes, quando afirma que o Movimento Tenentista foi ao mesmo tempo político e social, e não meramente militar. Ele foi um movimento político não somente por questionar o poder vigente, mas por ter sido um movimento que visava ter abrangência nacional, não local. Era também um movimento social por ter atingido as massas e por ter sido representante das camadas médias urbanas. Foi, portanto, de suma importância para a história republicana do país e para a história dos militares no Brasil.

1.4 Os militares nos anos 1930: a formação de uma burocracia militar e o Estado Novo

A vitória do candidato governista Júlio Prestes nas eleições de março de 1930, derrotando a candidatura de Getúlio Vargas, somada à crise de 1929, que abalou o capitalismo em nível internacional, culminou em mais uma forte insatisfação com o sistema político vigente no Brasil, de que resultaria a Revolução de outubro de 1930. Cada vez mais se acreditava que a via liberal não seria capaz de resolver os problemas do país. Nesse momento, ações autoritárias passam a permear todo o comportamento político no Brasil, enquanto se opta pelo aumento da industrialização do país via intervenção estatal na economia. O pensamento autoritário de autores como Oliveira Vianna,

¹⁵ A Coluna Prestes foi uma marcha militar formada por militares do Exército brasileiro, de aproximadamente 1500 homens, que percorreu 25 mil quilômetros em 13 Estados brasileiros por dois anos e três meses, tendo por principal líder o então capitão Luiz Carlos Prestes, mas também o comando de importantes personagens do Exército, como Siqueira Campos e Cordeiro de Farias. A Coluna introduziu a “guerra de movimento”, uma espécie de guerrilha como principal forma de ação. Seu principal objetivo era a deposição do presidente Artur Bernardes, representante das oligarquias dominantes no país.

¹⁶ Luiz Carlos Prestes (1898-1990) é um dos principais personagens históricos de nossa história republicana. Militar formado pela Escola Militar do Realengo (atual Academia Militar das Agulhas Negras) pela Arma de Engenharia, foi um dos principais líderes do movimento tenentista de 1924 e da Coluna Prestes. Após a dissolução da Coluna, asilou-se na Argentina, onde tem contato com as obras de Karl Marx e Vladimir Lênin. Rompe com os “tenentes” e adere aos ideais comunistas e à União Soviética. Torna-se membro do Partido Comunista do Brasil (PCB), de quem seria o líder por mais de 50 anos, somente rompendo com o Partido em 1980.

Azevedo Amaral e Francisco Campos reiterava essa idéia – a de que o Estado deveria ser forte o bastante para tomar as rédeas da economia.

A Revolução de 1930 inicia um período chamado “Era Vargas”, e nessa época o relacionamento entre o presidente e as Forças Armadas foi de suma importância para o processo político que se estenderia por quinze anos. De acordo com José Murilo de Carvalho (2005) três fases orientaram tal relacionamento: a do “namoro” (1930 – Vargas fez delas um dos seus pilares de sustentação); a da “lua-de-mel” (Estado Novo – total coincidência dos interesses do Presidente e da corporação militar); a do “divórcio” (últimos anos do Estado Novo – o surgimento de um novo ator, o operariado).

Além desse relacionamento, havia três tipos de modelo para as relações entre militares e política no período (Carvalho, 2005). O primeiro recebia influência dos “Jovens Turcos” e da Missão Francesa – era o modelo das democracias liberais, ou seja, o Exército deveria dedicar-se à defesa externa. Inicialmente essa era a posição de Góes Monteiro, comandante militar do movimento revolucionário de 1930, que afirmou que “nas lutas internas o Exército deve calar-se” (Idem, p. 106). O segundo modelo é chamado de “intervencionismo reformista” – em casos em que há instabilidade política a intervenção militar na política interna é aceita. Por fim, o terceiro e último modelo é o mais radical – o Exército deveria ser um instrumento de luta de classes. Segundo Carvalho (2005, p. 107), no caso da Revolução de 1930, o primeiro e o terceiro modelos seriam inviáveis.

No primeiro governo de Vargas o que se pôde perceber foi o surgimento de uma burocracia civil e militar, e ainda que a primeira influenciou a segunda, uma vez que a burocracia militar estava de certa forma no centro do poder. Para Carvalho, a ideologia do poder moderador das Forças Armadas adquire nesse momento uma formulação sistemática, pois “era uma combinação do intervencionismo tenentista com as transformações estruturais da organização militar promovidas pelos reformadores” (2005, p. 42). Era a aplicação prática da ideologia do soldado-corporação, uma vez que o Exército estava no centro da política de uma maneira mais direta, apesar do poder estar nas mãos de um civil.

Dos antigos “tenentes” presentes na Revolução de 1930, estavam Juarez Távora, João Alberto e Miguel Costa. Esse grupo em particular pregava a introdução de reformas sociais e a centralização do poder. Já Luiz Carlos Prestes optou por um caminho diferente, decidiu não participar da revolução e lançou seu próprio Manifesto Revolucionário. Nele, anunciava

publicamente sua ruptura com a Aliança Liberal (que havia lançado a candidatura de Vargas) e confirmava sua adesão ao Partido Comunista.

No exílio na Bolívia e Argentina, após a Coluna, Luiz Carlos Prestes esteve em contato com a obra de Karl Marx e aderiu ao socialismo. Seria o presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que, após um manifesto contrário às forças governistas, seria condenada à ilegalidade. A Intentona Comunista, levante militar fracassado em 1935, provocaria uma reação em cadeia, que culminaria com a implantação do Estado Novo em 1937, novamente tendo Getúlio Vargas e Góes Monteiro como principais protagonistas. O episódio serviria para apontar o inimigo mais temido pelas Forças Armadas durante décadas a partir de então: o perigo comunista¹⁷.

Outro fator, também de caráter anticomunista, seria decisivo para a implantação da ditadura do Estado Novo, “um regime militar, sob capa civil” (Prestes, 1999, p. 50): o Plano Cohen¹⁸. Por meio deste plano foi possível justificar a continuidade do poder de Vargas, e no novo governo as Forças Armadas seriam os atores políticos que garantiriam os interesses da burguesia industrial (Carvalho, 2005, p. 108).

Góes Monteiro, aliado de Vargas e “acirrado partidário dos regimes de extrema direita” (Neves, 1992, p. 64), se tornaria um dos maiores defensores da unidade nacional, seguindo a premissa de que as Forças Armadas seriam o braço direito do Estado, e as indústrias de base serviriam para melhorar o seu aparelhamento. Para Coelho (2000), a atuação de Góes Monteiro causou reflexos importantes no tocante à organização militar e a sociedade civil. Suas idéias, quando sistematizadas, se transformariam em uma verdadeira doutrina, a chamada “Doutrina Góes”. Ela traria para discussão o que os “Jovens Turcos” já haviam pensado – a de que o Exército deveria salvaguardar os interesses nacionais. Para isso, era necessário haver toda uma reorganização das Forças Armadas, que deveriam apoiar governos fortes, pois uma vez que o Exército fosse forte, a política também seria. Os oficiais não podiam se envolver politicamente e, como indivíduos, só deveriam agir politicamente de comum acordo com seus colegas oficiais e sob a direção do Estado-Maior (McCann, 1982, p. 127). Além disso, dever-se-ia pensar na política do Exército, não no Exército, uma vez que:

¹⁷ Certamente durante a Guerra Fria ficou mais claro que o mundo estava dividido entre ideologias distintas, a democracia liberal *versus* o comunismo. Porém, queremos demonstrar como o comunismo já era considerado pelas Forças Armadas seu maior inimigo desde a década de 1930.

¹⁸ O Plano Cohen foi um documento divulgado pelo governo brasileiro em setembro de 1937 atribuído à Internacional Comunista, no qual haveria um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas. Anos mais tarde, porém, com o fim da ditadura do Estado Novo, o próprio Góes Monteiro afirmaria que o documento fora forjado para justificar a implantação do Estado Novo, mas se isentou de qualquer culpa.

Todo o mal consiste em tornar-se o militar político-partidário. A política do Exército é a preparação para a guerra, que envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material — economia, produção e recursos de toda natureza — e no campo moral, sobretudo a educação do povo e a formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria, suprimindo, quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo. A liberdade deve ser compatível com a segurança nacional. (Murillo Pinto, 1999, p. 298)

Para Carvalho (2005, p. 108), a política do Exército só poderia existir se fossem eliminados conflitos internos e houvesse o fortalecimento da hierarquia e o aumento de poder da organização militar, seja pelo efetivo, armamento ou treinamento.

Ainda no período do Estado Novo, ocorre a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Getúlio Vargas demorou a assumir a posição que de fato apoiava. No entanto, era inegável a postura favorável do ditador para com o Eixo, formado pela Alemanha, Itália e Japão. As vitórias nazistas eram comemoradas festivamente no Estado-Maior, e os mais destacados generais brasileiros receberam condecorações nazistas (Sodré, 2010, p. 346). O brasilianista Frank McCann dividiu o período 1935-1945 em três etapas (1982, p. 130). A primeira, entre 1935 e 1940, na qual imperou por completo a flexibilidade brasileira. A segunda fase ocorreu entre 1940 e 1942, na qual as relações com os Estados Unidos ficariam mais estreitas, não podendo haver mais a possibilidade do Brasil utilizar “a ameaça implícita de se unir ou auxiliar o Eixo”. Na terceira fase (1943-1945), o Brasil apoiou de fato os Estados Unidos, que adotaram políticas destinadas a conservar a frente única contra o Eixo, como o empréstimo ao Brasil de 20 milhões de dólares para a construção da Usina de Volta Redonda. Além disso, com a entrada dos norte-americanos na Guerra, após o ataque japonês à base americana de *Pearl Harbor*, os Estados Unidos pressionaram politicamente o Brasil para que lutasse a seu lado com suas tropas. Pouco tempo depois, o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães (trinta e quatro no total) gerou vários protestos contra as forças nazistas e, como consequência, o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália em 1942, e em 1945 ao Japão.

Ao lado dos Aliados, formado pela Inglaterra, França, e posteriormente Estados Unidos e União Soviética, o Brasil contribuiu com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), enviando mais de 25000 soldados para a Itália para lutar ao lado de norte-americanos. A respeito da situação das tropas brasileiras na época da criação da FEB, Luis Felipe Neves afirma:

São inúmeros os fatores que atestam a precariedade da vida do soldado brasileiro na época, além da péssima alimentação. O equipamento, quando existia, era velho e obsoleto; a munição raríssima; as fardas de má-qualidade e o que era pior, o Exército brasileiro repetia

em grande parte e talvez inevitavelmente, creio eu, os piores elementos da estratificação da sociedade brasileira. (1992, p. 81)

Mesmo com tais condições, as tropas brasileiras embarcaram em julho de 1944, e, desde sua chegada na Itália, os Estados Unidos tiveram o interesse e a necessidade em manter um sistema constante de observação e avaliação das mesmas, uma vez que a FEB foi combater “transportada, equipada e em grande parte treinada pelas forças armadas norte-americanas” (Idem, p. 38). Após duras campanhas e um saldo de aproximadamente 500 mortes, as tropas retornaram ao Brasil em julho de 1945, já no fim da Guerra.

Com a vitória dos aliados em 1945, Vargas já não tinha o apoio de antes. Para Dreifuss (2008, p.35), o presidente buscou “deslocar a base sociopolítica do Estado Novo para um alinhamento formado pelas classes trabalhadoras e a burguesia industrial, na tentativa de constituir um sistema político trabalhista de centro-esquerda com tendências nacionalistas”. Não deu certo, e Vargas sairia do poder assim como havia entrado quinze anos antes: pelas mãos das Forças Armadas. Para Carvalho, o que ocorreu neste período “foi uma ação típica do ideal de Góes: a corporação agindo como um todo, pela voz da hierarquia” (2005, p. 112). O Exército apoiaria, a partir de então, as indústrias locais, a oligarquia, as classes médias e, finalmente, as empresas multinacionais (Dreifuss, 2008, p. 36).

1.5 O novo panorama internacional e o prelúdio ao golpe de 1964

O panorama mundial pós-1945 já não era o mesmo, e isso influenciou diretamente a política brasileira, principalmente no que se refere ao comunismo, apontado como o inimigo maior da democracia. Os principais vencedores da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos (defensores da democracia liberal) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (defensoras do comunismo) protagonizariam o panorama internacional a partir da segunda metade do século XX com ideologias opostas: era a chamada Guerra Fria.

Voltando à história brasileira, temos o período entre 1945-1964, chamado por Boris Fausto de “experiência democrática” (2002, p. 219). Entre os anos 1945 a 1950, em que o presidente era o General Eurico Gaspar Dutra, os militares ficariam longe de grandes polêmicas ou envolvimento político. Com a volta de Vargas ao poder pelo viés democrático, novamente se iniciariam debates sobre a contaminação das Forças Armadas pelo mundo político. No Clube Militar os debates seguiam a lógica do soldado-cidadão, e Vargas já não gozava do apoio dos militares como antes.

Em 1954 seria publicado o “Memorial dos Coronéis”, assinado por oitenta e dois oficiais superiores, acusando o abandono das Forças Armadas no tocante à verba, à falta de estímulo profissional e à desunião (Carvalho, 2005, p. 114). Pressionado, sem o apoio dos militares e de antigos partidários, Vargas se suicidou e deixou o poder nas mãos de seu vice, Café Filho.

No governo seguinte, do popular Juscelino Kubitschek (JK), houve incentivo à indústria automobilística, à construção naval e a vários outros setores da economia, o que provocou não somente uma renovação no modelo de desenvolvimento brasileiro, mas também proporcionou mudanças no mundo do trabalho. Para Dreifuss (2008), os interesses multinacionais e associados cresceram de forma rápida e estável durante seu governo.

O breve governo de Janio Quadros, presidente posterior a JK, não traria para as Forças Armadas preocupação como aconteceu com a posse de seu vice, João Goulart, após a renúncia de Janio depois de 8 meses de governo. Alguns setores militares viram em Jango, como era conhecido, a possibilidade da ameaça comunista entrar no país. Era impensável para os interesses dos Estados Unidos, com quem o Brasil estava aliado, uma nova Cuba na América Latina. Nesse delicado momento houve a “Campanha da Legalidade”, exigindo a posse legal de Jango, sendo os principais líderes o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e o comandante do III Exército, José Machado Lopes. Após momento de grande instabilidade política, o Congresso Nacional optou, por meio de uma emenda constitucional, pelo parlamentarismo. Parecia que esse fato acalmaria os ânimos naquele momento.

Para Sodré (2010, p. 465), assim que Jango assumiu a presidência elementos militares “iniciaram a conspiração para depô-lo”. Portanto, mesmo que os últimos acontecimentos do mês de março de 1964 representassem a eclosão do golpe em si, este já vinha sendo pensado pelos futuros líderes da ditadura militar.

No início da década de 1960 o Brasil estava colhendo os frutos do crescimento urbano e da industrialização, o que causou profundas transformações na relação entre campo e cidade. As migrações facilitaram a tomada de consciência da situação do campo, sendo as Ligas Camponesas o movimento rural de maior destaque. Além dessa mudança, marcaram o governo de Jango: a maior mobilização da União Nacional dos Estudantes (UNE); a ação da Igreja Católica anticomunista (apesar de não ter existido somente essa corrente); greves. Mas certamente o que causou maior desconforto foram o anúncio das chamadas reformas de base, que tinham em sua formulação as reformas agrária, tributária, administrativa, bancária e educacional. As classes dominantes realizaram fortes críticas ao presidente, e, além disso, havia o receio por parte das Forças Armadas

da possibilidade de um eventual golpe de Estado de orientação esquerdista, envolvendo os escalões mais baixos. Soma-se a isso o famoso comício em 13 de março de 1964, realizado por Jango na Central do Brasil, com enorme presença popular e, do outro lado, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com o objetivo de dar apoio aos setores que pretendiam retirar Jango do poder. Era o prelúdio para o Golpe de 1964.

Oficiais até então neutros passaram a apoiar a possibilidade do golpe, o que diminuiu consideravelmente o apoio restante ao presidente. Em 20 de março de 1964, o general Castelo Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército, advertiu em uma circular interna, dos perigos do comunismo. O estopim da insatisfação deu-se pela recusa de Jango em punir os marinheiros e fuzileiros navais que haviam provocado uma revolta no Rio de Janeiro, o que deixou os oficiais insatisfeitos com a situação. Somadas insatisfações e temores, três dias depois, os militares tomariam o poder e protagonizariam, por vinte e um anos, o período mais sombrio de nossa história republicana.

2. A ESG e a Doutrina de Segurança Nacional: as bases ideológicas para as Forças Armadas.

A Guerra Fria influenciou diretamente o panorama político brasileiro, pois trouxe à tona o comunismo como sendo a principal preocupação dos países democratas. Em 1947 o então presidente Truman afirmou que, para garantir que não houvesse violação da Segurança Nacional norte-americana, o comunismo deveria ser combatido militarmente se necessário.

Como vimos no tópico anterior, o Exército brasileiro possui uma tradição interventora desde a proclamação da República, em 1889. Contudo, o que diferiu todas aquelas intervenções do Golpe de 1964 foi a justificativa de preservar a segurança nacional do país, e não somente mais um exemplo de seu “poder moderador”¹⁹. Cada vez mais convencidos de que tinham legitimidade para assumir papéis mais decisivos em relação ao processo político, os militares tomariam o poder em 1964, mas não sem estarem munidos de toda uma ideologia que havia surgido desde a volta dos militares da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Segunda Guerra Mundial. Essa ideologia encontrou esteio na ideologia norte-americana, que vinha sendo pregada por meio de visitas de

¹⁹ Para Stepan (1975), o termo “poder moderador” tem sentido específico para o Brasil, e se refere a situações em que os militares são menos profissionais e mais politizados, e são chamados para agir como verdadeiros moderadores do processo civil. Porém, era considerada ilegítima a tomada de poder, pois se deveria buscar manutenção conservadora do sistema vigente: deposição de um chefe executivo e entrega em seguida a outro civil.

oficiais norte-americanos no Brasil, entre 1948 a 1960. Os Estados Unidos possuíam a escola *National War College*, que discutia principalmente as questões de segurança do país e, ao encontro desses interesses, em 1949 seria fundada no Brasil a Escola Superior de Guerra, a ESG.

Em relação à ESG, cabia ao general Cordeiro de Farias, um dos idealizadores do projeto, todo o seu desenvolvimento e organização. O General não propunha copiar meramente os ensinamentos da escola norte-americana: para ele, não se poderia separar as Forças Armadas do problema do desenvolvimento econômico, da segurança nacional, da educação, da indústria e da agricultura (no caso americano, a preocupação primordial era com a segurança externa). Segurança e desenvolvimento não deveriam ser isolados, considerando-se todo o processo pelo qual o país passava no período (de 1949 ao início da década de 1960). O binômio segurança-desenvolvimento representava um dos eixos principais da ideologia da ESG. Para Dreifuss, a ESG:

encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não “políticas”. (2008, p. 87)

Outra diferenciação na ESG foi a inserção de civis interessados no tema, exatamente por essa preocupação mais abrangente. Para Stepan (1975, p. 130), esse intercâmbio entre oficiais e civis especializados foi “decisivo para o desenvolvimento da escola”. Os tecnoempresários chegaram a ser assíduos conferencistas na ESG, demonstrando a congruência de interesses multinacionais (Dreifuss, 2008, p. 86). Em entrevista a Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, o ex-presidente Ernesto Geisel afirmou que a ESG foi importante porque “conseguiu transmitir para uma boa parte do setor civil, mais responsável, informações e estudos sobre o problema da segurança do país, mostrando que aquele não era um problema só dos militares, mas de toda nação” (D’Araújo e Castro, 1997, p. 109).

A ESG procurou adaptar a doutrina norte-americana à realidade brasileira, portanto não deve ser considerada uma mera cópia da *National War College*. Buscou enfatizar os objetivos nacionais, o poder nacional, a segurança nacional e o conceito estratégico nacional de acordo com a realidade brasileira (Comblin, 1978). Para Costa (2010), elementos decisivos contribuíram para essa “naturalização”: o positivismo, o pensamento autoritário brasileiro do início do século XX, a ingerência militar na república brasileira e a formação estatal patrimonialista brasileira.

De acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, deveria haver um consenso dentro das Forças Armadas, buscando eliminar uma possível crise de identidade; ela deveria também facilitar a coexistência do profissionalismo militar com os valores tradicionais da instituição e, por fim,

sugerir a integração dos militares à sociedade, participação essa sem o risco da contaminação política (Coelho, 2000, p. 170-171). Ainda de acordo com Edmundo Campos Coelho, a Doutrina de Segurança Nacional teria como principais características:

1. As Forças Armadas são um órgão essencialmente político.
2. Em vez de se fazer a política *nas* Forças Armadas, deve-se fazer a política *das* Forças Armadas.
3. Os princípios da organização militar devem reger a reorganização nacional. Isto é, não são modelos políticos, mas modelos organizacionais os mais adequados para a reorganização nacional.
4. Reorganizada a nação nestes moldes, o Estado haverá de ter perfil centralizado e a Nação haverá de ser movimentada por governos fortes apoiados basicamente nas Forças Armadas.
5. Tais princípios de reorganização nacional haverão de disciplinar a sociedade civil, além de permitirem o máximo rendimento nas diversas áreas da atividade nacional.
6. No binômio Segurança-Desenvolvimento, o primeiro termo deve ser entendido como um 'fator de produção' indispensável ao Desenvolvimento. E cabe à organização militar produzir este fator. A capacidade da organização militar em produzir eficientemente este fator é função do nível de Desenvolvimento da Nação. Daí advém a necessidade de participação crescente da organização militar na formulação de políticas substantivas relativas ao Desenvolvimento.

(Coelho, 2000, p. 172)

O golpe de 1964 foi a aplicação na prática da Doutrina de Segurança Nacional. Golbery do Couto e Silva, importante teórico da ESG e personagem essencial no golpe de 1964, enfatizava a importância de se pensar em um Conceito Estratégico Nacional para o país, que deveria corresponder à soma dos objetivos nacionais permanentes e à avaliação estratégica de conjuntura (Costa, 2006). A segurança nacional deveria ser capaz de garantir os objetivos nacionais permanentes, ou seja, deveria prezar pela autopreservação do Estado – por isso a importância de se ter um planejamento estratégico. A Lei de Segurança Nacional de 1967 reafirmava essa crença e demonstrava:

Art. 2. A Segurança Nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos quanto externos.

Art. 3. A Segurança Nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva²⁰.

A guerra psicológica adversa refere-se ao emprego da propaganda com o fim de incitar opiniões contra o governo. A guerra revolucionária ou subversiva caracteriza-se pelo conflito interno inspirada em uma ideologia que tem por objetivo tomar o poder. A guerra revolucionária e subversiva passou a envolver todos os níveis da sociedade, por isso o conceito de segurança passou a ser mais extenso. Assim, foi utilizando a justificativa da ordem e da segurança nacional que os militares tomaram o poder.

Para Comblin (1978, p. 159), a segurança nacional deveria, no contexto de 1964, “supostamente reforçar a democracia e defendê-la contra o comunismo”, porém, o que se percebeu na prática foi, pelas mãos dos “linha-dura”, a total intransigência com a oposição democrática – por isso o afastamento de toda e qualquer contestação ao regime. Certamente o ano de 1967 foi um ano de fortes manifestações, com destaque para o movimento “Frente Ampla”. Em 1968, o projeto “linha-dura” atinge seu auge e decreta o Ato Institucional n.º 5, dando poderes absolutos ao presidente. Era a supressão de qualquer característica de um governo popular – os anos seguintes, de 1968 em diante principalmente, se caracterizariam como “os anos de chumbo”. Porém, antes de adentrarmos nesse tema específico, faremos uma breve análise do golpe de 1964, que René Dreifuss caracteriza como não sendo meramente militar, destacando a importante participação de civis, imprescindíveis para que ele fosse possível.

2.1 O golpe de 1964: os militares tomam o poder com o apoio de parte da burguesia nacional.

Neste tópico seguiremos de perto a análise de René Dreifuss a respeito do golpe de 1964, entre as outras interpretações sobre a tomada de poder pelos militares. O historiador afirma que é muito comum na tradição histórica a ênfase nas práticas políticas dos empresários nas fases anteriores ao golpe de 1964, fato que obviamente merece destaque. No entanto, esse destaque acaba por negligenciar seus interesses políticos e sua ação nos momentos prévios do golpe, o que para o autor, é de suma importância para entendermos todo o processo que culminou em 31 de março de 1964.

²⁰ Decreto-Lei nº 314, de 13/03/67. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacao-1-pe.html>

Dreifuss analisa o impacto da industrialização no Brasil e o nascimento de uma nova burguesia desde a Revolução de 1930, a fim de explicitar como essa nova burguesia e seu posterior desenvolvimento acabou por influenciar o golpe. Com a crescente industrialização no Brasil, com destaque para o governo de Juscelino Kubitschek, havia dois grupos principais de interesses: de um lado, os interesses multinacionais e seus associados; de outro, as classes trabalhadoras industriais. No início da década de 1960 os primeiros se fortaleceram, tornando-se a força econômica dominante. Esses novos importantes atores compreendiam acionistas, diretores de empresas, administradores, gerentes e técnicos, formando uma verdadeira “rede tecnoburocrática de influência dentro dos aparelhos do Estado” (Dreifuss, 2008, p. 80). Esses tecnocratas aplicavam a racionalidade capitalista utilizada em empresas privadas como possível solução para os problemas socioeconômicos que o Brasil enfrentava no início da década de 1960. Além disso, na prática, eles desejavam moldar a opinião pública e fazer parte do governo, utilizando mecanismos políticos e ideológicos para esse fim principal. Um dos primeiros e principais desses grupos constituía o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). O IBAD influenciou e penetrou no legislativo, nos governos estaduais, em assuntos eleitorais, promoveu alguns líderes camponeses, apoiou movimentos estudantis, sincronizou sua atuação com o Movimento Anticomunista, entre outras ações.

Outro instituto de extrema importância na época, e em congruência com os interesses do IBAD, era o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), que reunia a elite orgânica que expressava a ideologia dos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados. Para Dreifuss, além da aglutinação do IPES ao IBAD, também havia aglutinação entre escritórios técnicos, militares da ESG e empresários multinacionais e associados (2008, p. 114).

Além do complexo IPES\IBAD, que era de suma importância para os interesses multinacionais e seus associados, os oficiais militares também seriam importantes atores no projeto desenvolvimentista para o país, por também compartilharem dos mesmos interesses dos tecnocratas já citados. Como já foi dito no tópico anterior, a ESG tinha como um de seus principais pilares o binômio segurança-desenvolvimento e, por isso, era fundamental que tivessem seus interesses ajustados com os dos tecnocratas. Na prática, militares eram diretores ou acionistas de grandes corporações, como Volkswagen, Mercedes Benz, entre outras. Para Dreifuss, essa aproximação foi traduzida tanto pela própria ESG, como pelo acordo militar de 1952 entre Brasil e Estados Unidos, em que se percebia claramente o encorajamento para um aumento da participação de empresas privadas no desenvolvimento nacional.

Com a renúncia de Jânio Quadros, seu vice, João Goulart entraria no poder à revelia dos interesses multinacionais e associados e de alguns setores das Forças Armadas. Soma-se a isso o fato de que o populismo de Jango se mostrou incapaz de manter uma correlação entre as classes dominantes e subordinadas, e houve uma sucessão de insatisfações de diversos setores: a burguesia financeiro-industrial se sentia ameaçada pelas classes trabalhadoras; os quadros médios e superiores das Forças Armadas culpavam o populismo pela depreciação de seus salários, e a oligarquia rural temia a mobilização das massas camponesas. Enfim, tudo indicava que o país passava por uma tremenda crise de autoridade. Muitos acreditavam que essa situação somente seria superada por um golpe preventivo empresarial-militar, sendo o poder civil incapaz de resolvê-la.

Nos momentos anteriores ao golpe foi fundamental o apoio da conjunção IPES/IBAD, uma vez que representava na prática a supremacia política dos interesses do bloco multinacional e associados, por meio de ações ideológicas, sociais, doutrinárias e econômicas. Porém, seus resultados não foram totalmente favoráveis. Por um lado, teve, de fato, forte influência na classe média, e no setor camponês conseguiu estimular as organizações sindicais de direita. Mas, por outro lado, não conseguiu deter as tendências esquerdistas da União Nacional de Estudantes (UNE) e foi incapaz de bloquear organizações de porte nacional de orientação esquerdista entre camponeses e trabalhadores industriais, não havendo, portanto, a formação de uma Frente de Mobilização Popular. Ainda assim, as atividades da conjunção IPES/IBAD estimularam uma inquietação política contra o populismo e, ao lado de vários grupos militares, conspirariam contra o governo culminando com o golpe, estando o complexo IPES/IBAD no centro dos acontecimentos, seja como organizador do movimento civil-militar, seja oferecendo apoio material. É interessante observar que o golpe de 1964, chamado de “Revolução de 1964”, foi na verdade festejado pela maior parte da mídia brasileira. Quem não o fez, teve que fugir (Skidmore, 2000, p. 63).

Em suma, pode-se inferir que o novo Estado que surgiu em 1964 era classista, não somente militar. Não foi um mero golpe militar, mas um movimento civil-militar, planejado e apoiado pelo complexo IPES/IBAD, juntamente com os oficiais da ESG, que estabeleceram uma nova correlação de forças políticas no poder. De fato, os interesses do bloco multinacional e associados foram transferidos para o Estado, “readequando o regime e o sistema político e reformulando a economia a serviço de seus objetivos”. Dessa forma, o golpe inseriu o Brasil no estágio mundial de desenvolvimento capitalista monopolista (Dreifuss, 2008, p. 510).

Acreditamos que essa interpretação de René Dreifuss nos auxilia a compreender toda a conjuntura do golpe de 64, nos dando ferramentas para entendermos melhor as implicações do

governo militar, que se estenderia por mais de duas décadas. Nosso próximo passo será analisar as ações dos militares no poder de fato, ações que manchariam a imagem dos militares no Brasil, a saber, os casos de tortura, assassinatos e desaparecimentos.

2.2 Anos de chumbo: tortura, assassinatos, desaparecimentos, a apropriação dos cargos de governo.

A tortura, desde os tempos mais remotos que vão da Grécia antiga aos dias atuais é tema de profunda discussão por diversos pensadores, perpassando por diferentes áreas do conhecimento. Apesar de sua definição ter sido de uma forma ou de outra modificada com o passar dos tempos, um elemento comum permaneceu. Tortura, em sua definição jurídica, é “o tormento infligido por uma autoridade pública com fins ostensivamente públicos” (Peters, s/d, p.9). Nesse sentido, a tortura é aplicada com a intenção de obter informações ou uma confissão.

Diante disso, no presente tópico, procuraremos analisar como se deu o endurecimento do regime militar por meio não somente do uso da tortura contra os considerados inimigos do governo (denominados subversivos), mas também pela criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), e pelos casos de assassinatos, desaparecimentos e exílios, para que reflitamos de que forma todos esses fatores contribuíram para manchar a imagem do militar no Brasil.

Para Gaspari, a prática da tortura durante o regime militar trouxe graves consequências para as Forças Armadas, uma vez que “os oficiais-generais que ordenaram, estimularam e defenderam a tortura levaram as Forças Armadas brasileiras ao maior desastre de sua história” (2002^a, p. 15). O autor afirma que havia duas principais lógicas para o uso da tortura no período: a concepção absolutista da segurança da sociedade (o país está acima de tudo, portanto, para sua segurança, todos os meios necessários serão utilizados) e a funcionalidade do suplício (a tortura como um método eficaz de obter respostas). Em entrevista a Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, o ex-presidente Ernesto Geisel expressa essa funcionalidade, afirmando que “a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões” (D’Araújo e Castro, 1997, p. 224 e 225). Além disso, apesar de ser enfaticamente negada pelo mais alto escalão do regime militar ainda nos dias atuais, o próprio ex-presidente reconheceu que a tortura ocorreu, mas não todo o tempo.

Após a tomada de poder em 31 de março de 1964, o governo militar que se instaurou publicou, em 9 de abril, o primeiro Ato Institucional (AI-1) assinado pelos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica. O documento possui onze artigos e inaugurava modificações do

Legislativo brasileiro. Exalta o que consideravam uma autêntica revolução, que visava cumprir os interesses não somente de um só grupo específico, mas de toda uma Nação²¹.

Um diferencial da prática da tortura durante a ditadura militar foi seu uso contra a elite. No âmbito policial, por exemplo, ela sempre foi usada contra as classes mais baixas. Durante a República Velha, a tortura não era utilizada contra a elite, que, somente durante o Estado Novo, perdeu essa imunidade tácita. Com a redemocratização, em 1945, ativistas políticos da elite respiraram mais tranquilos, porém, com o golpe de 1964, novamente a elite não foi isenta da tortura estatal. Eram três os responsáveis pela prática da tortura: os próprios torturadores (para obterem confissões); os analistas (recebiam informações e as comparavam com dados anteriores) e os médicos (examinavam o estado físico das vítimas para informarem até que ponto eles poderiam suportar).

A lógica da suspeição era intensa – qualquer comunista em potencial deveria ser imediatamente combatido. Golbery do Couto e Silva, que planejou o Serviço Nacional de Informações (SNI), quando trabalhava Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) também admitiu o uso da tortura:

Nos meses seguintes à Revolução houve excessos. (...) Você não faz uma omelete sem quebrar os ovos. (...) as levas de exilados e os problemas individuais provocados pela reação emocional, me pareciam toleráveis porque haveriam de ser controlados no futuro. Além disso, eu achava que muitas das denúncias eram fruto do exagero. (apud Gaspari, 2002, p. 133):

As investigações eram feitas pelo SNI e pelos serviços secretos das Forças Armadas. Criado em junho de 1964, o SNI tinha as seguintes finalidades:

Art. 2º superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional.

Art. 3º a) assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contra-informação afetas aos Ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais;

b) estabelecer e assegurar, tendo em vista a complementação do sistema nacional de informação e contra-informação, os necessários entendimentos e ligações com os Governos de Estados, com entidades privadas e, quando d o caso, com as administrações municipais;

c) proceder, no mais alto nível, a coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da Secretaria-Geral desse Conselho;

²¹ O Ato Institucional número 1, ou AI-1, está disponível para consulta em http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_2.htm.

d) promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes²².

Respondendo somente à Presidência da República, o SNI chegou a ficar entre os dez centros de informação mais bem equipados do mundo. Porém, mesmo tendo como um de seus principais objetivos a coordenação geral das informações geradas nos Governos Estaduais, entidades privadas ou administrações municipais, o que se pôde perceber foi uma completa desorganização dos sistemas do Exército, Marinha e Aeronáutica, cada qual com seu centro de informações privado, sua forma particular de operacionalização, objetivos e estratégias. Citamos o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações do Exército (CIE) e os diversos Destacamentos de Operações e Informações\Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Havia também a temida Operação Bandeirante (OBAN), subordinada ao DOI-CODI e vinculada ao II Exército, concentrando suas investigações entre Rio de Janeiro e São Paulo²³.

Passemos agora para o período mais crítico da ditadura militar no que se refere ao seu endurecimento – o ano de 1968, no governo de Costa e Silva. Dentre os principais acontecimentos desse ano destacamos: sessenta e oito municípios foram considerados área de segurança nacional e por isso, ficaram suspensas, nessas cidades, as eleições municipais de novembro; pela primeira vez havia uma morte derivada do conflito entre policiais e estudantes, a do estudante Edson Luis, de dezessete anos; foi realizada, no Rio de Janeiro, a “Passeata dos Cem Mil”, reunindo principalmente estudantes, intelectuais, artistas, padres e mães; cerca de 1.200 estudantes foram presos em Ibiúna (São Paulo), quando realizavam clandestinamente o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE); o presidente aprovou a lei de censura de obras de teatro e cinema, e foi criado também o Conselho Superior de Censura²⁴. Somados todos esses conturbados acontecimentos no ano de 1968, no mês de dezembro entrou em vigor o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que, sem prazo de vigência, suprimiu as liberdades democráticas no Brasil²⁵.

Para Boris Fausto, o AI-5 foi “a revolução dentro da revolução ou uma contra-revolução dentro da contra-revolução” (2002, p. 265). Destacamos no documento os seguintes pontos: a Constituição de 1967 continuava a vigorar, o presidente teria o poder de suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos, assim como cassar mandatos eletivos federais,

²² Para consulta, a Lei está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4341.htm

²³ A OBAN, segundo Gaspari, era uma célula repressiva e uma anomalia na estrutura militar convencional. (2002a)

²⁴ A censura tornava ilegal qualquer crítica aos atos institucionais, às autoridades governamentais ou às forças armadas (...) toda a mídia foi colocada sob a supervisão dos tribunais militares (Skidmore, 2000, p. 167)

²⁵ Para consulta, o AI-5 está disponível em http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_6.htm

estaduais e municipais. Todos esses fatores suprimiam a liberdade do indivíduo, mas nenhum artigo causou tanta polêmica quanto a suspensão da garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Para Skidmore, pela primeira vez, desde o golpe de 1964, não havia previsão para o retorno da lei no país (2000, p. 171).

No ano de 1969 ocorreria um dos episódios mais marcantes dos movimentos da esquerda brasileira, o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick. Em carta divulgada na imprensa, assinada pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a prática da tortura foi escancarada em escala nacional:

Nossas duas exigências são: a) A libertação de quinze prisioneiros políticos. São quinze revolucionários entre os milhares que sofrem as torturas nas prisões-quartéis de todo o país, que são espancados, seviciados, e que amargam as humilhações impostas pelos militares. Não estamos exigindo o impossível. B) A publicação e leitura desta mensagem, na íntegra, nos principais jornais, rádios e televisões de todo o país.
 (...) Queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente²⁶.

Os sequestradores conseguiram o que queriam: a libertação dos quinze presos políticos, enviados em segurança para o México. O embaixador foi salvo, e os efeitos da ação dos militantes não foram nulos, principalmente pela divulgação da prática da tortura na mídia. Por outro lado, a ação dos militantes de esquerda fez com que o aparato da segurança da ditadura fosse fortalecido, com o objetivo de dificultar ações daquele tipo. Esse não foi o único sequestro de diplomatas no período, porém foi o que causou maior repercussão.

O ano de 1969 marcou a ditadura. Para Skidmore, naquele ano os militares utilizaram todos os meios para obter informações necessárias ao extermínio da ameaça guerrilheira: “a tortura transformara-se em horrível ritual, num ataque calculado à alma e ao corpo (...) em meados de 1969 esta máquina funcionava com toda a eficiência (2000, p. 181).

Com tamanha violência política, em que se “terminara também a época em que se capturava esquerdista com voz de prisão” (Gaspari, 2002^a, p. 101), a repressão ao terrorismo no início do ano de 1970 atingiu seu ápice. De fato, no final de junho de 1970 estavam desestruturadas todas as organizações que algum dia chegaram a ter mais de cem militantes (Idem, p. 162). O General Médici, então presidente da República, afirmou em um discurso na Escola Superior de Guerra:

²⁶ Carta disponível na íntegra em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/documentos/integra-da-carta-manifesto-dos-sequestradores-de-charles-elbrick/>

“Estamos vencendo o terrorismo da minoria enganada pela falácia de sistemas de vida incompatíveis com a índole de nossa gente” (apud Gaspari, 2002^a, p. 163). Estava claro que, sob a justificativa da preservação da segurança nacional, todos os meios seriam utilizados. E assim foi feito.

Entre tantos outros, dois casos emblemáticos podem ser usados para exemplificar os meios utilizados. Narraremos brevemente suas histórias, com base nos arquivos do site Tortura Nunca Mais.

O primeiro, a tortura e morte Stuart Angel e da luta de sua mãe, a estilista Zuzu Angel, para recuperar o cadáver de seu filho. Stuart Angel (1946-1971) era militante do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Foi preso em 14 de junho de 1971 por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), e ao cair da noite, após inúmeras sessões de tortura, foi amarrado, na Base Aérea do Galeão, à traseira de um jipe da Aeronáutica e arrastado pelo pátio com a boca colada ao cano de descarga do veículo, o que ocasionou sua morte por asfixia e intoxicação por monóxido de carbono. Foi o preso político Alex Polari de Alverga, que testemunhou as sessões de tortura e a posterior morte de Stuart Angel, que enviou uma carta à sua mãe, relatando o que acontecera. Zuzu Angel denunciou o assassinato de Stuart, que possuía dupla cidadania (brasileira e norte-americana) ao senador Edward Kennedy, que levou o caso ao Congresso dos Estados Unidos. Entregou também ao secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger – quando este esteve no Brasil, em 1976 – uma carta pessoal, a tradução da carta de Alex Polari e um exemplar do vigésimo volume da série “História da República Brasileira”, de Hélio Silva, em que o autor relata a morte do estudante. Foi um ato de extrema bravura que provocou a ira dos militares. Zuzu Angel faleceu em 1976 em um acidente de carro, em circunstâncias ainda não esclarecidas, sem ter conseguido enterrar o seu próprio filho.

O segundo caso que também demonstra a extrema violência da ditadura é a do jornalista Wladimir Herzog (1937-1975). Herzog era diretor de jornalismo da TV Cultura e, em 1975, foi convocado ao DOI-CODI/SP para dar explicações sobre sua possível ligação com o Partido Comunista. No mesmo dia apareceu morto em uma cela. A visão oficial era de que ele havia se enforcado com o cinto do macacão que estava usando nas dependências do DOI-CODI, enquanto uma foto divulgada mostrava o corpo de joelhos, evidenciando não haver altura suficiente para o alegado suicídio por enforcamento.

Juntamente com os anos mais duros da ditadura, conhecidos como “os anos de chumbo” o Brasil viveria o chamado “Milagre Econômico”, em que prevalecia um clima de ufanismo,

acentuado pela vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970, fartamente instrumentalizada pelo governo militar²⁷. Mas, para Gaspari (2002^a), o que prevaleceu na memória desse tempo foi a tortura, os assassinatos, os exílios e desaparecimentos.

De acordo com Maria Celina D'Araújo e Celso Castro (1996, p. 2), durante o governo Médici, a tortura tornou-se “procedimento normal, cotidiano e institucionalizado nos porões e prisões do regime militar, respaldada pela aprovação de uns e pela omissão de outros”. Sobre o impacto da repressão para a imagem da instituição, os autores ressaltam: “Nunca, em tempos recentes, a honra e a dignidade das Forças Armadas foram tão atingidas, e por seus próprios membros”.

Sendo uma política do Estado, utilizada por uma instituição baseada na hierarquia e na disciplina, como são as Forças Armadas, o uso da tortura transformou-se em algo corriqueiro e banal, o que Gaspari chama de “burocracia da violência” (2002^a, p. 21). Nesses casos, o torturador não se caracteriza como alguém sádico ou mesmo louco, mas uma pessoa normal, praticando um “serviço” legitimado pelo Estado. Essa visão contraria o discurso de que a tortura ocorria nos porões da ditadura em caráter excepcional, sendo praticada somente por alguns insubordinados, isentando de qualquer culpa a instituição. De acordo com Skidmore (2000), os torturadores acreditavam que os prisioneiros sabiam de segredos essenciais que ameaçavam a segurança do país, e os dividiam em duas categorias: os que haviam confessado e os que precisavam de mais interrogatórios. E assim cada vez mais a violência era utilizada.

É indiscutível que a imagem da instituição ficou manchada. Para Oliveira, o envolvimento das Forças Armadas com a tortura e o assassinato de presos durante a ditadura militar configurou-se em uma desonra da profissão militar, “cuja farda manchou-se de sangue” (Oliveira, 1994, p. 107). O autor ainda destaca que o envolvimento militar na repressão obteve tamanha repercussão em sua imagem por ter sido de caráter institucional, ou seja, tudo foi decidido e comandado pela hierarquia militar. Para reverter esse processo, a abertura política seria uma alternativa para a recuperação da institucionalidade do aparelho militar: “a retirada do aparelho militar do centro do poder no regime autoritário implicaria a submissão política do setor militar responsável pela política de repressão” (Idem, p. 108). Neste ponto destacamos a anistia irrestrita de 1979, alvo de críticas e debates até os dias atuais, tema de nosso próximo tópico.

²⁷ Como exemplos desse clima ufanista temos a marchinha “Pra frente Brasil” composta para a seleção brasileira e fotos do jogador Pelé com o *slogan* “Ninguém segura esse país”.

3. O processo de abertura política

O presidente Ernesto Geisel é conhecido por inaugurar a distensão política, que visava não causar maiores traumas ao regime, a famosa transição “lenta, gradual e segura”, como o próprio presidente enunciara em uma ocasião. O governo Geisel possuía quatro metas principais: manter o apoio majoritário dos militares, reduzindo ao mesmo tempo o poder da linha dura e restabelecendo o caráter mais puramente profissional dos membros das forças armadas; controlar os denominados subversivos; dar início ao retorno à democracia e, por fim, manter altas taxas de crescimento (Skidmore, 2000). Certamente, deveria haver um forte equilíbrio político para que essas metas fossem cumpridas, e a mudança de um regime autoritário para democrático não seria facilmente alcançada. Para Oliveira (1994), as principais motivações para o processo de abertura política tiveram origem dentro da própria instituição militar.

As entrevistas realizadas por Celso Castro e Maria Celina D’Araujo, compiladas no livro “Militares e Política na Nova República” (2001), demonstram que, de uma forma geral, os militares acreditavam que a transição era necessária, o que não quer dizer que havia unanimidade entre eles. A estratégia seguida pelo presidente Geisel e por seu chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, foi a de separar a linha dura e os radicais do centro de discussão do poder e inserir a lenta transição para a democracia, o que ficou conhecido como “transição pelo alto”.

A derrota da ARENA²⁸ nas eleições de 1974 representou uma demonstração da insatisfação da sociedade com o regime militar. Com essa derrota, já não era possível fazer emendas na Constituição, pois o partido do governo perdera a maioria no Congresso. Com a próxima e última presidência militar, o processo de abertura deveria ser de fato concretizado, trazendo em pauta um assunto delicado: a anistia.

Sobre o processo de abertura política, Maria Celina D’Araújo afirma:

Nossa transição foi a mais longa entre todas aquelas praticadas pelas ditaduras militares que caíram na época, e nossa democracia foi, até fins da primeira década do século XXI, a única que nunca processou um único militar por desrespeito aos direitos humanos durante a ditadura. (2010, p. 108)

²⁸ Durante a Ditadura Militar, entre os anos 1966 a 1979, dois partidos dividiam o cenário político. O primeiro, partido da situação, era a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), formado por uma frente conservadora que dava sustentação política ao governo. O partido de oposição era o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que abrigava os opositores do Regime Militar, opositores muitas vezes com diferenças ideológicas visíveis.

No próximo tópico abordaremos como se deu o processo de anistia, que permanece um assunto de bastante polêmico ainda hoje, pois a abertura dos porões da ditadura incidiu e incide ainda diretamente na imagem que as Forças Armadas ainda ostentam.

3.1 A anistia ampla, geral e irrestrita: discussões até os dias atuais.

A última presidência militar foi a do general João Batista Figueiredo, antigo chefe do SNI. Apesar dos problemas econômicos do país e das crescentes greves realizadas pelo movimento operário, no qual se destacaria o líder Luis Inácio Lula da Silva – futuro presidente do Brasil entre 2003 e 2010 –, uma das primeiras medidas tomadas pelo presidente Figueiredo no nível político foi a discussão da anistia. O projeto da liberalização lenta e gradual permitia que cada vez mais setores da sociedade tivessem voz ativa na aprovação da lei da anistia e a volta à democracia. Nesse contexto, destacam-se o Comitê Brasileiro pela Anistia do (CBA), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

De fato, a anistia era essencial para o processo de abertura política do país e sua posterior redemocratização. Em junho de 1979, o presidente Figueiredo encaminhou ao Congresso o projeto de lei. Finalmente, a Lei 6.683/79, ou a Lei da Anistia, seria sancionada no mês de agosto.

Tema de discussão até os dias atuais, essa lei é realmente ampla e irrestrita, ou seja, visava anistiar ambas as partes. Seu primeiro artigo demonstra claramente essa concepção:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares²⁹.

Não há na lei anistia referência para os crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Igualmente, não há previsão de pagamento de indenizações às vítimas do regime. Em 1995, foi criada a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos com o objetivo de “solucionar a situação jurídica das famílias de pessoas desaparecidas durante o regime militar e ainda sem atestado de óbito” (D’Araújo, 2010, p. 146). A reparação monetária para essas famílias foi possível

²⁹ Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm

pela Lei 10.559, de 2002³⁰, e a Lei dos Desaparecidos, de número 9.140, que permitiu o atestado de óbito aos desaparecidos políticos durante o regime³¹.

Para Maria Celina D'Araújo (2010), as Forças Armadas brasileiras queriam sair preservadas do processo de abertura, sem possibilidades de cobranças sobre tortura e desmandos do passado, ao contrário do que ocorreu na Argentina. Certamente o que aconteceu no Brasil em relação à anistia foi o oposto do que houve no país vizinho, pois na Argentina os generais líderes da ditadura foram parar no banco dos réus, e acabaram condenados. Os julgamentos possuíam também uma função política, a de mostrar aos argentinos como de fato foi a ditadura em seu país, e como se deveria repensar a atuação das Forças Armadas do país, ou seja, escancarou para a população os fatos mais difíceis, mais intragáveis da atuação dos militares. A população também não se calou: houve manifestações pelos desaparecidos, espera na porta dos tribunais e um constante grito por justiça por seus parentes, amigos ou simplesmente compatriotas. Um processo contrário ocorreu no Brasil, que tem buscado evitar tocar no assunto e manter os porões e arquivos da ditadura fechados.

A Lei da Anistia é alvo de críticas até os dias atuais, sendo acusada de buscar beneficiar somente os militares que praticaram tortura e outros crimes relacionados. O termo “crimes políticos ou conexo com estes” é interpretado por Skidmore como um “artifício para dar cobertura aos torturadores” (2000, p. 426). Novas discussões a respeito de uma possível revisão da Lei da Anistia surgiram em 2009, quando a OAB questionou a sua interpretação e levou o caso ao Supremo Tribunal Federal (STF). Depois de dois dias de julgamento, os ministros do STF decidiram que se deveria manter a lei de 1979.

De acordo com Oliveira, a questão da anistia tem um duplo sentido: ao mesmo tempo em que foi uma conquista democrática foi também um muro protetor à instituição militar. O autor afirma que, mesmo na democracia, a anistia parecia estar fadada a “morrer no nascedouro, já que qualquer tentativa de responsabilizar, indivíduos ou o aparelho militar (inclusive por fatos ocorridos após a anistia) tem merecido o (des)qualificativo de revanchismo” (1994, p.110)³². Para D'Araújo (2010, p. 147), a interpretação dada à Lei da Anistia é a de que tudo fora perdoado, e, portanto, foi um esquecimento incondicional.

Mesmo com a defesa da lei por parte de alguns setores, sempre há discussões a respeito de sua validade e imunidade, principalmente nos últimos dez anos. Para D'Araújo (2010, p. 160), apesar dos debates atuais a respeito da anistia não terem mobilizado a sociedade ou o parlamento,

³⁰ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10559.htm.

³¹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9140.htm

³² Discutiremos o termo “revanchismo” mais adiante.

demonstraram a capacidade de resistência organizada dos militares para manter intactos certos pontos relativos à nossa memória.

Três eventos atuais (2010-2011) marcaram profundamente a discussão a respeito da Lei da Anistia do Brasil e outro assunto de igual relevância: a possível abertura dos arquivos dos porões da ditadura. O primeiro traz implicações em nível externo para o país, e o segundo e terceiro, em nível interno, porém todos com inegável importância para o debate sobre o assunto.

O primeiro caso ocorreu no fim de 2010, quando a Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Estado brasileiro de violação dos direitos humanos por atos cometidos na repressão à guerrilha do Araguaia, entre 1972-1974. A Lei da Anistia foi citada. Segundo o relatório, a anistia brasileira não está de acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, principalmente por não liberar certos arquivos sobre a guerrilha. Pela decisão, o Brasil agora deverá investigar os excessos cometidos no combate à guerrilha por meio da justiça comum e a Lei da Anistia não deve ser utilizada para impedir as investigações, logo, os apontados como culpados não podem se amparar na referida lei. Para o presidente do STF, Marco Aurélio Mello, a Lei da anistia foi bilateral e significou perdão em um sentido maior: “Foi a virada de página para nós avançarmos culturalmente”³³. Por outro lado, a mulher de um dos desaparecidos da guerrilha do Araguaia afirmou: “Vencemos a arrogância dos militares e do Judiciário”³⁴. É um duro embate. Apesar da condenação, pelo fato do Brasil ser signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, essa decisão não interfere naquela tomada pelo STF, a de manter a Lei da Anistia intacta.

O segundo caso envolve o Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (projeto Memórias Reveladas), um órgão criado pelo próprio governo federal com o objetivo de reunir e divulgar os documentos secretos do regime militar. O então presidente substituto da Comissão de Altos Estudos do Projeto Memórias Reveladas, o historiador Carlos Fico, acabou renunciando por lhe ter sido negado o direito de acessar um dos acervos da ditadura, que segundo um funcionário do Arquivo Nacional, só seria disponibilizado a partir do último dia da campanha eleitoral de 2010. Carlos Fico afirmou: “não podem os arquivos brasileiros arvorarem-se em intérpretes do direito à

³³ Entrevista disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/846413-presidente-do-stf-afirma-que-punicao-da-oea-nao-anula-decisao-sobre-a-lei-da-anistia.shtml>

³⁴ Reportagem disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/846223-familiares-de-vitimas-elogiam-decisao-que-condenou-brasil-por-araguaia.shtml>

privacidade e arbitrarem – conforme as idiossincrasias do funcionário ocasionalmente situado na posição de decidir – se este ou aquele documento agride a honra ou a imagem de alguém³⁵.

Historiadores e até mesmo o Secretário do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, Jair Krischke, discordaram da decisão de não permitir o acesso aos documentos sobre a ditadura militar. Após a demissão de Carlos Fico, outro membro do projeto Memórias Reveladas também se demitiu – a historiadora e ex-presca política Jessie Jane Vieira de Sousa, que afirmou:

Da ideia inicial de oferecer o acesso aos documentos da ditadura, o Memórias Reveladas virou um projeto burocrático do Arquivo Nacional. Documentos que deveriam ser públicos, porque já foram desclassificados, continuam submetidos à cultura do segredo.³⁶

Ao discutir a questão da abertura dos porões da ditadura, Maria Celina D’Araújo (2010, p. 146) afirma que a instituição militar tomou para si:

a defesa daqueles que atuaram na repressão, e tomou isso como uma missão. Prevaleceu o pacto do silêncio, um veto sobre o passado, uma interpretação de que o passado é esquecimento (...) Não se trata de defender pessoas, mas de zelar pelo nome da instituição e pela “honra” dos colegas fardados.

O terceiro evento que trouxe à discussão a abertura dos arquivos dos porões da ditadura refere-se à criação de uma Comissão Nacional da Verdade, que visa apurar casos de violação de Direitos Humanos ocorridos no período da ditadura militar, como previsto no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Dentre os objetivos da Comissão, destacamos o de “identificar e tornar públicas as estruturas utilizadas para a prática de violações de Direitos Humanos, suas ramificações nos diversos aparelhos de Estado e em outras instâncias da sociedade³⁷”. O decreto do Presidente Lula causou forte desconforto entre os líderes das Forças Armadas – o ponto que mais causou discussões foi a Diretriz 23, que apresentava como objetivo estratégico “promover a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil”. O termo “repressão política” foi o que mais causou polêmica, e os comandantes das Forças Armadas reagiram imediatamente à publicação do decreto, havendo inclusive ameaça de renúncia tanto dos comandantes quanto do ministro da Defesa, Nelson Jobim.

³⁵ Reportagem do Jornal “O Globo” - Historiador se demite em protesto contra sigilo de acervos da ditadura no período eleitoral. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2010/mat/2010/11/03/historiador-se-demite-em-protesto-contrasigilo-de-acervos-da-ditadura-no-periodo-eleitoral-922934844.asp>

³⁶ Reportagem do Jornal “O Globo” - Historiadora se desliga de entidade por discordar de 'cultura do segredo' sobre documentos do regime militar. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/11/03/historiadora-se-desliga-de-entidade-por-discordar-de-cultura-do-segredo-sobre-documentos-do-regime-militar-922941991.asp>

³⁷ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm

As reclamações também se baseavam na afirmação de que o texto colocaria em xeque a Lei da Anistia, além de fazer uma distinção entre militares e civis, com relação aos crimes cometidos durante a ditadura militar, como tortura e assassinatos. O texto, segundo essa interpretação, estaria responsabilizando os agentes do Exército e deixando no anonimato violações cometidas por grupos da esquerda armada.

Em resposta a essa situação, o então presidente Lula afirmou que sua intenção não era promover uma “caça às bruxas”, e prometeu revisar o documento, fato que causou desconforto para o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Vannuchi afirmou que a comissão “não é revanchista, não é contrária à lei de anistia e pretende completar caminhada de décadas, desde o governo Fernando Henrique, a quem competiu a etapa de criar a comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos e a comissão de anistia”³⁸.

Finalmente, após tantas repercussões, o texto foi alterado pelo próprio presidente, pelo decreto nº 7177, de 12 de maio de 2010³⁹. No decreto original (número 7037, de 21 de dezembro de 2009) lia-se como uma das ações programáticas a respeito da preservação da memória histórica e construção pública da verdade:

c) Identificar e sinalizar locais públicos que serviram à repressão ditatorial, bem como locais onde foram ocultados corpos e restos mortais de perseguidos políticos.

A alteração foi feita pelo decreto 7.177, de 12 de maio de 2010, assim permanecendo:

c) Identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade, bem como promover, com base no acesso às informações, os meios e recursos necessários para a localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos.

Nesse caso específico, houve troca de “repressão ditatorial” para “prática de violações de direitos humanos, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade”, ou seja, fica implícito que os membros das Forças Armadas não seriam os únicos responsáveis pelos crimes cometidos durante a ditadura militar. Outro termo alterado foi de “perseguidos políticos” para “desaparecidos políticos”, abrindo a nosso ver os atos persecutórios praticados pelo regime ditatorial.

³⁸ Matéria de O Globo de 08/04/2010, “Vannuchi diz que Comissão da Verdade é a favor das Forças Armadas”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/04/08/vannuchi-diz-que-comissao-da-verdade-a-favor-das-forcas-armadas-916278573.asp>

³⁹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7177.htm

O projeto de lei que cria a Comissão Nacional da Verdade⁴⁰, exigência dos decretos acima, tem como um de seus objetivos principais o de “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (Art. 1º). No documento, não há o termo “repressão política”, e há a idéia expressa de que a Comissão não possui caráter punitivo em nível jurídico ou persecutório, apesar de ter como um de seus objetivos o esclarecimento dos casos de tortura, mortes e desaparecimentos. O projeto se ainda encontra em trâmite na Câmara, aguardando votação.

Em 31 de dezembro de 2010, assumiu um novo governo no Brasil, e pela primeira vez na história nacional uma mulher ocupou a presidência da República, Dilma Rouseff. A atual presidente integrou organizações que defendiam a luta armada contra a ditadura militar, como o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Capturada, passou dois anos e um mês presa, entre 1970 e 1972, primeiramente na Operação Bandeirante (OBAN) e, posteriormente, no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde sofreu sessões de tortura.

Logo nos primeiros dias do novo governo a nova ministra da Secretaria dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, afirmou que um de seus primeiros objetivos é a aprovação pela Câmara da Comissão Nacional da Verdade, e que esta não deve ser encarada como uma atitude revanchista:

A constituição da Comissão da Verdade não se trata, jamais, de qualquer atitude de revanche (...) estamos movidos pelo entendimento e até pelo reconhecimento que no Brasil de hoje, no Estado brasileiro, não há qualquer instituição contra a democracia (...) as Forças Armadas são parte da consolidação democrática deste Brasil e nas Forças Armadas há o desejo de trabalharmos de forma conjunta neste processo de consolidação da democracia (...) Hoje, no governo, não temos qualquer contradição entre setores dos Direitos Humanos e das Forças Armadas. Somos parte de um mesmo projeto nacional de democracia e as Forças Armadas contribuem para a consolidação do processo democrático⁴¹.

O ministro de Defesa Nelson Jobim concordou com a ministra, afirmando que o Ministério de Defesa apóia a criação da Comissão Nacional da Verdade, mas que se deve investigar não só as ações praticadas pela ditadura, mas também a atuação de grupos da esquerda armada. Jobim ainda afirmou que não pode haver retaliação ao passado, principalmente no que se refere à Lei da Anistia.

Para D’Araújo (2010, p. 108), o Brasil busca uma “conciliação com seu passado autoritário como forma de construir a democracia, ora pedindo a verdade, ora insistindo no esquecimento e na

⁴⁰ Projeto de Lei em trâmite na Câmara dos Deputados: PL 7670/2010. Disponível em http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=478193

⁴¹ Reportagem do Jornal “O Estadão” – Comissão da Verdade não é revanche, diz nova ministra. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,comissao-da-verdade-nao-e-revanche-diz-nova-ministra,661450,0.htm>

impunidade”. Certamente a anistia e a abertura dos arquivos dos porões da ditadura ainda serão motivos de debates no cenário contemporâneo, pois envolvem interesses antagônicos, que precisam ser postos em pauta. Resta-nos aguardar e torcer para que finalmente a sociedade brasileira conheça de fato, sem medos ou receios, um dos períodos mais obscuros de sua história.

3.2 A abertura política no Brasil: a campanha pelas Diretas Já, o governo Sarney e a divulgação de relatórios prejudiciais à imagem das Forças Armadas.

Uma vez que estamos falando de abertura política no Brasil, é necessário diferenciarmos liberalização de democratização, como foi muito bem explicitado por Alfred Stepan em “Os militares: da abertura à Nova República” (1986). Para o autor, liberalização significa mudanças de orientação política e sociais, e se refere principalmente à sociedade civil, enquanto que a democratização é um conceito político, que acarreta a liberalização e diz respeito à sociedade política.

No Brasil, o processo de abertura não foi encarado com bons olhos pela extrema direita. Diversos atentados comprovam essa insatisfação: bancas de jornal foram alvos de bombas por não se recusarem a vender publicações esquerdistas; uma carta-bomba foi enviada à sede da OAB; o atentado mal sucedido ao Riocentro (local de eventos) durante um comício de 1º de maio, que provocou a morte de um sargento e feriu gravemente um capitão. Com grande cobertura da mídia, houve forte desconforto para o Exército, o que causou a renúncia de uma das principais cabeças do regime militar: Golbery do Couto e Silva. Fora Golbery que, juntamente com Geisel, apoiara o processo lento de abertura, e que, no governo Figueiredo, trabalhou para assegurar a redemocratização do país, que para ele, “embora de tipo limitada, era certa e necessária” (apud Skidmore, 2000, p. 444).

Mesmo sem Golbery, as eleições de 1982 se realizaram. Com a derrota do partido do regime, agora com o nome de Partido Democrático Social (PDS)⁴² em estados essenciais e a vitória do agora Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o presidente Figueiredo já não possuía forte presença no cenário político, presença essa reduzida também por um problema de saúde. Mesmo assim havia um trunfo para a ditadura: a eleição para presidente da república ainda era indireta. Começa então, em 1985, uma forte campanha para eleições diretas para presidente, conhecida como “Diretas Já”, caracterizado por Oliveira como o “grande encontro da sociedade

⁴² O Partido Democrático Social (PDS) foi fundado em 1980, após o fim do bipartidarismo no Brasil. Era o sucessor da ARENA, antigo partido da situação do Regime Militar entre 1966 e 1979.

civil consigo mesma” (2004, p. 195). Com o apoio de figuras políticas conhecidas, como Lula, Leonel Brizola, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela e Franco Montoro, além de artistas, como Fafá de Belém, Chico Buarque de Holanda, Elba Ramalho, o jogador Sócrates e outros, a campanha foi ganhando cada vez mais voz no noticiário nacional. Inicialmente, houve veto, por instrução do governo militar, porém, os comícios que reuniam milhares pessoas e causavam comoção nacional ao entoarem o hino nacional ao final, eram impossíveis de ignorar.

A candidatura para a presidência da república, mesmo indireta, prosseguiu. A vitória foi do candidato do PMDB, Tancredo Neves, político que obteve cargos nos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, e possuía ideias moderadas, o que favorecia todo o contexto político da redemocratização. Não representava uma forte ameaça aos militares, e possuía uma rede de relações com eles. No entanto, na véspera de sua posse, foi internado com grave problema de saúde. Nesse momento, houve um grande desconforto geral. Pela Constituição, quem deveria assumir era o vice-presidente, José Sarney, mas o presidente Figueiredo o considerava “traidor por haver desertado do partido do governo para concorrer com o candidato da oposição” (Skidmore, 2000, p. 494). Por esse motivo, o presidente se negou a passar a faixa presidencial a Sarney. A situação ficaria ainda pior quando Tancredo Neves, primeiro presidente civil após anos de regime militar, faleceu.

A relação de Sarney com as Forças Armadas não era, no entanto, ruim. A escolha de Tancredo para ministro do Exército, o general Leônidas Pires, permaneceu. Muito se fala de tutela militar neste período, um dos motivos de debate no meio acadêmico, porém concordamos com a interpretação de Celso Castro e Maria Celina D’Araújo de que este é um termo muito forte (2001). Certamente, durante esse primeiro governo civil a instituição militar possuía grande força política. Mesmo assim, as Forças Armadas estavam vivendo um momento delicado durante esse primeiro governo civil, com a divulgação dos casos de tortura expostos cada vez mais na mídia. Havia também o medo do “revanchismo”, algo identificado como o maior temor das Forças Armadas durante o período transitório (Idem, 2001). Essa discussão permeou toda a questão da instituição durante o processo da Constituinte, que será discutido mais adiante.

Como o presidente Figueiredo havia tornado os torturadores do regime inimputáveis, parecia que esses não iriam sofrer nenhuma consequência, assim como a instituição. Não foi o que ocorreu, pois sua imagem ficaria seriamente comprometida.

Um bom exemplo da utilização da mídia como divulgação das arbitrariedades praticadas pelas Forças Armadas durante a ditadura foi a do projeto organizado clandestinamente entre 1979 e

1985, denominado “Brasil: nunca mais”. Ele expôs a prática da tortura durante o regime militar baseado em 707 processos do Superior Tribunal Militar (STM) entre 1961 a 1979. No livro homônimo, publicado pela Editora Vozes, fica claro o objetivo do projeto: “materializar o imperativo escolhido como título da investigação: que nunca mais se repitam as violências, as ignomínias, as injustiças, as perseguições praticadas no Brasil de um passado recente”. Os autores deixam bem claro que a publicação não significa qualquer tipo de revanche ou tentativa de haver um “Nuremberg brasileiro” (Arns, 1985, p. 26). No prefácio, Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo, que lutou pelo fim da tortura e pela redemocratização do país, afirma que a tortura “além de desumana, é o meio mais inadequado para levar-nos a descobrir a verdade e chegar a paz” (Idem, p. 11).

O livro choca pelos detalhes de cada depoimento, inclusive com os nomes das vítimas e de seus torturadores. Porém, não se detém neles. Discute cada aspecto da tortura: sua definição, evolução histórica, reintrodução nos processos penais, a relação entre Inquisição e Doutrina de Segurança Nacional, e por fim, sua progressiva rejeição. O impressionante do livro é o fato de que ele detalhou para todos a prática de tortura com base nos próprios registros oficiais dos militares. Para Skidmore, essa publicação era “dinamite em potencial no clima político da Nova República” (2000, p. 515).

O grupo “Tortura Nunca Mais” também representa a busca para que os “porões da ditadura” sejam revelados. O grupo foi fundado em 1985 por ex-presos políticos que foram torturados durante o regime militar e também por familiares de mortos e desaparecidos políticos. Dentre os principais objetivos do grupo apontamos: a luta contra toda e qualquer violação dos direitos humanos; apoio e solidariedade às pessoas que lutam pela causa dos direitos humanos no mundo; a assistência – reabilitação física e psicológica – a pessoas atingidas pela violência organizada e a divulgação da história de nosso país durante o período de ditadura, visando esclarecer as circunstâncias das prisões, torturas, mortes e desaparecimentos ocorridos naquele período⁴³.

Em contraposição ao projeto/livro “Brasil: Nunca mais” e mesmo ao grupo “Tortura Nunca Mais” há a ONG Terrorismo Nunca Mais, ou TERNUMA. No site oficial, há a especificação dos atos de terrorismo praticados pela esquerda brasileira. Destacamos o atentado ao aeroporto de Guararapes, os assassinatos do Capitão dos Estados Unidos Charles Chandler, do Tenente da Polícia Militar Alberto Mendes Junior, do marinheiro inglês David A. Cuthberg, do Major alemão

⁴³ Extraído do site oficial do Grupo Tortura Nunca mais. Disponível em <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/Conteudos.asp?REfresh=2010122413402192020852&Pagina=QuemSomos&Titulo=Quem%20Somos>

Ernest Tito Otto, os sequestros do embaixador dos Estados Unidos, do cônsul da Suíça, do cônsul do Japão. Na apresentação do grupo TERNUMA, disponível no site oficial, destacamos seus argumentos:

Hoje, enquanto o comunismo jaz destroçado em quase todo o mundo – inclusive em seu berço -, no Brasil, quintal das ideologias extremistas, seus seguidores posam, capciosamente, como “defensores” de uma democracia que tentaram e ainda tentam acabar. (...) Ter agido como terrorista ou como comunista, no passado, passou a ser considerado, hoje, como um procedimento “politicamente correto” e como um importante ponto de referência em seus currículos. (...) Facciosamente endeusados pela mídia e abrigados por algumas autoridades, deturpam e invertem a história, arvoram-se em senhores da verdade e, quais patrulhólogos de plantão, desenvolvem um revanchismo odioso, célere em perseguir e, mesmo, destruir todos aqueles que lutaram para impedir seus desígnios. (...) A “democracia” que nos está sendo imposta não prima pelo império da lei, mas pela licenciosidade e pela impunidade que acobertam, sob o manto de uma falsa política de “direitos humanos”, as ações criminosas dos bandidos, dos sem-cidadania, dos sem-terra, dos sem-teto e dos sem-pátria. (...) Toda moeda tem duas faces. Está na hora de conhecerem a outra.⁴⁴

A justificativa para grupos como “Terrorismo Nunca Mais” é de que o Brasil estava em guerra subversiva, e para que o país não caísse em um regime comunista foi feito o que era necessário. Como vimos, as intervenções militares sempre serviram para exaltar a honra militar, sendo os militares considerados necessários para a ordem política. Isso mudou com a ditadura militar, e a redemocratização do país representou um desafio para a instituição reconquistar sua imagem.

3.3 Forças Armadas e redemocratização: críticas na imprensa

Há claros exemplos de crítica às Forças Armadas durante o início da redemocratização do país, até o fim do governo de Sarney. A eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral é contraposta ao regime militar no editorial da Folha de São Paulo de 16 de janeiro de 1985:

Veio a tutela militar. Mas o autoritarismo não significa apenas as violências, as prisões políticas, a tortura, o exílio, nem somente os casuísmos, a ojeriza ao voto popular e às mobilizações de massa. Também se enraízam aí – nessa desigualdade básica com que divide os cidadãos entre os que têm sensatez e os que não têm – o contumaz desrespeito à opinião pública, o desprezo à memória dos cidadãos, o descompromisso com qualquer idéia da qual não se possa tirar imediata vantagem pessoal, o uso sistemático da desinformação e do segredo⁴⁵.

⁴⁴ Disponível em <http://www.ternuma.com.br/apres.htm>

⁴⁵ Disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_16jan1985.htm

Durante o governo Sarney destacamos três matérias da Revista Veja a respeito da situação das Forças Armadas nessa época, e a primeira trata do desconforto da instituição com sua situação no Congresso Nacional. Com data de 30 de outubro de 1985, a matéria tem por título “A constelação da crise”. A discussão é a respeito da proposta de emenda do então deputado Jorge Uequet, (PMDB-RS), que visava anistiar amplamente 2600 militares cassados ou punidos por atos administrativos praticados após 1964. Eles poderiam voltar à ativa com seus postos atualizados e ainda seriam recompensados com todos os salários desde a punição. Os três ministros das Forças Armadas ameaçaram se demitir se a emenda fosse aprovada, o que foi visto como uma pressão militar ao congresso nacional. Por fim, a emenda foi derrotada por falta de *quorum* mínimo. Em relação à situação, o deputado Francisco Pinto afirmou: “O Legislativo se curvou às pressões militares”⁴⁶.

A segunda reportagem, da mesma edição, tem por título “O porão começa a falar”. Trata, segundo a revista, da primeira denúncia de um ex-cabo do Exército sobre o lado obscuro da ditadura militar. O cabo discorre a respeito da morte do jornalista Alexandre Von Baumgarten e denuncia o envolvimento de oficiais do Exército que tentaram desestabilizar Tancredo Neves por meio de cartazes sugerindo que seria comunista, sob supostas ordens do ex-chefe do SNI, General Newton Cruz, que negou ferozmente as acusações e afirmou: “Estou absolutamente solitário na Nova República”. De fato, houve prisão de jovens coladores de cartazes apreendidos pelos seguranças do então opositor de Tancredo, Paulo Maluf. Porém, eles foram liberados por um oficial superior do Exército no meio da madrugada.

Na terceira reportagem, já na discussão do processo da Constituição brasileira, o general Leônidas Pires é protagonista. Datada em 2 de setembro de 1987, tem por título “A sombra do quepe”. Aborda a influência do general e sua preocupação a respeito da definição constitucional das Forças Armadas que seria aplicada na Constituição. Sobre a opinião do general a revista é incisiva: “não caberia ao ministro do Exército, falando no exercício de suas funções, condená-lo (o anteprojeto da Constituição) com tanta veemência”.

Nos governos democráticos seguintes, a instituição militar lutou para recuperar o prestígio e a imagem perdidos durante os anos de chumbo. A mídia, que outrora divulgou os casos de tortura e demais crimes das Forças Armadas, foi a maior aliada da instituição anos depois, para a recuperação de sua imagem, por meio da participação brasileira na MINUSTAH.

⁴⁶ Revista Veja Edição 895, 30 de outubro de 1985.

4. A Constituição de 1988 e a subordinação dos militares ao poder civil

Assim que os trabalhos da Constituinte foram iniciados, instaurou-se uma preocupação no meio militar a respeito de qual seria o papel atribuído à instituição, e os ministros das três forças, do Estado maior das Forças Armadas, os chefes do SNI e da casa militar se reuniam constantemente para discutirem a questão, o que caracterizou um verdadeiro *lobby* militar (Castro e D'Araújo, 2001). Para Oliveira (1994), houve pressões, sobre o Congresso constituinte, a respeito da futura definição da função constitucional das Forças Armadas e até mesmo sobre o regime presidencialista e o mandato presidencial.

Para Castro e D'Araújo (2001), as principais preocupações dos militares em relação à Constituinte eram a revisão de atos praticados durante a ditadura militar e a manutenção da destinação constitucional das Forças Armadas como mantenedoras da lei e da ordem, em caso de convulsões internas. No livro citado, “Os militares e a política”, os pesquisadores entenderam que, na visão de seus entrevistados, a Constituição estava “olhando para o retrovisor”: preocupada mais com o passado do que com o futuro. Além disso, outro fator apontado seria que a Constituinte teria “partido do zero”, esquecendo-se de experiências anteriores e configurando uma “colcha de retalhos”. Ainda seguindo a interpretação de D'Araújo e Castro, no final do processo da Constituinte, os militares conseguiram reverter o processo que eles consideravam prejudicial para a instituição e neutralizaram o chamado “revanchismo” (Idem, p. 19). De certa forma, os militares não saíram muito prejudicados com o processo de abertura política no Brasil.

“Revanchismo” é um termo muito utilizado para caracterizar o temor das Forças Armadas na redemocratização, tanto em relação à Constituinte quanto pela memória histórica que prevaleceria nesses novos tempos. Na pesquisa de D'Araújo e Castro pode-se perceber essa preocupação por parte dos militares, a de que a esquerda ainda estaria atuando, tanto no parlamento quanto na mídia, que seria o principal instrumento desse revanchismo, inclusive por expressar uma visão estigmatizante das Forças Armadas. Em depoimento aos pesquisadores, o Brigadeiro Sócrates afirma: “Nada do que é positivo é exaltado na nossa imprensa. A imprensa é absolutamente contrária. A nossa imprensa é radicalmente contra as Forças Armadas. Até hoje” (Castro e D'Araújo, 2001, p. 22). Certamente o peso de uma imagem negativa veiculada pela imprensa causou um forte impacto para a instituição, por isso a recuperação de sua imagem torna-se essencial à instituição ainda nos dias atuais.

Apesar de todas as prerrogativas e discussões acaloradas, o texto da Constituição em relação aos poderes constitucionais das Forças Armadas assim permaneceu:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (Constituição de 1988, art. 142)

Oliveira (1994) destaca que o artigo 142 ampliou a autonomia militar, na medida em que qualquer um dos Poderes, em todos os níveis, poderia convocar as Forças Armadas, se necessário, mas com o aval do Presidente da República, chefe supremo da instituição. Mas, ainda assim, faltava uma maior clareza quanto a seu papel. A Lei complementar de 1999⁴⁷, assim como a Lei Complementar de 2010⁴⁸, são importantes instrumentos para a definição da organização, do emprego, da subordinação e do orçamento das Forças Armadas. A primeira lei, de 1999, não alterada pela de 2010, especifica o emprego das Forças Armadas na defesa do país e de quem deve ser a decisão deste emprego:

Art. 15. O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais.

§ 1º Compete ao Presidente da República a decisão do emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

§ 2º A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal.

O artigo 144 da Constituição Federal, citado acima, se refere especificamente à Segurança Pública do país, que é dever do Estado, mas responsabilidade de todos. Portanto, esgotadas todas as vias possíveis e legais para a preservação da Segurança Pública, o Presidente da República pode solicitar o emprego das Forças Armadas por iniciativa própria ou a pedido de qualquer um dos Poderes constitucionais (governadores ou prefeitos, por exemplo).

⁴⁷ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp97.htm

⁴⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp136.htm

Em relação à Segurança Nacional, a lei que prevalece até os dias atuais é a de 1983. Segundo a Lei 7170/83⁴⁹, os crimes contra a Segurança do país são aqueles que lesam a integridade territorial e a soberania nacional, o regime representativo e democrático, e a Federação, o Estado de Direito e a pessoa dos chefes dos Poderes da União. Não há menção à guerra subversiva ou psicológica, como ocorria na de 1967.

Certamente, o uso e as atribuições das Forças Armadas devem ser constantemente repensados e discutidos, uma vez que pensar em Defesa não é pensar exclusivamente em assuntos militares, mas também na soberania do país num sentido amplo. Sem serem ameaçados pela nova Constituição e com uma forte influência no governo do presidente Sarney, pode-se dizer que os militares gozavam de certa tranquilidade no fim da década de 1980. Porém, a primeira eleição direta para presidente e os governos civis posteriores colocariam à prova a subordinação da instituição ao poder civil, prova principal de uma democracia consolidada.

⁴⁹ Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L7170.htm>

Capítulo 2: A Missão de paz para estabilização no Haiti (MINUSTAH)

Após explicitarmos no primeiro capítulo as intervenções do Exército brasileiro na política, direta ou indiretamente, para que assim pudéssemos entender como o golpe de 1964 foi diferente de todas as intervenções anteriores, propomos neste capítulo uma reflexão acerca da MINUSTAH. Para que isso seja possível, procuramos primeiramente entender o porquê do Haiti ser atualmente o país mais pobre das Américas, ou seja, quais os principais acontecimentos históricos do país caribenho que poderiam nos fazer compreender sua situação atual. Os demais tópicos do presente capítulo se preocuparão em analisar a MINUSTAH em si e todos os fatos com ela relacionados: o sistema de paz da ONU; a presença brasileira na missão; a entrada do Brasil nas missões de paz em geral; os interesses estratégicos do Brasil; os aspectos culturais da missão; o terremoto como divisor de águas da missão e como a imagem do militar brasileiro foi resgatada principalmente pela ação dos “heróis brasileiros” durante e após o terremoto que assolou o Haiti em janeiro de 2010.

1. Uma breve história do Haiti e as intervenções internacionais no país.

O Haiti, atualmente o país mais pobre das Américas, teve a história marcada por grandes desafios, sejam econômicos, sociais, políticos ou ainda catástrofes naturais. O país está localizado no Caribe, em uma região formada por vinte e sete ilhas e quatro territórios continentais. A enorme beleza do lugar, com suas ilhas espalhadas em um mar azul cristalino, há séculos inspiram os homens de letras, dos primeiros cronistas espanhóis a Ernest Hemingway.

A Ilha Hispaniola, assim batizada por Cristóvão Colombo, ao chegar ao “Novo Mundo” em 1492, está dividida em duas partes: no terço ocidental, está o Haiti, outrora chamado de Ilha de São Domingos, e a leste está a República Dominicana. As relações entre os dois países marcaram profundamente a evolução política do Haiti e continua até nos dias atuais influenciando em sua vida econômica e em sua cultura (Grondin, 1985, p.12). Inicialmente pertencente aos espanhóis, a Ilha de São Domingos teve sua parte ocidental, precisamente a ilha da Tartaruga, progressivamente ocupada por piratas de origem francesa, a partir de 1629, o que levou a França a reivindicar a posse definitiva de um terço da Hispaniola. Por meio do Tratado de *Ryswick*, assinado em 20 de setembro de 1697, os franceses por fim receberam da Espanha a parte ocidental da ilha.

A capital do Haiti e sua cidade mais populosa é Porto Príncipe, fundada em 1749. Seus idiomas oficiais são o francês e o *kreyòl (créole)*, originário de uma mistura de línguas herdadas da África e do francês falado pelos proprietários de escravos. Para a grande massa do povo, e também para alguns intelectuais, o *créole* representa a identidade do povo haitiano, como expressão cultural de transmissão de sabedoria popular através de seus inumeráveis provérbios, contos, adivinhações (*cric-crac*) e lendas. Essa referência explica o sentido do dizer popular: *palé fransé pa di lespri pou sa*⁵⁰, em clara referência à elite mulata e aos que estão ligados a ela” (Grondin, 1985, p.74). Mesmo com influência africana, o *créole* não era falado somente pelos escravos, mas também pelos brancos e mulatos desde os tempos coloniais.

A grande maioria dos haitianos se declara católica (entre 75% e 80%), e 16% dizem ser protestantes. Mesmo assim, a prática do vodu é comum, mesmo entre cristãos, sendo calculado que ao menos metade da população o pratica⁵¹. O vodu (palavra do vocábulo africano “*Dahomey vodun*”, que significa espírito) é uma das características mais importantes da fé haitiana. Como prática trazida pelos escravos que se difundiu amplamente pela então colônia, o vodu sofreu alterações pela mescla de elementos do catolicismo, e a assimilação dos *Iwa*, (espíritos) aos santos católicos, em um processo de sincretismo religioso. O vodu foi reconhecido oficialmente como religião pela Constituição de 1987, mas somente em 2003 o então presidente Jean-Bertrand Aristide o reconheceu juridicamente como patrimônio cultural do país.

A população haitiana é formada por 95% de negros, e 5% de mulatos e brancos, caracterizando-se desde os tempos coloniais por sua heterogeneidade, mesmo entre os negros, uma vez que vieram de diferentes regiões africanas, com seus próprios costumes, línguas e tradições. A população negra é originária de três principais grupos étnicos: Sudanês, Guiné e Banto, todos fazendo parte do reino de Daomé, atual Benin. As tribos *fon* do Daomé e *yoruba* da Nigéria tiveram forte influência na cultura haitiana, sobretudo em relação à língua e à prática do vodu (Jean-Pierre, 2009). Os primeiros escravos africanos chegaram ao país em 1520, após a dizimação da população indígena, formada principalmente pelas tribos *Arawake*, *Tainos* e *Caribes*. A dizimação das populações indígenas no Haiti não foi muito diferente do que ocorreu em outras regiões da América Latina: obrigados a trabalhar, os indígenas sofreram nas mãos de seus colonizadores, e muitos morreram por conta de doenças trazidas pelo “homem branco”, como gripe, sarampo e varíola. De

⁵⁰ Nem por falar francês alguém parece mais inteligente.

⁵¹ Da porcentagem de 16% da população que se declara protestante 10% são batistas, 4% pentecostais, 1% adventistas e 1% de outras denominações. Sobre os dados do país, inclusive sobre sua população, utilizamos por referência o relatório da *Central Intelligence Agency* dos Estados Unidos (CIA) do ano de 2011. Relatório completo disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html>

acordo com o historiador alemão Richard Konetzke (1972, p.95), “a despovoação das Antilhas se fez em uma só geração. Até 1520 viviam em La Española só 16 mil do milhão de índios que deve ter existido ali antes de 1492”.

Conhecida como a *Pérola das Antilhas*, a ilha de São Domingos era a mais rica colônia da monarquia francesa, e uma das mais ricas colônias do mundo, responsável por dois terços do comércio exterior de sua metrópole. Contava, desde o início de sua colonização até o século XVIII, com sete mil e oitocentas propriedades agrícolas, onde se produzia café, algodão e, sobretudo o açúcar (Seitenfus, 1994). Donald Dozer (1974) informa que , na época de sua colonização, a então ilha de São Domingos:

era administrada por um governador-geral, com poderes virtualmente absolutos, e por um intendente, que exercia controle completo sobre as finanças. A assembléia colonial representava unicamente a elite branca. (p.191).

No fim do século XVIII, a população negra iniciou uma série de rebeliões visando não necessariamente libertar a colônia da metrópole, mas sim o fim da escravidão. As de mais destaque são a de 1758, liderada pelo negro Makandal, e a de 1791, liderada pelo mulato Vincent Ogé, que serviram de estopim para várias outras rebeliões e levantes de negros e mulatos. O domínio francês não era o alvo inicial das rebeliões, mas sim a elite branca do país. Seria ela, por motivos óbvios, a principal prejudicada na libertação dos escravos, pois todo o sistema econômico era baseado no sistema de *plantation*, que exigia tanto grandes investimentos de capital quanto a mão-de-obra escrava. Apesar dessa elite ter sido o alvo inicial das rebeliões, foi inevitável que ela não se identificasse com a metrópole, que também mais tarde seria alvo dos revoltosos. Para Dozer (1974, p. 191), a elite haitiana acolheu com alegria a Revolução Francesa, que lhes dava uma oportunidade de subtrair-se ao controle de Paris. No entanto, essa elite foi incapaz de conter as revoltas internas.

As sucessivas mudanças ocorridas na França (a Revolução em 1789, a influência do Iluminismo, o governo de Napoleão Bonaparte) refletiram diretamente na situação da ilha de São Domingos em vários setores, contribuindo para o seu futuro processo de independência. No setor econômico, toda atividade açucareira desorganizou-se, e no campo militar, afirmou-se a autoridade de Toussaint Louverture, antigo escravo que lutara ao lado dos espanhóis e, depois, passou para o lado dos franceses contra os invasores ingleses. Louverture foi um dos principais personagens da história do Haiti, por sua capacidade de liderança e habilidade política. De acordo com Davis (2007), Louverture foi o herói afro-americano mais bem sucedido de todos os tempos. Não apenas sabia ler, mas possuía um ímpeto memorável pela leitura, citando inclusive Maquiavel em diversos

momentos. Organizou um exército, composto em sua maioria por negros e mestiços, e aboliu a escravidão oficialmente em 1793, em um processo caracterizado ora como “um banho de sangue perpetrado pelos negros contra seus dominadores⁵²”, ora como o “evento mais importante na história da escravidão do Novo Mundo” (Davis, 2007).

No governo de Louverture houve a eleição de uma Assembléia Constituinte, com o objetivo de adequar as leis à nova realidade do país. Louverture tinha um objetivo político claro: integrar as diferentes regiões da ilha em uma estrutura administrativa compatível com a formação de um Estado. No que se referia à agricultura, visava à racionalização do trabalho, a fim de aumentar o rendimento da produção açucareira. Porém, o que aconteceu na realidade foi que as propriedades açucareiras foram reocupadas pela antiga oligarquia rural, e mesmo libertos, os negros continuaram a trabalhar como mão-de-obra barata. O governo estreitou a aliança com os grandes proprietários de terras e com a burguesia comercial inglesa e norte-americana, mas não resolveu seus problemas fundamentais: o poder revolucionário, a independência necessária e a repartição das terras dos colonos brancos (Aquino, 1990, p. 134).

Louverture travou longas batalhas de guerrilha com a ajuda de tropas francesas até a retirada inglesa em 1801, quando promulgou uma constituição, preservando sua lealdade à França, mas mantendo a liberdade dos ex-escravos. No entanto, o governo francês não estava satisfeito com a autonomia haitiana e a preparação de seu processo de independência por Louverture e Napoleão Bonaparte enviou uma expedição punitiva com o objetivo de sufocar a rebelião haitiana, para restabelecer o poder colonial e restaurar a escravidão. Os franceses acabaram vencendo as principais campanhas no Haiti, e, convidado para negociações, Louverture foi enganado, deportado e preso, morrendo na prisão em 1803. Nos livros didáticos do Haiti as palavras de Louverture ao partir para a França são recitadas como poesia. Ele teria dito: “Ao me depor, cortaste em São Domingos apenas o tronco da árvore da liberdade nos negros. Ela brotará novamente pelas raízes, pois estas são numerosas e profundas!” (Jean-Pierre, 2009, p. 26).

Mesmo com a captura e morte de Louverture, a luta pela independência da ilha de São Domingos não cessou, e Jean-Jacques Dessalines tornou-se o líder da rebelião anticolonialista. Ironicamente auxiliadas por tropas inglesas e norte-americanas, as forças de Dessalines terminaram por expulsar os franceses, conquistando por fim a independência da parte oriental da ilha, pois a parte ocidental da ilha ainda era domínio de franceses e espanhóis. A partir de então, a antiga São Domingos foi chamada de Haiti, seu nome indígena original, que significa terra montanhosa. Para

⁵² Revista de História da Biblioteca Nacional, edição número 54, março de 2010, p. 89.

Gustavo e Hélène Beyhaut (1985, p.123), a pioneira revolução anticolonialista haitiana “se deu em um mundo ainda despreparado para uma transformação tão radical; o país era demasiado pequeno e carecia de quadros para encarar com possibilidade de êxito a vida independente. Se não retornou ao ‘status’ colonial foi acima de tudo devido às circunstâncias excepcionais da ordem internacional”.

Dessalines se proclamou imperador, e nos breves dois anos em que esteve no poder procurou promover a unidade do Haiti, mediante o estímulo à produção açucareira. Desestruturou a lógica de exploração colonial, implantou a economia de subsistência e proibiu que os estrangeiros possuíssem terras no país. Em 1806 foi traído e assassinado por Alexandre Pétion e Henri Christophe, e o Haiti passou então a adotar o regime republicano.

De 1806 a 1820, fase inicial do primeiro governo republicano do país, houve um período de adaptação à nova ordem. O processo para o reconhecimento da independência não foi fácil. O Haiti sofreu um pesado bloqueio econômico por parte das potências imperialistas, pelo fato óbvio de o considerarem um mau exemplo para suas colônias. Em 1825 a França exigiu uma alta indenização (150 milhões de francos) para reconhecer a independência do país, e sem maiores alternativas, por estar cercado pelos navios franceses, o Haiti aceitou pagar a indenização para não perder a independência conquistada, e contraiu empréstimos junto a bancos da França e dos Estados Unidos. Assim iniciou-se a dívida externa do país.

Sobre a situação do Haiti pós-independência e sua condição posterior, o antropólogo Darcy Ribeiro afirmou:

Dilacerado pelos conflitos raciais internos, paralisado pelo trauma antibranco produzido por uma das formas mais iníquas de escravidão que o mundo conheceu, o Haiti conseguiu sobreviver independente por mais de um século. Neste período, os financistas internacionais encontraram meios de vencer a sua repulsa contra a república negra, acercando-se para negociar, ali também, seus empréstimos. (1979, p.363)

Da segunda metade do século XIX ao início do século XX, a instabilidade política no país não cessou, e vinte presidentes se sucederam no poder do Haiti nesse período. Desse total, dezesseis foram assassinados ou depostos. No campo econômico, o país ainda sofria com as dívidas que teria que pagar aos seus credores, e a instabilidade institucional levaram os Estados Unidos a intervir no país a fim de cobrar essa dívida. Em 1905, passaram a controlar as alfândegas e, em 1915, invadiram militarmente a ilha e assumiram o governo⁵³. Apesar da presença das tropas americanas

⁵³ Esse tipo de diplomacia ofensiva norte-americana para a América Latina ficou conhecida como *Big Stick* (o grande porrete), na qual defendia uma postura ativa do governo americano em áreas de seu interesse. A ideia foi defendida pelo

terem evitado guerras civis no Haiti, os nacionalistas defendiam a idéia de que deveria haver um governo próprio no país. Por fim, em 1934, os Estados Unidos retiraram suas tropas e, em 1941, abdicaram do controle alfandegário.

Anos depois, em 1950, foi promulgada uma nova constituição no Haiti que, pela primeira vez, deu ao povo o direito de eleger diretamente o presidente. Raoul Magloire, então presidente por meio de um golpe militar, decide perpetuar-se no poder com o apoio do exército, o que provoca uma violenta reação popular, resultando em sua renúncia. O país passa novamente por um período de instabilidade: nos nove meses seguintes à queda de Magloire, sete governantes diferentes ficaram no poder. Finalmente, em 1957, após eleições de validade duvidosa, é eleito o intelectual negro François Duvalier.

François Duvalier, conhecido como *Papa Doc*, era médico sanitaria com muita popularidade entre a população mais pobre, mas seu governo foi marcado pela permanente violação dos direitos humanos, em um ambiente de terror, mantido por meio de sua polícia pessoal, denominada de *Voluntários da Segurança Nacional*, mas batizada pelo povo de *Tonton Macute* ou, em português, bichos-papões. Os *Tonton Macute* desempenhavam um triplo papel: garantir a segurança pessoal de Duvalier, controlar as Forças Armadas tradicionais e reprimir qualquer oposição. De fato, desde o início de seu governo, Duvalier procurou exterminar qualquer tipo de oposição: muitas pessoas foram assassinadas; jornais e emissoras de rádio foram proibidos de se expressar livremente; a Igreja Católica foi perseguida e a prática do vodu foi difundida entre a população. De fato, Duvalier, seguindo o exemplo do ex-presidente negro Soulouque (1847), favoreceu o culto do vodu e conseguiu o apoio de seus adeptos, particularmente de seus *hougans* (sacerdotes) para vencer a eleição que o levou à presidência em 1957 (Grondin, 1985, p.77).

Em dois anos de governo, o ditador conseguiu eliminar completamente qualquer foco de oposição, inclusive da polícia e do exército. Em 1964, quando reescreveu a constituição, *Papa Doc* se autodenominou presidente vitalício do Haiti, e ficou no poder até sua morte, em 1971. Nesse contexto, o Haiti encontrava-se em uma terrível situação econômica e social: o PIB caiu drasticamente, a desnutrição e a fome chegaram a altíssimos índices, milhares de pessoas do campo deixaram as suas terras em direção à capital e o governo foi incapaz de prover a maioria dos serviços necessários. Houve também no período a chamada “fuga de cérebros”, pois os intelectuais saíram do país em busca de melhores condições de vida. O destino preferido eram os Estados Unidos.

presidente americano Theodore Roosevelt, e foi derivada da Doutrina Monroe, na qual se defendia a ideia da “América para os americanos”.

Com a morte de *Papa Doc*, seu filho, Jean-Claude Duvalier, assume o poder com apenas dezenove anos de idade, tornando-se o presidente mais jovem do mundo. Governou o Haiti por quinze anos e criou os “Leopardos”, um esquadrão paramilitar apoiado pelos Estados Unidos que foi o sustentáculo de seu regime⁵⁴. O rigor da repressão, o aumento da corrupção e o descontentamento crescente da comunidade de negócios e de outros setores do país desestabilizaram seu governo. Em visita ao país em 1983, o papa João Paulo II declarou que algo deveria ser modificado no país. Além dessa declaração, outros discursos e observações do papa contribuíram para aumentar a mobilização popular contra a elite dominante e fomentar o ativismo político e social entre as massas. Houve represálias, e a repressão militar ficou cada vez mais violenta. O então presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, começou a pressionar Duvalier, pedindo que renunciasse e que deixasse o Haiti. Sem maiores alternativas, o ditador fugiu para a França com sua família e seguidores mais próximos, em um avião de Força Aérea dos Estados Unidos.

Em entrevista a um canal de televisão da República Dominicana em fevereiro de 2011, Jean-Claude Duvalier, em sua primeira visita ao Haiti após seu exílio, foi perguntado como se sentia ao saber que em qualquer buscador da internet seu nome era relacionado com as palavras ditador, déspota e tirano. *Baby Doc* respondeu:

Vamos falar sério. Penso que fui eu quem iniciou o processo democrático no Haiti, e quando falam de tirano, tenho vontade de rir. Dá-me a impressão de que as pessoas sofrem de amnésia, parece que foi esquecido sobre quais condições deixei o Haiti. Deixei o Haiti voluntariamente, para evitar um banho de sangue e também facilitar uma saída pacífica⁵⁵.

Após o exílio de *Baby Doc*, o poder ficou a cargo do Conselho Nacional do Governo (CNG), formado inclusive por ex-partidários duvalieristas. No intervalo desses cinco anos, o Haiti teve cinco governos, sendo três militares. As eleições diretas para presidente foram marcadas e, em 1990, surge um novo personagem na história política do Haiti de extrema popularidade: o ex-padre salesiano adepto à teologia da libertação, Jean-Bertrand Aristide. Figura controversa, Aristide é caracterizado por seus apoiadores como o primeiro líder democraticamente eleito do Haiti, enquanto que seus opositores o classificam como corrupto e ditador. Pouco tempo após assumir a presidência tomou uma posição dura contra os militares, banindo o Exército haitiano. Após cinco

⁵⁴ Inicialmente *Baby Doc* foi apoiado pelos Estados Unidos por sua posição anticomunista, porém, com as violações de direitos humanos de seu governo acabou perdendo o apoio.

⁵⁵ A entrevista está disponível integralmente no site <http://www.noticiassin.com/2011/02/entrevista-exclusiva-a-baby-doc-jean-claude-duvalier/>

meses de governo, foi retirado do poder por um golpe militar liderado pelo general Cedras, o que o fez se exilar nos Estados Unidos. Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA), e os EUA impuseram sanções econômicas ao país para forçar os militares a permitirem a volta ao poder de Aristide, que governaria por mais dois mandatos: de 1994 a 1996 e novamente de 2001 a 2004.

Neste contexto político conturbado, desde 1993 a ONU empreendeu missões no Haiti visando criar um ambiente estável para sua população por meio de um governo democrático, em cinco momentos distintos. São elas a UNMIH (setembro de 1993 a junho de 1996), a UNSMIH (julho de 1996 a julho de 1997), a UNTMIH (agosto a novembro de 1997), a MIPONUH (dezembro de 1997 a março de 2000), e por fim, aquela em que o Brasil tem contribuído com o maior número de tropas, a MINUSTAH (desde junho de 2004).

Quadro 1: Presença da ONU no Haiti (1993-2004)

Nome da Missão	Resolução inicial	Designação orçamentária
UNIMIH*	Resolução do Conselho de Segurança 940 (agosto 1994)	US\$ 315.794.700
UNSMIH	Resolução do Conselho de Segurança 1063 (junho 1996)	US\$ 62.100.000
UNTMIH	Resolução do Conselho de Segurança (julho 1997)	US\$ 20.600.000
MIPONUH	Resolução do Conselho de Segurança (novembro 1997)	US\$ 20.400.000

Fonte: Atlas Comparativo de Defesa da América Latina, edição 2008.

*O mandato inicial para a Missão era pela Resolução 867 do Conselho de Segurança (setembro de 1993), mas não pôde se estabelecer devido às condições políticas e de segurança no local. A resolução de número 940 do Conselho de Segurança (agosto de 1994), dentro do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, ordenou o uso da força para estabelecer a Missão.

Pela consulta a cada resolução pode-se perceber a peculiaridade existente em cada missão da ONU, pois não há somente uma característica específica. Em relação àquelas que ocorreram no Haiti, todas têm em comum a característica de manutenção da paz (*peacekeeping*), mas a ação vai além do nível da segurança.

Mesmo após duzentos anos de sua independência o Haiti não consegue exercer sua soberania, e vem sofrendo sucessivas intervenções internacionais. Na ONU, o país aparece como o único das Américas classificado ao mesmo tempo como país menos desenvolvido e pequeno

Estado/ilha em desenvolvimento. Segundo a ONU, os LDC's, (*Least developed countries* – países menos desenvolvidos) são Estados que estão em alta desvantagem quanto ao processo de desenvolvimento, por possuírem uma economia vulnerável com baixo crescimento, merecendo assim uma atenção especial da comunidade internacional por haver o forte risco de falirem devido à pobreza. Os SIDS (*Small Island Developing States* – Estados que são pequenas ilhas em desenvolvimento) também estão em desvantagem quanto ao processo de desenvolvimento, e possuem um maior risco de marginalização da economia global do que outros países, por seu pequeno tamanho, mercados remotos e alta vulnerabilidade da economia⁵⁶. Os demais países classificados na mesma situação do Haiti se localizam na Ásia e na África, como o Timor Leste, Maldivas, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau.

Como se pôde perceber, desde sua ocupação como colônia francesa, o Haiti vem sofrendo inúmeras intervenções internacionais, e uma das discussões mais atuais a respeito da situação do país refere-se a como poderá recuperar sua soberania.

De acordo com Stephen Krasner (1999), há quatro significados principais de soberania: a doméstica, interdependente, internacional legal e a soberania de Vestfália. Há soberania doméstica quando um Estado é organizado política e administrativamente, provê proteção a seus cidadãos e possui controle sobre suas fronteiras. Krasner (1999, p. 12) complementa: “They might (political leaders) [...] be able to maintain order, collect taxes, regulate pornography, repress drug use, prevent abortion, minimize corruption, or control crime”⁵⁷. Independente do detentor do poder, na soberania doméstica o governante deve ser apto para possibilitar a seus cidadãos melhores condições de vida, assim como proporcionar a proteção contra agentes externos em suas fronteiras.

A soberania interdependente surge quando questões como drogas, circulação de capital, terrorismo, entre outros, tornam-se problemas transnacionais, ou seja, os Estados não possuem a capacidade suficiente de tratarem tais problemas. A soberania interdependente, baseia-se, portanto, na questão da capacidade (ou incapacidade) do Estado em controlar os fluxos (bens, pessoas, doenças, entre outros) que passam por suas fronteiras.

A perda da soberania interdependente não necessariamente significa perda da soberania doméstica, mas Krasner (1999) levanta a questão de que, se um Estado não é apto para controlar o que se passa em suas fronteiras, talvez possa não ser capaz de controlar o que está dentro de seu território.

⁵⁶ Informações extraídas do site oficial da ONU, disponível em <http://www.unohrlls.org/en/home/>

⁵⁷ Traduzindo livremente temos: “Eles devem (líderes políticos) ser aptos para manter a ordem, cobrar impostos, regular a pornografia, reprimir o uso de drogas, prevenir abortos, minimizar a corrupção ou controlar o crime”.

A soberania internacional legal representa o reconhecimento mútuo internacional de um Estado, contanto que possua território definido e autonomia jurídica. Todo governante deve desejar possuir esta soberania, já que isto poderá prover o Estado de recursos internacionais, sejam materiais ou normativos.

Por fim, a soberania vestfaliana é baseada em dois princípios: a territorialidade determinada de um Estado e a exclusão de atores externos nas autoridades domésticas. A soberania de Vestfália é violada quando atores externos excluem, influenciam ou determinam as estruturas de autoridade doméstica. É baseado do tratado de Vestfália, que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos na Europa (1618-1648) e inaugurou o princípio da não intervenção em assuntos internos dos Estados.

A partir dos quatro tipos de soberania, percebemos que o Haiti de forma alguma possui a doméstica, a interdependente e a de Vestfália. O Haiti somente possui o reconhecimento legal de ser um Estado com território definido. De fato, a constituição haitiana expressa essa soberania, afirmando que o Haiti é uma República Social e Democrática indivisível, soberana, independente e livre, e um dos objetivos da constituição é estabelecer um Estado forte e estável, capaz de proteger os valores do país, suas tradições, soberania, independência e visão nacional⁵⁸.

De fato, a MINUSTAH, missão atual no país, possui como um de seus principais objetivos auxiliar o governo local a criar um ambiente estável para a população, para que assim possa recuperar sua soberania. Após o terremoto de janeiro de 2010, o país foi completamente devastado, fazendo com que os objetivos da missão ficassem ainda mais difíceis de serem alcançados – mais uma vez, o Haiti encontra imensos desafios a serem enfrentados.

2. O sistema de paz da ONU

Para entendermos a presença brasileira no Haiti, é necessário analisarmos o panorama internacional que possibilitou a criação da missão no início do século XXI. Para isso, é preciso retornar ao fim da Segunda Guerra Mundial, de modo a melhor compreendermos como foi criada a consciência de responsabilidade internacional para a manutenção da paz e segurança entre os diferentes países do globo.

Não há como pensar a Segunda Guerra Mundial (1939-1944) sem voltarmos à Primeira (1914-1918) e suas consequências. Os países europeus vencedores, devastados pela Guerra, entenderam que era preciso pensar em um sistema mundial de segurança que garantisse a paz,

⁵⁸ Tradução livre extraída do preâmbulo da Constituição haitiana. Disponível em <http://pdba.georgetown.edu/constitutions/haiti/haiti1987.html>

evitando assim outra guerra de grandes proporções. Mas, mesmo com a criação da Liga das Nações (1920-1945), não foi possível impedir a sangrenta Segunda Guerra Mundial. Para Hobsbawn, as duas grandes guerras, principalmente a Segunda, se diferenciaram de outras que ocorreram anteriormente:

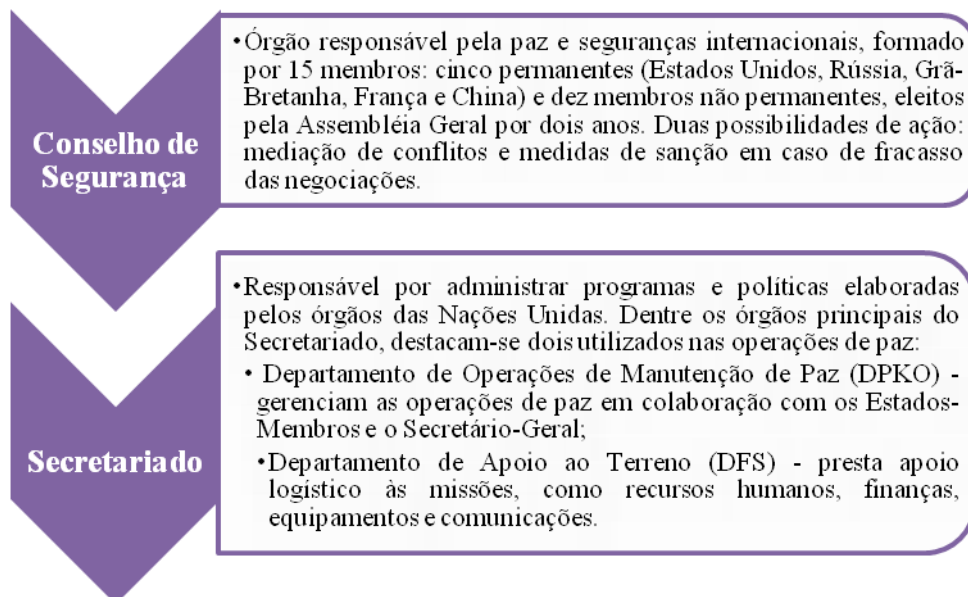
As maiores crueldades do nosso século foram as crueldades impessoais decididas a distância, de sistema e rotina (...) Assim, o mundo acostumou-se à expulsão e matança compulsórias em escala astronômica, fenômenos tão conhecidos que foi preciso inventar novas palavras para eles: “sem Estado” (“apátrida”) ou “genocídio”. A catástrofe humana desencadeada pela Segunda Guerra Mundial é quase certamente a maior na história humana. (...) a humanidade aprendeu a viver num mundo em que a matança, a tortura e o exílio em massa se tornaram experiências do dia a dia que não mais notamos. (Hobsbawn, 1995 pp. 57-58)

Após tamanhos efeitos devastadores, principalmente com relação ao Holocausto, surge a Organização das Nações Unidas, em 1945. Seu principal documento, a Carta das Nações Unidas, ao contrário da Liga das Nações, afirma que toda utilização da força no âmbito internacional é ilegal, estendendo para todos os países a responsabilidade coletiva da paz, sendo o Conselho de Segurança o órgão que possui o direito de julgar a existência ou não de ameaça à paz. No artigo primeiro da referida carta, os objetivos principais das Nações Unidas são: manter a paz e segurança internacionais; reprimir atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz. Pode-se perceber que o recurso armado é a última opção para a resolução de um conflito – o que é compreensível visto que os países membros ainda estavam se recuperando da devastação da Segunda Guerra Mundial.

Como já foi dito, após a Segunda Guerra Mundial, o mundo se dividiu entre duas ideologias opostas (democracia liberal *versus* comunismo): foi a chamada Guerra Fria. Durante o período, as operações de paz da ONU se limitavam a manter os acordos de cessar-fogo, que deveriam ser cumpridos de forma pacífica, sendo a monitoração feita no nível político. Essas missões consistiam em enviar observadores militares e tropas, para monitorar e reportar aos órgãos principais a situação, ou seja, não havia interferência direta no local. Com o fim da Guerra Fria a presença da ONU tornou-se cada vez mais expressiva, sendo as operações de paz chamadas de multidimensionais, por possuírem atributos complexos, como a ajuda na construção de instituições de governos sustentáveis, a monitorização dos direitos humanos, a reforma do setor da segurança para o desarmamento, entre outros. Não somente houve ampliação da ação nesse sentido, como a

natureza dos conflitos em si se modificou, ocorrendo muitas vezes dentro dos próprios Estados (guerras civis), e não somente entre Estados, como tradicionalmente se concebia. Além disso, uma operação de paz preocupa-se atualmente não apenas com a ajuda armada em si, mas com toda uma reestruturação de cada país atingido⁵⁹. Há uma logística própria para as missões de paz empreendidas pela ONU, e os principais órgãos ligados diretamente às missões são:

Quadro 2: Principais órgãos ligados às missões de paz.



Uma vez que o Conselho de Segurança da ONU decide pela implantação das missões de paz, instruções específicas são dadas sobre os mandatos, que variam a cada operação. De forma ampla, as resoluções estabelecem tarefas a serem cumpridas pelos encarregados, servindo de guia para a resolução do conflito. Cabe ao Departamento de Manutenção de Operações de Paz (DKPO) dirigir e acompanhar as políticas e os procedimentos relacionados à missão, e para isso, faz contatos com os países que desejam contribuir com efetivos militares e equipamentos necessários. É nesse momento que se torna essencial a presença do Departamento de Apoio ao Terreno (DFS), pois

⁵⁹ Fonte: <http://www.un.org/en/peacekeeping/>

auxilia administrativa e logisticamente a missão. Dada a característica complexa de cada missão de paz após o fim da Guerra Fria, o binômio DKPO-DFS transformou-se, nos últimos anos, em um importante instrumento de aperfeiçoamento das missões, pois, com o estabelecimento de ações integradas, o trabalho se torna, ao menos no nível teórico, mais eficiente.

A decisão do Conselho de Segurança pela imposição da paz, com a utilização de diferentes Forças de Paz dos países membros, é o último recurso para que se possa resolver um conflito. Anteriormente à imposição da paz em si, propõem-se alternativas pacíficas, seja por negociação, inquérito, mediação, conciliação, entre outros meios. Mesmo as atividades operacionais não possuem uma só característica, como se pode perceber pelo quadro abaixo (Fontoura, 2005, p. 33-34):

Quadro 3: Categorias operacionais realizadas pela ONU nas missões de paz

Diplomacia preventiva (<i>preventive diplomacy</i>)	• Prevenir conflitos e evitar que se tornem armados, e se uma vez eclodidos, impedir que se alastrem.
Promoção da paz (<i>peacemaking</i>)	• Ações diplomáticas posteriores ao início do conflito, para tentar chegar a um acordo.
Manutenção da paz (<i>peacekeeping</i>)	• Atividades para monitorar a execução de arranjos em relação à solução de conflitos no terreno.
Consolidação da paz (<i>post-conflict peace building</i>)	• Iniciativas para a assinatura de um acordo de paz, visando fortalecer reconciliação entre as partes.
Imposição da paz (<i>peace-enforcement</i>)	• Uso da Força Armada para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais.

Há também a Comissão de Consolidação da Paz, que recebe auxílio da Oficina de Apoio para a Consolidação da Paz e possui o objetivo de ajudar países em conflito, provendo acordos de colaboração com agentes externos e reunindo recursos a fim de melhorar a coordenação internacional para que por fim a paz seja consolidada. Todos esses órgãos complexos atuam com o único objetivo de cumprir as resoluções do Conselho de Segurança da forma mais eficaz possível, e o apoio conjunto de países membros torna-se indispensável nesse processo.

3. A entrada do Brasil nas Missões de Paz em geral e no Haiti

O Brasil contribui com as missões de paz empreendidas pela ONU não somente no contexto pós Guerra Fria, mas desde 1947, quando observadores militares foram levados aos Bálcãs. Há interesse brasileiro de colaboração com a ONU em vários aspectos, como ajudar a solucionar conflitos; manter o cessar-fogo; confirmar se os acordos de paz estão sendo mantidos; trabalhar na remoção de minas, entre outras funções. Portanto, a intervenção brasileira está de acordo com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que trata de ações relativas a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão, no qual o emprego das Forças Armadas torna-se o último recurso necessário para a manutenção da paz.

Uma participação importante do Brasil ocorreu entre 1956 e 1967, quando se juntou a mais dez países para auxiliar no conflito Árabe-Israelense, no Sinai e na Faixa de Gaza, por meio do “Batalhão Suez”, batalhão de infantaria que contou com o total de 6300 militares. A intervenção foi denominada UNEF 1⁶⁰. Além do envio da tropa, o país também comandou operacionalmente a missão. Outras missões também tiveram participação do Brasil no período da Guerra Fria, como no Congo, na República Dominicana e na fronteira de Índia/Paquistão, mas foi a partir de 1990 que a contribuição brasileira ganhou novo impulso, estendendo ainda mais a ajuda. Embora tenha enviado militares e policiais em diversos casos, somente em cinco operações o Brasil colaborou com tropas, ou unidades militares formadas: Suez (UNEF I), Angola (UNAVEM III), Moçambique (ONUMOZ), Timor-Leste (UNTAET/UNMISSET) e Haiti (MINUSTAH).

A Política de Defesa Nacional (PDN-1996) deu respaldo à participação brasileira em missões de paz, pois, dentre suas diretrizes está a de “participar de operações internacionais de manutenção de paz, de acordo com os interesses nacionais” e está caracterizado no documento como um dos objetivos da Defesa Nacional “a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais”⁶¹. Anteriormente à participação brasileira no Haiti, duas missões brasileiras merecem destaque: Angola e Timor Leste.

Angola era colônia portuguesa até conquistar sua independência em 1975, tornando-se campo de uma guerra civil pela disputa de poder entre as forças do Movimento Popular de

⁶⁰ A Missão das Nações Unidas no Sinai e na Faixa de Gaza, denominada de “Primeira Força Emergencial das Nações Unidas” – UNEF 1, ocorreu entre novembro de 1956 e junho de 1967. Foi estabelecida para assegurar e supervisionar o fim das hostilidades existentes, incluindo a retirada das forças armadas da França, Israel e Reino Unido do território egípcio e, após sua retirada, para servir como negociador entre as forças egípcias e israelenses, a fim de providenciar uma supervisão imparcial do cessar-fogo. **Fonte:** Organização das Nações Unidas para a Manutenção da Paz. Disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unef1mandate.html>

⁶¹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/DEFES.htm

Libertação de Angola (MPLA) e da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Foram três as intervenções da ONU no local: UNAVEM I (dezembro de 1988 a maio de 1991), em que o Brasil colaborou com oito observadores militares; UNAVEM II (maio de 1991 a fevereiro de 1995), em que o Brasil contribuiu com oito observadores militares, nove observadores policiais, uma unidade médica e quatro observadores eleitorais civis; e por fim, a UNAVEM III (agosto de 1995 a julho de 1997), em que o Brasil contribuiu com um batalhão de Infantaria de 800 homens, uma Companhia de Engenharia de 200 homens, dois postos de Saúde avançados, com 20 homens cada e 14 observadores militares e 11 observadores policiais. Esse esforço transformou o Brasil no quarto maior contribuinte de contingentes para as Missões de Paz empreendidas pela ONU. Após o fim da UNAVEM III, as Nações Unidas realizaram outra missão em Angola, a Missão das Nações Unidas em Angola (UNMA), que atuou nas áreas da reestruturação das instituições governamentais, promoção de direitos humanos e assistência humanitária. O Brasil continuou apoiando a missão até 2003, ano oficial do seu término, com o objetivo de monitorar a situação no país. Contribuiu com um Coronel do Exército como representante das Nações Unidas na Comissão Militar Mista, um Assessor Militar e dois Tenentes-Coronéis, que realizaram o trabalho de Oficiais de Ligação.

A missão de paz ocorrida no Timor Leste foi chamada de UNMISSET. Foram seis anos de trabalhos, com doze contingentes compostos por militares de diversas regiões do Brasil. O Timor Leste também foi colônia portuguesa até 1976, quando foi conquistado pela Indonésia. De 1976 a 1999 ocorreram massacres, violações de Direitos Humanos, conflitos e extrema violência, o que fez com que as Nações Unidas decidissem pela intervenção e almejassem o devido reconhecimento da independência do país, por fim conquistada em 1999. Inicialmente os militares brasileiros atuaram na segurança pessoal das principais autoridades timorenses, como o Presidente, Primeiro Ministro e Comandante do Exército local. Após ter passado o período mais delicado, essa segurança foi entregue aos próprios timorenses, e os brasileiros passaram a integrar as tropas de fronteira do país com a Indonésia.

A missão terminaria em 2005, após seis anos no país. O poder foi entregue aos timorenses que agora deveriam zelar pela sua soberania e população, mas pela resolução 1599, de 28 de abril de 2005⁶², uma missão política especial deveria ficar mais um ano no país com o objetivo de assegurar a estabilidade, a chamada Missão Integrada das Nações Unidas no Timor-Leste – UNMIT. A missão dura até os dias atuais, e ainda há um oficial brasileiro no local.

⁶² Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/326/31/PDF/N0532631.pdf?OpenElement>

Antes de ser criado um Centro específico para tal, a formação e doutrinação de observadores militares ou oficiais de estado-maior para as missões de paz se davam, no caso do Exército brasileiro, por meio do seu Estado-Maior⁶³, em Brasília. Durante o curso, de aproximadamente três semanas, os militares recebiam treinamento em processamento de dados, aulas de inglês e conhecimento das rotinas administrativas da ONU. Em relação aos contingentes armados, cabia ao Exército a distribuição de pessoal pelos comandos militares, e então ocorria a seleção em regime de voluntariado e treinamento, sendo de responsabilidade de cada Comando Militar o treinamento com base nas diretrizes do Comando de Operações Terrestres (COTER). A tropa recebia formação específica e a necessária adequação das unidades para o trabalho com a ONU. No caso da Marinha brasileira, o treinamento se dava pela Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE), no Rio de Janeiro. Durante o treinamento, havia discussões de temas como o controle de áreas, patrulhamento e guarda de instalações. Em relação à Aeronáutica, sua contribuição para as missões de paz se dá, mesmo nos dias atuais, pela cessão de observadores militares e oficiais de estado-maior, e não pelo emprego de tropa.

Objetivando uma maior padronização para as missões de paz, a Assembléia Geral das Nações Unidas (ASNU) publicou a resolução 44\49, de 08 de dezembro de 1989, sob o título de “Revisão Abrangente da Questão das Operações de Paz em Todos os seus Aspectos”. Esta resolução encorajou os Estados-Membros a se organizarem no estabelecimento de programas de treinamento, tanto para militares como para civis, como se pode perceber por seu texto:

Alienta también a los Estados miembros a que establezcan programas nacionales de adiestramiento en operaciones de mantenimiento de la paz para personal militar y civil, y a este respecto, pide al Secretario General que prepare manuales de adiestramiento para que los Estados Miembros puedan utilizar como directrices en sus programas nacionales o regionales de adiestramiento⁶⁴.

Durante os anos seguintes houve a criação de Centros especializados em países da América Latina, começando pela Argentina em 1995, sendo o último criado em 2007, pela Bolívia. No quadro abaixo podemos explicitar melhor as datas de criação desses Centros:

⁶³ Os voluntários da Aeronáutica e Marinha também eram aceitos no EME. (Fontoura, 2005, p. 225)

⁶⁴ Documento oficial da ONU disponível em:

<http://daccess-dds.ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/555/31/IMG/NR055531.pdf?OpenElement>

Quadro 4: Criação de centros especializados na América Latina

País	Nome do Centro	Data de criação
Argentina	Centro Argentino de treinamento Conjunto para Operações de Paz (CAECOPAZ)	27 de junho de 1995
Bolívia	Centro de Operações de Manutenção de Paz do Exército de Bolívia (COMPEBOL)	23 de janeiro de 2007
Brasil	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB)*	23 de fevereiro de 2005
Chile	Centro Conjunto para Operações de Paz do Chile (CECOPAC)	15 de Julho de 2002
Equador	Unidade-Escola de Missões de Paz “Equador” (UEMPE)	10 de novembro de 2003
Guatemala (sede)	Centro Regional de treinamento de Operações de Manutenção de Paz (CREOMPAZ) (Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua)	8 de junho de 2005
Paraguai	Centro de treinamento Conjunto de Operações de Paz (CECOPAZ)	8 de outubro de 2001
Peru	Centro de treinamento Conjunto de Operações de Paz (CECOPAZ)	11 de novembro de 2003
Uruguai	Escola de Operações de Paz do Exército “Major Juan Sosa Machado” (EOPE)	22 de dezembro de 1998

Fonte: Atlas comparativo de Defesa, edição 2008.

Como foi visto, o centro brasileiro para instrução e treinamento das tropas que participam das missões de paz é o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). Anteriormente, esse centro era denominado Centro de Instrução de Operação de Paz (CI Op Paz), o que foi alterado pela Portaria 952-MD, de 15 de junho de 2010⁶⁵. Igualmente ficou estabelecido que o comandante do CCOPAB pertença ao Exército brasileiro, e o posto de Subcomandante seja ocupado alternadamente por militares da Marinha e Aeronáutica (anteriormente era clara a hegemonia do Exército).

Talvez o destaque mais interessante acerca desse Centro seja a padronização da formação do militar brasileiro segundo a ONU. Por meio de estágios e cursos, o militar aprende a ser um “capacete azul”, torna-se um membro integrado à missão da ONU, não se esquecendo, no entanto, de seu país de origem. Portanto, o Centro representa uma forma importante de padronização e doutrinação das Nações Unidas, exatamente como almejava a Resolução 44\49. Daremos mais

⁶⁵ Disponível em www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=800&act=bre

detalhes a respeito desse Centro mais adiante, pois sua criação está diretamente ligada à MINUSTAH.

Tratamos agora da participação brasileira no Haiti anteriormente à MINUSTAH. O envolvimento do Brasil no Haiti começou em 1990, quando o embaixador João Augusto de Médicis foi designado como Representante Pessoal do Secretário Geral da ONU para liderar o Grupo Observador de Verificação das Eleições no Haiti, a chamada ONUVEH. Além das missões, duas forças multinacionais lideradas pelos Estados Unidos foram empregadas com autorização do Conselho de Segurança da ONU. Nas duas ocasiões, o Brasil teve direito ao voto, mas se absteve. A justificativa era de que a “resolução dava poderes demasiadamente amplos à força liderada pelos Estados Unidos, ao permitir a adoção de todos os meios, inclusive da força, para promover a restauração do regime político do presidente Aristide” (Revista Verde Oliva, Especial Haiti, p. 9).

Foram quatro intervenções da ONU antes da MINUSTAH. A primeira missão foi a UNIMIH, de 1993 a 1996. Tinha como objetivo principal restaurar a ordem constitucional no país, com a modernização das Forças Armadas do Haiti e o estabelecimento de uma nova força policial. Como vimos, o general Cedras havia deposto o presidente Aristide, que partiu para o exílio. O Brasil não participou dessa missão.

A segunda missão foi a UNSMIH, em substituição à primeira. Teve o mandato de 1996 a 1997. O objetivo era auxiliar o governo do Haiti na profissionalização da polícia local. O Brasil também não participou dessa missão.

A terceira missão foi a UNTMIH, e tinha por objetivo auxiliar o governo haitiano ao contribuir com a profissionalização da Polícia Nacional Haitiana para o controle de aglomerações, segurança dos prédios oficiais e áreas de distinta importância. O Brasil também não participou dessa missão.

A quarta missão foi a MIPONUH, entre os anos 1997 e 2000. O objetivo da missão era a mesma das anteriores: contribuir com a profissionalização da Polícia Nacional Haitiana. Esse é um fator de extrema importância para o país, uma vez que as Forças Armadas foram extintas por Aristide em 1994 e diversos homens ficaram sem emprego e perspectiva de melhoria de vida, e muitos formaram gangues armadas que provocavam o terror na população. De fato, na Constituição do país, datada de 1987, as Forças Armadas ainda são dadas como existentes, mas na prática foram substituídas pela Polícia Nacional, que visa à manutenção da segurança pública.

O aperfeiçoamento da polícia permitiria, segundo a ONU, que os haitianos retomassem as rédeas do país, como ocorreu no Timor Leste. No entanto, as quatro missões foram insuficientes

para apaziguar o país e devolvê-lo a seus cidadãos, e a MINUSTAH, criada em 2004, vem lutando para que o país tenha condições de se reerguer sozinho. O Brasil não participou de nenhuma das quatro missões anteriores à MINUSTAH, mas possui inegável destaque nesta missão, assumindo inclusive o controle militar e liderando o número de pessoal⁶⁶ dentre os 57 países que dela participam.

Atualmente o Brasil está presente em nove missões da ONU, e no nível geral, é o 14º país a contribuir com contingentes para as missões de paz⁶⁷. Certamente a MINUSTAH contribuiu para essa ascensão, e por sua inegável importância, veremos a seguir sob que circunstâncias a missão surgiu e como vem se desenvolvendo até então.

4. A criação da MINUSTAH.

No início do ano de 2004 a situação do Haiti estava caótica – em fevereiro conflitos armados eclodiram na cidade de Gonaives e se espalharam por outras cidades nos dias subsequentes, ameaçando chegar à capital Porto Príncipe. O presidente Aristide, que deveria permanecer no cargo até 2006, exilou-se, deixando o poder nas mãos do presidente da Suprema Corte, Bonifácio Alexandre, que requisitou assistência das Nações Unidas para apoiar uma transição política pacífica e constitucional, para que a segurança do país fosse garantida. Foi então aprovada a criação de uma Força Interina Multinacional (MIF) pela resolução 1529 de 29 de fevereiro de 2004, sob liderança dos Estados Unidos, que começou a atuar em 15 de março do mesmo ano, com um mandato máximo de três meses, tendo como prioridades não somente a questão da segurança do local, mas a restauração da paz e o apoio ao processo político e constitucional do país. Por este motivo, esta missão foi considerada a precursora da MINUSTAH.

A MINUSTAH, sigla em francês para Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, tem por marco inicial a resolução de número 1542 da ONU, de 30 de abril de 2004⁶⁸. No documento, o Conselho de Segurança reafirma o “forte compromisso com a soberania,

⁶⁶ Fonte oficial da ONU. Dado atualizado em dezembro de 2010. Disponível em http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2010/dec10_5.pdf

⁶⁷ Fonte oficial da ONU. Dado atualizado em dezembro de 2010. Disponível em http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2010/dec10_2.pdf

⁶⁸ Disponível no site da ONU: [www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542\(2004\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542(2004)) Acesso em janeiro de 2011.

independência, integridade territorial e unidade do Haiti”⁶⁹ e o objetivo de auxiliar o governo transitório; monitorar, reestruturar e reformar a polícia haitiana, assim como a polícia; restaurar e manter a lei e a ordem pública; defender os direitos mais básicos dos haitianos, reportando aos órgãos responsáveis uma provável violação dos direitos humanos, entre outros objetivos. Inicialmente, a Missão foi autorizada a ter até 6.700 militares, 1.622 policiais, 550 funcionários civis internacionais, 150 voluntários das Nações Unidas e cerca de 1.000 funcionários civis locais. Desde então, o mandato da MINUSTAH tem sido alterado pelo Conselho de Segurança em várias ocasiões, a fim de que se possa se adaptar às novas circunstâncias encontradas no país. Atualmente, por exemplo, a MINUSTAH conta com 8.651 militares, 3.146 policiais, 470 funcionários civis internacionais, 1.222 funcionários civis locais e 226 voluntários das Nações Unidas⁷⁰.

Muito se discute a respeito de qual seria a característica principal da MINUSTAH, se ela teria somente a característica de *peacekeeping* e em qual capítulo da Carta das Nações Unidas ela se basearia. Na verdade, os capítulos VI e VII demonstram uma preocupação com a manutenção da paz, mas somente o VII admite a utilização das Forças Armadas como a última alternativa de solução pacífica, e a nosso ver, a MINUSTAH se baseia no VII capítulo. Portanto, devemos pensar a MINUSTAH como uma missão complexa, na qual a segurança militar não deve ser a única preocupação das tropas da ONU. Por meio da resolução 1780, de 15 de outubro de 2007⁷¹, o Conselho de Segurança ampliou o mandato da MINUSTAH, incluindo a luta contra o tráfico de drogas, armas e outras atividades ilegais a fim de contribuir com o fortalecimento da polícia haitiana nas áreas mais violentas.

Após um ano de mandato da MINUSTAH, a Anistia Internacional publicou um relatório sobre a situação do país e a questão da Polícia Nacional Haitiana merece destaque. Além dessa questão destacamos algumas das situações que segundo o relatório mereceriam atenção, como por exemplo, a violência contra a mulher, fator de preocupação da missão desde seu início:

Los agentes de policía haitianos infringen de manera habitual las normas internacionales en su utilización de medios letales. Amnistía Internacional considera que faltan la voluntad política, los recursos y los mecanismos necesarios para determinar si los agentes de policía son responsables de violaciones de derechos humanos. (...) Los actos de violencia contra las mujeres son particularmente frecuentes en ausencia del Estado de derecho. Las mujeres son víctimas de la violencia aleatoria en los barrios pobres de la capital y las campañas de terror caracterizadas por violaciones, asesinatos, incendios y saqueos. (...) Las tensiones entre el gobierno y los ex militares siguen representando una amenaza para el

⁶⁹ Página 1, tradução livre.

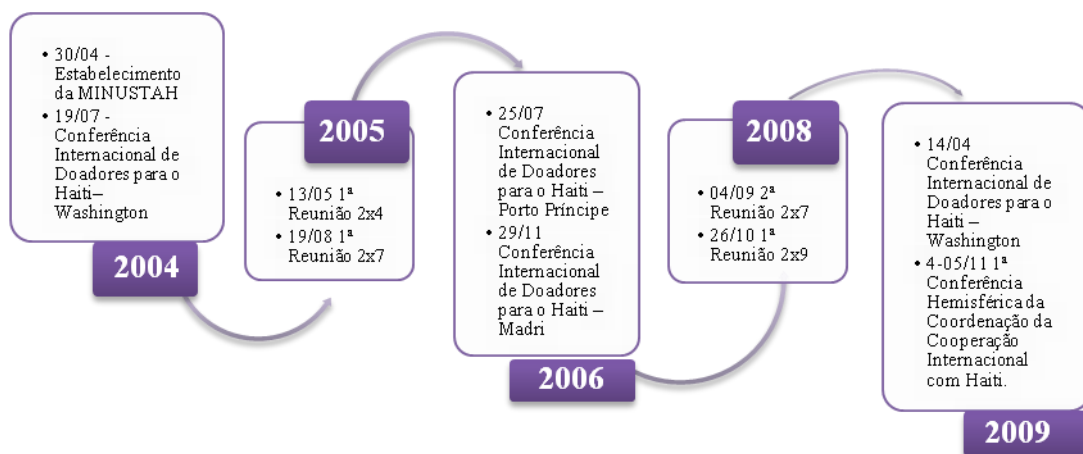
⁷⁰ Dado disponível no site oficial da MINUSTAH. <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/facts.shtml> Acesso em janeiro de 2011.

⁷¹ Disponível em http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1780%282007%29

restablecimiento de la democracia y de una paz duradera. (...) Los niños de la calle se ven sumamente expuestos a la violencia política y las consecuencias del conflicto armado⁷².

As eleições são outro fator de preocupação da MINUSTAH, pois representam a permanência da democracia em meio ao caos. Em 2006 a ONU, em conjunto com outros observadores internacionais, realizou eleições para presidente, senado, câmara de deputados e prefeituras municipais, e sem necessidade de segundo turno, o presidente eleito foi mais uma vez René Preval. De todos os importantes eventos ocorridos na MINUSTAH desde 2004, selecionamos os principais no período 2004-2009:

Quadro 5: Principais eventos da MINUSTAH (2004-2009):



Fonte: Atlas Comparativo de Defesa, edição 2010.

As reuniões 2X4, 2X7 e 2X9 referem-se às Reuniões de vice-ministros das Relações Exteriores dos países latinoamericanos membros. O número 2 refere-se à representação da defesa e relações exteriores dos países, e os números ao lado (seja 4, 7 ou 9) simbolizam o número de países participantes.

A Reunião 2X4 contou com a presença da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, e dentre as resoluções destacamos a constituição de um grupo de trabalho entre os Ministérios das Relações

⁷² Relatório Amnistia Internacional – Haiti: desarme retrasado, justicia denegada. Disponível em <http://web.amnesty.org/library/Index/ESLAMR360052005>

Exteriores e Ministérios de Defesa e a necessidade de potencializar a MINUSTAH para o fortalecimento de direitos humanos, econômicos, sociais e políticos do Haiti⁷³.

As Reuniões do mecanismo 2X7 reuniram Argentina, Brasil, Chile, Equador, Guatemala, Peru e Uruguai. Teve por objetivos principais reafirmar o compromisso da comunidade internacional para o processo democrático estável no Haiti e o compromisso de lutar por uma progressiva transformação da MINUSTAH, fortalecendo os componentes policiais, econômicos e sociais⁷⁴.

As Reuniões do mecanismo 2X9 reuniram Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai. Dentre as resoluções desta reunião destacamos o pedido à comunidade internacional a considerar de maneira urgente o financiamento dos projetos prioritários do governo haitiano e prezar pelo contínuo apoio dos componentes militares e policiais do país a fim de melhorar a situação de segurança, governabilidade e desenvolvimento do país⁷⁵. Para Rut Diamint (2007), as reuniões do mecanismo 2X9 criaram um clima de confiança e cooperação entre os países que compartilham suas percepções e preocupações a respeito da segurança regional. Diamint ainda complementa:

Si existían dudas respecto a un probable carácter invasivo de la misión, la presencia de las altas autoridades haitianas en los debates del '2x9', da cuenta de la concordancia y el entendimiento, es al mismo tiempo, um estímulo para la construcción de consensos regionales y para extender el rol pacificador de la comunidad latinoamericana. (Idem, p. 5)

Vários organismos multilaterais destacam a importância de se repensar novos papéis para os militares da América Latina no contexto atual (1989-2010), uma vez que também novas ameaças surgiram desde então. Dentre esses organismos destacamos a Conferência de Ministros de Defesa das Américas (CDMA – 1995); Conferência de Forças Armadas Centro Americanas (CFAC – 1997); *Regional Security Sistem* (RSS – desde 1996); o Conselho Sul Americano de Defesa (UNASUL – 2008). Esses organismos podem ser distintos, mas possuem o ponto em comum de ressaltar a importância da modernização das Forças Armadas nos dias atuais, a construção de uma

⁷³ Disponível em <http://www.haitiargentina.org/La-Reconstruccion-de-Haiti/America-Latina-en-Haiti/Comunicados/Reunion-del-Mecanismo-de-Cooperacion-2x4>

⁷⁴ Disponível em <http://www.haitiargentina.org/content/pdf/177>

⁷⁵ Comunicado da Reunião de países latinoamericanos componentes da MINUSTAH (2x9) sobre Haiti. Disponível em <http://www.contexto.org/pdfs/REminustahcpm.pdf>

agenda temática que vise à integração hemisférica e o fomento de medidas de confiança mútua, como transparência dos gastos com militares e a publicação de Livros Brancos de Defesa⁷⁶.

Desde o início do mandato, a MINUSTAH contou com forte apoio latinoamericano, e talvez essa tenha sido a principal diferença desta missão em relação às outras no país. De acordo com Susanne Gratius (2007), a MINUSTAH pela primeira vez representa uma busca de respostas regionais a crises de Estado e também nesta missão verifica-se a retirada expressiva dos Estados Unidos e da França, “sócios tradicionais do Haiti” (Idem, p. 19).

Atualmente, o comando militar da MINUSTAH pertence ao Brasil, o comando policial pertence à Argentina, e o representante do Secretário Geral é da Guatemala. Todos esses mecanismos geraram um forte sentimento de cooperação regional – de todo pessoal militar presente atualmente na missão 47% pertencem à América Latina. Em discurso, o então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que o envolvimento do Brasil no Haiti, assim como outros países da América Latina, é sem precedentes, tanto no que se refere à presença das forças militares quanto na coordenação política (MRE, 2008, p. 213). A já citada Resolução 1780 de 15 de outubro de 2007 enfatiza a importância de organismos regionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comunidade do Caribe (CARICOM) para trabalharem na estabilização do Haiti.

Há juntamente com esses organismos regionais um importante centro latinoamericano para as operações, a Associação Latinoamericana de Centros de Preparação para Operações de Paz (ALCOPAZ), criada em 2008. Os países fundadores são Argentina, Brasil, Chile, Equador, Guatemala, Peru e Uruguai. A Associação tem por missão principal promover uma maior eficácia na preparação de pessoal destinado às missões de paz, e o intercâmbio entre os Centros são de extrema importância para que haja uma maior padronização dos contingentes. O Brasil presidiu a Associação de agosto de 2009 a julho de 2010.

No informe do secretário geral da ONU em setembro de 2009, o último antes do terremoto, destacamos como principais desafios à segurança as gangues e outros grupos armados; a corrupção e violência associada ao tráfico ilegal e aos distúrbios civis massivos; a carência de capacitação, equipamento e capacidade de gestão da Polícia Nacional Haitiana⁷⁷. Se mesmo antes do terremoto o país já vivenciava uma profunda crise, com o desastre os desafios do país se multiplicaram, não

⁷⁶ Livros Brancos de Defesa são documentos oficiais que visam publicar informações e/ou guias sobre como é pensada a Defesa nos países. São considerados importantes para o fomento de confiança entre os mesmos. (Lisón, 2004).

⁷⁷ Informe do Secretário Geral da ONU, setembro de 2009. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/494/54/PDF/N0949454.pdf?OpenElement>

somente no nível da segurança, mas em praticamente todas as áreas. Portanto, toda colaboração tornou-se essencial para a reconstrução do país, e o Brasil obteve papel de destaque nesse processo, aliás, um destaque que o país foi conquistando como passar dos anos, tanto externa quanto internamente. Para Susanne Gratius (2007), o Haiti tornou-se:

a proa da nau brasileira que se dirige a um novo papel de pacificação na região (...) O compromisso do Brasil com a MINUSTAH permite vincular o Haiti à agenda latino-americana e concebê-lo, por vez primeira, como parte da geografia e identidade cultural da região. Ademais, servirá de plataforma à intensificação de laços bilaterais entre Brasil e Haiti, e à promoção da cultura brasileira no Caribe. (Idem, p. 19-20).

Por conta desse importante protagonismo, nosso próximo tópico se dedicará a explorar os interesses estratégicos do Brasil para a contribuição de tropas na MINUSTAH.

5. Interesses estratégicos do Brasil em relação à ONU

Para se refletir sobre os interesses do Brasil em participar e mesmo protagonizar a MINUSTAH é necessário pensar como a nossa política externa vem de delineando principalmente na última década. Ao mesmo tempo em que expressa interesses estratégicos, o envolvimento na missão da ONU é também reflexo das mudanças no campo da Defesa Nacional, à procura de projeção de poder no cenário internacional.

Uma das mais importantes iniciativas atuais nesse sentido foi a publicação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008. Segundo Oliveira, o documento representa uma “nova orientação da Defesa Nacional, definindo objetivos e métodos da construção de uma nova estrutura para a defesa, em geral, e para as Forças Armadas, em particular” (2009, p. 71). No documento justifica-se o fato de o Brasil não possuir uma tradição de discutir assuntos de defesa exatamente por ser pacífico por natureza:

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção. Vive em paz com seus vizinhos. Rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não-intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos. Esse traço de pacifismo é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro. (p. 8)

A participação na MINUSTAH se enquadra perfeitamente nessa “tradição” brasileira, ao mesmo tempo em que proporciona ao país importante projeção internacional, abrindo caminho para que consiga um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, desejo explícito do governo. O Conselho é o órgão responsável pelas ações da ONU nas questões de paz e segurança, e é reconhecido pelo governo brasileiro para tratar de questões de segurança internacional. O Brasil ocupou o assento nove vezes, igualando-se ao Japão. Na Nova Ordem Mundial, pós-1989, participou da composição do Conselho nos biênios 1993-94, 1998-99 e 2004-05. Em 2010 mais uma vez foi eleito para um novo biênio. De uma forma geral, esse objetivo fez parte da agenda política do país durante todo o século XX, com destaque para o pós-Segunda Guerra, com a contribuição brasileira dos pracinhas da FEB para lutar ao lado dos Aliados, como vimos no capítulo anterior. Certamente há uma maior ênfase nesse objetivo na era democrática (1985-2011), e a MINUSTAH é um forte marco dessa política.

Outro objetivo importante do Brasil em relação à sua política externa e que a nosso ver se relaciona com a MINUSTAH é a liderança regional. O país faz fronteira com dez dos doze países da América do Sul, o que aumenta a possibilidade de integração comercial e econômica. A busca por um maior protagonismo brasileiro no campo internacional poderia torná-lo porta-voz dos interesses latinoamericanos. Como fortes exemplos dessa integração regional há o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), criado em 1991, e o Conselho Sul Americano de Defesa (UNASUL), criado em 2008. A MINUSTAH torna-se, portanto, um instrumento favorável ao país para adquirir essa projeção internacional, uma vez que uma das características dessa missão é a forte presença latinoamericana nas tropas de paz da ONU.

A lógica que o país segue na MINUSTAH é a de diplomacia solidária, definida por Seitenfus como:

a concepção e a aplicação de uma ação coletiva internacional, sob os auspícios do Conselho de Segurança, feita por terceiros Estados intervenientes num conflito interno ou internacional, desprovidos de motivações decorrentes de seu interesse nacional e movidos unicamente por um dever de consciência ou por interesses difusos (2007, p. 12).

Partindo dessa concepção de diplomacia solidária, percebe-se que a participação das tropas brasileiras na MINUSTAH veio ao encontro dos valores e objetivos da política externa brasileira do governo de Lula da Silva (2003-2010). Em abril de 2008, em um discurso em Haia, na Holanda, sobre temas de interesse global, o presidente afirmou:

Temos intensificado nosso relacionamento com a América Central e o Caribe. No Haiti, nossa participação na MINUSTAH evidencia a importância que concedemos à

solidariedade regional. Os avanços democráticos e sociais indicam que estamos exercendo influência positiva na recuperação da estabilidade do país.

Em outra ocasião, ainda em abril de 2008, o então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, discursou para a turma do Programa de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ), confirmando a importância de uma América do Sul unida e reafirmando o princípio brasileiro de não-ingerência em assuntos internos de outros países, além de seu compromisso solidário com o Haiti:

Para fortalecer nossa inserção global é necessário começar pela América do Sul. Uma inserção individualista não condiz com a extensão dos desafios do mundo atual. Choca-se, ademais, com a atitude solidária (...). Sem a integração da América do Sul, a integração latino-americana não passa de uma figura de retórica, de um sonho baseado em realidades culturais e lingüísticas, sem dúvida importantes, mas sem lastro na estrutura econômica e social. (...) Um exemplo de nossa solidariedade com os países mais vulneráveis da região é o nosso compromisso com o Haiti. (...) Moveu-nos uma solidariedade ativa, ou seja, a não-indiferença. Cumpre ressaltar que, ao defender a não-indiferença, (...) não estamos inventando um princípio novo e sim sugerindo uma maneira distinta de ver a não-intervenção. Agregamos a ela uma dimensão ética e moral de solidariedade com o próximo, sem interferir nas escolhas e no direito soberano de cada povo de resolver o seu próprio destino⁷⁸.

Acreditamos que a MINUSTAH é um marco na história das Relações Internacionais do Brasil por incluir vários objetivos estratégicos do país, destacando-se a cooperação com a ONU para tentar lograr um assento permanente em seu Conselho de Segurança. O emprego das Forças Armadas em missões de paz em proporções nunca vistas antes tem tido como consequência o aumento da projeção do Brasil na América Latina e no mundo.

A decisão de envio das tropas brasileiras para a MINUSTAH foi fruto de uma típica “diplomacia presidencial” (Preto, 2006), em que a atuação do presidente se destaca nas relações exteriores do país. No caso brasileiro, foi exatamente o que aconteceu em relação à MINUSTAH: o próprio presidente Lula assumiu o compromisso de liderar a missão sem antes consultar o Congresso Nacional. Certamente a aprovação do Congresso foi necessária para o envio de tropas ao Haiti posteriormente – na Câmara dos Deputados o envio foi aprovado em 13 de maio de 2004; no Senado, no dia 19 de maio de 2004. A aprovação, no entanto, não foi livre de críticas: a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional posicionou-se contra o envio, afirmando que, apesar da solidariedade com o país caribenho, o envio de 1200 homens não se justificaria, e que, em

⁷⁸ Ambos os discursos estão disponíveis na íntegra no endereço <http://www.itamaraty.gov.br/divulg/documentacao-diplomatica/publicacoes/resenha-de-politica-exterior-do-brasil/resenhas/resenha-n102-1sem-2008> Acesso em março de 2011.

muitos casos, como o da segurança pública, o Brasil parece o Haiti⁷⁹. Houve também um manifesto⁸⁰ contra o envio das tropas, no qual se questionava principalmente se a soberania do Haiti não estava sendo respeitada pelas tropas de ocupação que lá se encontravam, e que a ocupação se chocava com a defesa da soberania e a resolução democrática dos conflitos internacionais, fortes princípios da política externa brasileira.

Também se colocava em discussão os custos do envio de tropas, somado à liderança militar da missão, além da questão da segurança pública. Perguntava-se por que os militares brasileiros iriam patrulhar as ruas de Porto Príncipe, em uma típica ação de segurança pública e não poderiam fazer isso no Rio de Janeiro, contra o tráfico de drogas. Sabemos, porém, que a missão no Haiti responde a interesses mais amplos do governo brasileiro, como acabamos de expor. Assim, mesmo com a oposição, o Brasil enviou as tropas para a MINUSTAH e assumiu um papel protagonista jamais visto na história da participação das missões de paz das Forças Armadas brasileiras.

De acordo com a Constituição de 1988, as relações internacionais do país regem-se, dentre outros princípios, pela autodeterminação dos povos, não-intervenção e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Atualmente, porém, o que se nota é o princípio da não-indiferença, no sentido de uma maior responsabilidade para com todos os países do globo. Partindo dessa lógica, o Brasil quer se projetar internacionalmente, sendo necessário pensar a MINUSTAH de forma multidimensional: é interessante o Brasil colaborar com suas tropas pelos ganhos estratégicos (possibilidade de assento permanente no Conselho de Segurança), ideológicos (o fato da política externa brasileira estar de acordo com uma missão organizada e aprovada pela ONU), políticos (liderança regional na América Latina e projeção internacional para o Brasil) e militares (maiores discussões a respeito do emprego das Forças Armadas e o resgate de sua imagem). Cabe lembrar que, em nossa visão, a MINUSTAH não fere a soberania do Haiti, uma vez que foi consentida por seu governo provisório, com a saída de Aristide do poder.

A MINUSTAH tem ainda um grande desafio pela frente, principalmente após o terremoto de janeiro de 2010. O fato de o Brasil liderar essa missão o torna um país comprometido com assuntos transnacionais, projetando-o internacionalmente de modo nunca visto anteriormente. Por

⁷⁹ Parecer do relator da Comissão na íntegra em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/219036.pdf> Acesso em março de 2011.

⁸⁰ O manifesto foi assinado por membros do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além de jornalistas, advogados, professores, escritores, senadores e deputados. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/04/277171.shtml> Acesso em março de 2011.

isso a MINUSTAH é considerada um dos principais marcos de nossa política externa na conjuntura atual (1985-2011).

6. A participação do Exército brasileiro na MINUSTAH

Todo o processo para o envio de tropas brasileiras à MINUSTAH se inicia com a seleção de militares do Exército Brasileiro para as funções de comando, como as de Comandante e Subcomandante do Batalhão Brasileiro (BRABATT) e da Companhia de Engenharia; médicos, dentistas, e intérpretes. As escolhas são feitas pelo próprio Gabinete do Comandante do Exército. O Estado-Maior do Exército coordena com o Ministério de Defesa os principais assuntos relacionados à missão.

O comando logístico (COLOG) é responsável por executar o apoio e preparo dos contingentes que irão para o Haiti. Quando o contingente já se encontra fora do país, o COLOG torna-se responsável pelo reabastecimento de itens necessários, como alimentação e instalações funcionais adequadas à missão. Há também o apoio do Departamento de Ciência e Tecnologia, que coordena setores de auxílio às tropas brasileiras como Materiais de Emprego Militar (MEM), Departamento de Engenharia e Construção, Diretoria de Saúde.

O primeiro contingente brasileiro chegou ao Haiti em 29 de maio de 2004, com militares do Exército, auxílio logístico da Marinha, Força Aérea e da ONU. Durante o primeiro ano da missão, foram feitas operações combinadas entre o Exército, Marinha, Aeronáutica e Ministério de Defesa, e coube ao Exército designar o Comandante do Contingente.

O segundo contingente realizou importantes operações no Haiti, como as denominadas *Liberté* (ação em áreas da favela de *Cité Soleil*), Barba Branca\Ano Novo (apoio à Polícia Nacional Haitiana por meio de patrulhamento) e *San Martin* (desobstrução das principais vias urbanas do bairro de *Bel-Air*). Paralelamente a essa última missão, foram realizadas ações visando atender a população com médicos, dentistas, procedimentos cirúrgicos, distribuição de cestas básicas, medicamentos e panfletos educativos, exibição de filmes e documentários e até mesmo corte de cabelos (Revista Verde Oliva, nº 183, p. 37).

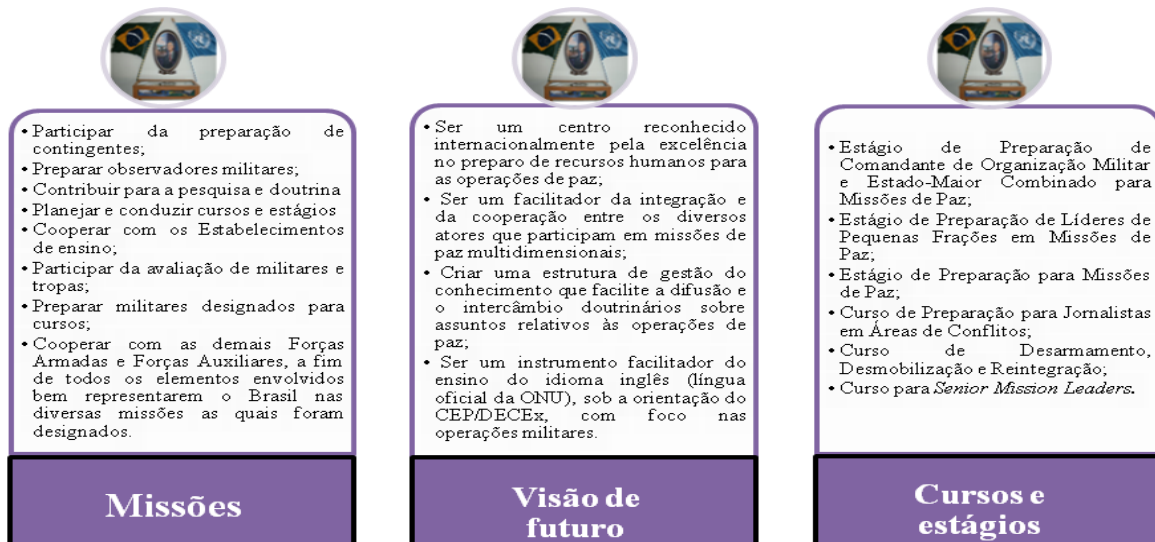
Como se pode perceber, desde o primeiro ano da missão as principais atividades realizadas pelo contingente brasileiro não eram somente ações militares e policiais, mas de todo um complexo e contínuo trabalho para a reestruturação do país. Dentre as principais ações estão o patrulhamento, instalação de pontos fortes, escolta de comboios, desocupação de delegacias policiais,

reconhecimento na fronteira, segurança de autoridades, ajuda humanitária, limpeza das ruas, reforma e reinauguração de escolas, orfanatos, e do centro de saúde comunitário.

A preparação dos contingentes selecionados para a MINUSTAH era feita pelo Centro de Preparação e Avaliação para Operações do Exército Brasileiro (CEPAEB), do Comando de Operações Terrestres, o COTER, criado em 2001, cuja principal missão é “orientar e coordenar o preparo e o emprego da Força Terrestre, em conformidade com as diretrizes do Comandante do Exército e do Estado-Maior do Exército” (Regulamento do COTER, Art. 1º).

Com a criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), todos os contingentes que vão para o Haiti passaram a fazer treinamento no local. Porém, o Centro não deixa de ser vinculado ao COTER, para efeito de “planejamento, orientação e supervisão das atividades de instrução e adestramento”⁸¹. A criação da CCOPAB levou em conta a expressiva contribuição brasileira com a MINUSTAH, como está expresso no próprio site: “como consequência do compromisso internacional recentemente assumido relativo à Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), o CI Op Paz iniciou suas atividades com a incumbência de conduzir o preparo da então Brigada Haiti, 3º Contingente”⁸². Além dessa correlação com a MINUSTAH, destacamos as seguintes informações pertinentes do Centro⁸³:

Quadro 6: Missões, visão de futuro, cursos e estágios do CCOPAB:



⁸¹ Informação disponível no site oficial do CCOPAB, disponível em <http://www.ccopab.eb.mil.br/index.php/pt/cioppaz/subordinacao>

⁸² Lembramos o leitor de que a denominação CI Op Paz só foi alterada por CCOPAB em 2010. Disponível em <http://www.ccopab.eb.mil.br/index.php/pt/cioppaz/criacao>

⁸³ Elaboração própria a partir do site oficial do CCOPAB, disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/>

A doutrinação torna-se um importante aliado do militar na missão, uma vez que o Centro segue orientações diretamente da ONU, visando facilitar o trabalho dos militares em um ambiente instável e hostil, como aquele encontrado nos países que recebem essas tropas.

Outra ação de destaque na MINUSTAH é a Companhia de Engenharia Brasileira, representada pela Companhia de Engenharia de Força de Paz (Cia E F Paz Haiti) ou BRAENGCOY (*Brazilian Engineering Company*), como é chamada na Missão. Seu objetivo principal é proporcionar o apoio de engenharia em construções e instalações de campanha e de proteção para os contingentes.

De fato, a ajuda humanitária tem sido uma característica da presença brasileira no Haiti. Apenas em 2008, o Brasil investiu 30 milhões de reais na cooperação técnica e humanitária no país, e a ONG Viva-Rio também desenvolveu ações com a população haitiana. Com toda essa ajuda, foi crescendo cada vez mais a imagem de que a população haitiana nutriria um afeto especial pelas tropas brasileiras, e de que o soldado brasileiro possuiria um diferencial com relação aos outros. O slogan do Exército Brasileiro “Braço forte, mão amiga” é utilizado pela instituição para representar a ação brasileira no Haiti, e de acordo com a Comunicação Social do Exército:

Esse traço particular, refletido no lema do Exército Brasileiro “Braço Forte, Mão Amiga” e que nossas tropas souberam utilizar na criação de um ambiente de estabilidade e segurança no Haiti, não está descrito nas regras de engajamento da ONU. É fruto tanto da brasilidade, quanto de um esforço sistemático de planejamento eficiente, de que devemos orgulhar-nos. (Revista Verde Oliva nº 202, p. 12)

Ainda de acordo com a mesma publicação, os militares brasileiros se distinguem de outros porque souberam conquistar

a confiança, a admiração e o respeito de toda a sociedade haitiana. Se o Brasil e os brasileiros já são amplamente apreciados pelo haitiano, seja por seu futebol, sua música, suas tradições e suas raízes africanas, os soldados que ostentam no braço a bandeira brasileira cativaram a população daquele país com a equilibrada e bem dosada combinação do braço forte e da mão amiga. (Idem, p. 59)

Em um livro-depoimento a respeito de sua experiência no Haiti, um ex-soldado brasileiro (do primeiro contingente) relatou suas primeiras impressões a respeito de como a tropa brasileira foi recebida pelos haitianos:

Éramos mesmo tratados muito bem no começo. As pessoas acenavam quando passávamos. Alguns vinham conversar e chegamos a tirar inúmeras fotos com as crianças (...) diziam que éramos simpáticos, educados e não tínhamos nada de truculência dos norte-americanos (...) antes de sairmos do Brasil, os oficiais nos recomendaram muito o cuidado no tratamento com os haitianos. Estávamos lá para ajudar. (Ruppenthal, 2007, p. 135-136)

A caracterização da diferenciação do soldado brasileiro para a população haitiana foi muito explorada pelas revistas e sites oficiais. Os haitianos apreciam muito o futebol, e este tornou-se um dos fatores de aproximação entre os dois países. Em agosto de 2004, ano de início da missão, e com o apoio da Federação Internacional de Futebol (FIFA), o Brasil realizou um jogo amistoso com a seleção haitiana, com presença dos maiores ídolos do futebol brasileiro, em um momento de muita euforia para os haitianos. Foi chamado de “O Jogo da Paz”. Os jogadores brasileiros fizeram um passeio pela cidade sendo seguidos por milhares de haitianos, de bicicleta ou mesmo correndo. Sobre essa experiência, o ex-soldado afirmou (Idem, p. 131):

A alegria no rosto daqueles pobres coitados é algo que não vou conseguir descrever. Muitos marmanjos de quase dois metros, caras de dar medo mesmo, choravam de um jeito infantil. A cena era tão estranha que, às vezes, eu próprio perdia o controle e achava estar no meio de um sonho. Essa sensação passou pela minha cabeça diversas vezes durante a missão no Haiti, mas o dia do jogo foi quando senti isso com mais força.

A seleção brasileira goleou a seleção haitiana, o que não diminuiu a alegria dos haitianos. O médico da seleção haitiana afirmou: “Se tivessem facilitado, nós teríamos considerado uma humilhação. Nós preferimos perder e ficamos felizes porque os jogadores brasileiros tiveram um grande coração por vir fazer este jogo aqui”⁸⁴. Certamente, esse é um aspecto cultural da missão que merece destaque.

Durante nossa pesquisa entrevistamos Oficiais do Exército Brasileiro que participaram do contingente da MINUSTAH. Uma das perguntas era se o soldado brasileiro, comparado com outros soldados, possuiria maior capacidade de se adaptar a realidades e culturas diferentes. Destacamos três respostas, a de uma tenente e de dois capitães do Exército. A Tenente⁸⁵ afirmou:

Com certeza. Devido à nossa diversidade cultural, climática, topográfica e étnica, o soldado brasileiro se adapta muito bem a qualquer realidade a que é exposto, porque dentro do próprio Brasil, podemos fazer cursos que nos condicionam a qualquer terreno e clima.

O capitão Luciano Moreira, autor do livro “Combate de Paz” sobre a missão no Haiti afirmou:

Não tenho dúvida nenhuma em relação a isto. O brasileiro é por natureza um povo que respeita e se adapta às diferenças de maneira real, e não de maneira política. Não vi soldados de outros países tão abertos quanto os nossos. Assim sendo, o haitiano aproxima-se da tropa, o que facilita a aceitação da ocupação militar.

⁸⁴ Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/08/040819_jogopaulog.shtml

⁸⁵ Foi autorizada a divulgação dos nomes dos depoentes, exceto o da Tenente, que preferiu se manter no anonimato.

O capitão da AMAN, Alexandre Lepri, apontou:

Esse é um fator determinante no sucesso da missão e que mais diferenciou nossa tropa das demais, não é uma característica particular do soldado brasileiro e sim do cidadão brasileiro.

De fato, a diferenciação do soldado brasileiro em missões de paz já era algo explorado pelas publicações oficiais do Exército. Durante a já citada missão no Timor Leste, a UNMISSET, a Comunicação Social do Exército expressou em sua principal publicação:

A integração com a comunidade foi facilitada pela grande capacidade de relacionamento de nossos militares. Os brasileiros, com afabilidade, respeito à cultura e aos valores do País amigo, aliados ao extremo sentimento humanitário, ministraram aulas de capoeira, participaram de ações cívico-sociais (ACISO) e ajudaram a reconstruir uma escola, rebatizada de Duque de Caxias (...) Nossos soldados tornaram-se referência para a população e angariaram a simpatia geral (...) Mais que soldados, nossos homens foram dignos embaixadores verde-amarelos. (Revista Verde Oliva, n.º 84, p. 44-45)

Certamente a propaganda sobre a ação dos soldados brasileiros no Timor Leste visava contribuir para a exaltação das tropas brasileiras, mas ela não repercutiu na imprensa e na sociedade brasileira como aconteceu com a MINUSTAH, o que sem dúvida foi também reflexo da comoção internacional causada pelo terremoto.

Voltando aos depoimentos a respeito da participação de oficiais na MINUSTAH. No tocante ao relacionamento das tropas brasileiras com a população haitiana, a Tenente expôs:

O povo haitiano tem recebido as tropas da MINUSTAH com muita amabilidade, especialmente as tropas brasileiras, que são com quem eles mais se identificam. É a única tropa, por exemplo, que desenvolve trabalhos assistenciais junto a orfanatos paralelamente ao trabalho desempenhado naquele país. No 12º contingente, por exemplo, os militares evangélicos reformaram um orfanato, cuja estrutura predial havia sido comprometida em função do terremoto do dia 12 de janeiro de 2010.

Respondendo a mesma pergunta, o Capitão Luciano Moreira afirmou:

Acredito que o brasileiro ocupa uma posição especial nas relações com os haitianos. A ocupação das favelas fez com que o povo mais carente do Haiti se aproximasse das tropas brasileiras. O soldado, por sua vez, é aberto e se adapta com uma facilidade incrível. É uma interação natural que independe de ordens. As crianças se aproximam e o brasileiro tem prazer em se comunicar, de se fazer presente. Assim, a carência generalizada e a ausência do estado servem de catalisador para o desenvolvimento destas relações humanas. Não é só pela necessidade, que as crianças haitianas aprenderam a falar português em apenas um ano. É também pela abertura cultural de nosso povo.

Já o capitão Alexandre Lepri declarou:

A cultura haitiana possui alguns aspectos “tribais”, o brasileiro é capaz de perceber essas características e a partir da compreensão dos valores e costumes daquele povo pode atuar mais eficazmente, sem ofender seus costumes e se aproximando do povo haitiano.

Em relação à vida cotidiana das tropas brasileiras na MINUSTAH, destacamos dois livros que expressam visões praticamente opostas: de um lado, o relato de um ex-soldado que serviu no primeiro contingente que partiu para a MINUSTAH, publicado com o título “Um soldado brasileiro no Haiti” (já citado); de outro, o livro “Combate de Paz”, do capitão Luciano Moreira, que foi um de nossos entrevistados e que serviu no 4º contingente. Os dois livros têm por objetivo relatar as experiências mais cotidianas da missão e a impressão de seus protagonistas.

Destacamos nesses livros alguns pontos que consideramos relevantes. Sobre sua impressão sobre o país, o ex-soldado Ruppenthal afirma:

O Haiti tem um sistema de saneamento básico totalmente deficitário. O lixo se acumula pelas ruas mesmo e não é raro ver crianças brincando perto de porcos que procuram algum alimento (...) Cheguei a ver urubus em cima de corpos humanos que apodreciam no meio da rua (...) Perto dos cadáveres e das crianças jogando bola, os haitianos esperam tranquilamente o ônibus. As pessoas lá parecem meio indiferentes às cenas mais chocantes. O país é um necrotério a céu aberto. (2007, p. 22)

A respeito das operações cotidianas que fazia, o autor descreve:

passsei maior parte do tempo que durou a missão de paz fazendo patrulhas em favelas. Íamos averiguar algum chamado, às vezes conferíamos o surgimento de um cadáver novo e parávamos quem estava de carro, à procura de armas, sobretudo quando o Exército recebia alguma denúncia. Normalmente apenas acompanhávamos a polícia, que cuidava da remoção – às vezes de corpos que eles mesmos tinham matado.

Às vezes éramos recebidos a tiros, que normalmente vinham de longe e nunca duravam mais do que alguns minutos. Queriam apenas nos assustar. (...) às vezes meu pelotão também era chamado para escoltar algum figurão. Íamos até o bairro alto, acompanhávamos o cara desde sua casa até o trabalho. Alguns passavam o dia inteiro escoltados por soldados da força de paz. O Exército servindo de guarda-costas para gente rica! (Idem, p. 69-100-102)

Após sua chegada ao Brasil o ex-soldado Ruppenthal teve problemas psiquiátricos, mas não conseguiu ajuda financeira do Exército para seu tratamento. Ele comentou essa situação em seu livro, expressando um profundo descontentamento:

Pensei em processar o Exército. Eu fui mesmo enganado, como é um enorme engano essa história de missão de paz. Há muito mais por trás disso, muitos interesses que ninguém fala (...) Mas mudei de ideia. Não pretendo levar um processo adiante. Isso me faria, de um jeito ou de outro, ter que de novo construir um tipo de relação com o Exército. Não acho que

uma coisa dessas seja positiva para mim neste momento. Quero distância de qualquer pessoa fardada. (Idem, p. 152-3)

Outro relato a respeito da sua experiência pessoal na MINUSTAH foi o do capitão Luciano Moreira. Sobre um dos locais em que as operações eram realizadas, escreveu:

A rua era imunda e sem asfalto, com lixo e esgoto por todos os lados. Era larga o suficiente para que um blindado Urutu passasse. Do lado leste, becos e barracos espalhavam-se numa desordem típica das favelas brasileiras. Do outro, o muro de uma escola estendia-se até sua metade; a outra parte do quarteirão repetia a miséria convencional do lugar. (Moreira, 2010, p. 77)

A falta d'água é um grande problema no Haiti, e o capitão observou como a população lidava com esse problema:

A escassez de água no Haiti impôs à população comportamentos que comprometem a saúde e a qualidade de vida. No interior do país, era possível observar a maneira, às vezes absurda, com que esse bem tão escasso era utilizado. Na beira de algumas estradas, havia canais cimentados; ali, a água corrente, que descia à vazante, era utilizada para o consumo de animais e lavagem de roupa. (Idem, p. 139)

Sobre a questão das mulheres haitianas, destaca:

Por questão cultural, as mulheres não costumavam depilar as axilas, o que para nós causava um pouco de estranheza, a princípio. As que se arriscavam a adotar o costume global eram malvistas (...) culturalmente, também, as mulheres sofrem muitas violências. Eram comuns estupros e assassinatos por motivos banais.

A prostituição também ocorre com grande intensidade, como em qualquer lugar onde há miséria. (...) Por vezes, os próprios familiares aproximavam-se da tropa para oferecer irmãs ou até esposas em troca de algum dinheiro. (Idem, p. 141-143)

Fazendo um retrospecto sobre a missão, o capitão avalia:

Nossa angústia era deixar para trás aquela população carente, privada até mesmo de sonhar com a possibilidade de viver num local melhor. (...) Ao retornar para o Brasil, rapidamente esses sentimentos foram cedendo espaço ao orgulho de bem ter cumprido nossas missões.

Para mim, atestei que a cultura do brasileiro foi um dos fatores de sucesso do Exército no comando do braço militar da MINUSTAH. Um povo que não só convive pacificamente com as diferenças sociais e culturais dentro de seu território, mas que tem orgulho de não ter só uma raça. Ademais, que oferece às Forças Armadas militares também miscigenados, em culturas e raízes. (Idem, p. 340-343)

Em meio a esses depoimentos, nos deparamos com duas posições opostas: o ex-soldado Ruppenthal tem uma mágoa profunda com o Exército, e a nossa principal impressão é a de que o

livro é um grande desabafo, como se o autor quisesse gritar para a população brasileira o que na verdade é a participação brasileira no Haiti: um “enorme engano essa história de missão de paz” (2007, p. 152). Com uma linguagem muitas vezes agressiva, ele deixa claro que quer distância de qualquer pessoa fardada, e que foi abandonado pelo Exército, assim como muitos soldados pobres: “o Exército abandona todo mundo!” (Idem, p. 154). Termina seu livro afirmando que não quer fazer papel de vítima ingênua, mas que foi de fato enganado, pois, segundo ele, ao chegar ao Haiti, se deparou com uma situação completamente diferente do que ele havia imaginado e do que lhe haviam dito.

Por outro lado, o livro “Combate de Paz”, do capitão formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Luciano Moreira, expressa perfeitamente a posição institucional a respeito da MINUSTAH. Ao contrário do ex-soldado, o capitão considera sua experiência como um grande aprendizado em sua vida, afirmando: “neste livro, conto a experiência de quem amou o que fez e, hoje, orgulha-se por tê-lo feito” (2010, p. 12). O lançamento do livro teve cobertura da mídia, por meio de uma emissora afiliada da Rede Globo no interior do Estado de São Paulo, e estavam presentes tanto subordinados quanto superiores do capitão. Em entrevista ao jornal EPTV, o coronel Tomás Paiva, Comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (ESPCEX), afirmou: “Essas histórias são histórias muito importantes para que a gente possa entender como que a pacificação do Haiti ocorreu, e como foi verdadeiramente a atuação da tropa brasileira lá.” Em nossa visão, a mensagem principal do livro é que a liderança, essencial em um caso como o do Haiti, não é exercida somente por uma hierarquia vertical, mas:

aponta em todas as direções do relacionamento humano (...) conhecer a si com humildade suficiente para admitir suas fraquezas e consciência suficiente para saber observá-las quando estão afloradas. É necessário saber obedecer, mais do que dar ordens.: (Idem, p. 343-345)

Assim, o livro enfatiza a imagem dos oficiais do Exército como pessoas humanas e sensíveis à situação vivida, mesmo tendo que assumir uma posição de liderança. De fato, constitui mais um instrumento para a recuperação da imagem do Exército nos dias atuais.

Podemos perceber por meio de todos os relatos e opiniões aqui expostos que a presença brasileira no Haiti trouxe para as Forças Armadas um novo enfoque – a cultura de paz. De acordo com a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), a cultura da paz:

É uma cultura baseada em tolerância, solidariedade e compartilhamento em base cotidiana, uma cultura que respeita todos os direitos individuais – o princípio do pluralismo, que assegura e sustenta a liberdade de opinião – e que se empenha em prevenir conflitos resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não-militares para a paz e para a segurança como exclusão, pobreza extrema e degradação ambiental. A Cultura de Paz procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis⁸⁶.

O Haiti se filiou à UNESCO em 1946, com o objetivo principal de incitar projetos educacionais. Atualmente, uma das maiores preocupações da UNESCO em relação ao país é a AIDS, no sentido de prevenção da doença principalmente entre jovens. A cultura da paz, portanto, envolve as questões da vida cotidiana da população, em vários campos de atuação, como a educação, a comunicação, ciências humanas e sociais, ciências naturais, a cultura e o respeito pela individualidade⁸⁷. Como vimos, a MINUSTAH não se restringe somente à questão da segurança, mas possui enfoques diversos, principalmente no que se refere à busca pela preservação dos direitos humanos da população. Portanto, acreditamos que a cultura da paz é presente no país, e é uma das características dos “capacetes azuis”, que devem agir não somente na segurança policial do local, mas em todas as áreas sociais possíveis, principalmente em um país nas condições atuais do Haiti.

Tanto externa quando internamente a MINUSTAH trouxe profundas consequências para a instituição e especificamente o Exército, que tem o maior contingente de tropas e está sempre à frente de discussões e debates a respeito do uso das Forças Armadas brasileiras na contemporaneidade. Como afirmamos, a imagem do Exército saiu manchada da ditadura, e hoje vivenciamos um repensar sobre o papel das Forças Armadas não somente no nível nacional, como em todo continente americano. No caso da MINUSTAH, se as tropas brasileiras já possuíam um maior destaque por conta de todos os aspectos aqui discutidos, o terremoto de janeiro de 2010 transformou os “capacetes azuis” brasileiros em verdadeiros heróis, exaltados pela mídia, contribuindo para a construção de uma nova imagem e talvez de um novo papel na sociedade brasileira.

7. O terremoto: a atuação do Exército durante a catástrofe e o papel da mídia

O Haiti é um país em constante estágio de recuperação, em toda a sua história. Mas, entre todas as guerras, manifestações de violência, violações de direitos humanos, deposições de

⁸⁶ Disponível em http://www.comitepaz.org.br/a_unesco_e_a_c.htm

⁸⁷ Informações retiradas do site oficial da UNESCO, disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/unesco/worldwide/latin-america-and-the-caribbean/haiti/>

presidentes, intervenções internacionais várias, ou mesmo furacões e terremotos anteriores, nada se compara ao terremoto de 12 de janeiro de 2010. Foi o maior golpe da história do país e da MINUSTAH, que não esperava por tamanha devastação:

El terremoto que se abatió sobre Haití fue un desafío adicional inesperado para MINUSTAH, que preciso alterar su misión para recuperarse del desastre y adecuarse para poder atender las demandas crecientes de la población desamparada. Un momento crítico fue el despliegue de tropas norteamericanas no subordinadas al comando de MINUSTAH. Sin embargo, la urgencia de socorro a las víctimas y los acuerdos de colaboración permitieron superar esa situación y completar exitosamente la misión (Saint-Pierre, 2010, p. 311).

A MINUSTAH perdeu 96 de seus membros, incluindo o brasileiro Luiz Carlos da Costa, Vice-Representante da ONU no Haiti, o Enviado Especial do Secretário Geral e Chefe da Missão, Hédi Annabi e o Chefe de Assuntos Políticos da Missão, Gerardo Le Chevallier. A resposta internacional foi imediata – o mundo inteiro presenciou através da mídia o desastre haitiano e logo se propôs a ajudar. Poucas horas após o terremoto se iniciaram as primeiras operações de emergência, com unidades militares e civis especializadas em buscas e salvamentos, instalação de hospitais de campanha e a tentativa de restabelecer itens básicos, pois não havia luz, água, telefone ou remédios. Destacamos as ações da própria ONU, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, vinculado ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); da Cruz Vermelha Internacional; do Programa Mundial de Alimentos; do Plano Mão Amiga (ajuda indispensável da República Dominicana desde as primeiras horas do terremoto) e certamente, as múltiplas ações de todos os países membros da ONU, que enviaram mais militares, médicos, bombeiros e outros tipos de ajuda para o Haiti.

Em 31 de março de 2010 foi realizada a Conferência Internacional de Doadores para o Haiti com a presença de 151 países membros, em que o país apresentou sua própria visão sobre o futuro, e de que forma a comunidade internacional poderia ajudar. Ficou decidido que seriam doados para o biênio 2010-2011 5,6 bilhões de dólares, sendo as principais colaborações a da Espanha (US\$ 126,3 milhões), Japão (US\$ 56,7 milhões), Brasil (US\$ 55 milhões), Noruega (US\$ 33 milhões), Austrália (US\$ 9,3 milhões), França (US\$ 6,6 milhões), Colômbia (US\$ 4 milhões), Venezuela (US\$ 2,1 milhões) e Estônia (US\$ 0,05 milhões).

Além do compromisso brasileiro com a Conferência Internacional de Doadores, o país ainda contribuiu com 60 especialistas em casos de desastre – bombeiros e socorristas, 07 aviões e um

barco, cães farejadores, 60,2 toneladas de alimentos, 18,5 toneladas de medicamentos, 14,3 toneladas de água, 32,5 toneladas de artigos para refugiados e um hospital móvel⁸⁸.

Em abril de 2010, o secretário geral da ONU publicou um informe sobre a situação do Haiti pós-terremoto. Acharmos pertinente informar alguns pontos principais do documento, dividido em tópicos, para que tenha uma pequena noção de como foi pensada a reconstrução do Haiti pela ONU:

Quadro 7: Principais pontos do informe do Secretário Geral da ONU em abril de 2010.

Situação política	Segurança	Apoio da Comunidade Internacional
<ul style="list-style-type: none"> • Eleições adiadas; • Foco: apoiar a legislação para a promoção de direitos igualitários para mulheres e crianças; • Decretação de Estado de emergência por 18 meses e a criação da Comissão Interina para Reconstrução do Haiti. 	<ul style="list-style-type: none"> • Novas ameaças: antigos chefes de quadrilhas que escaparam da prisão; • Indicações do aumento da delinquência, principalmente sexual nos acampamentos; • Projeto piloto: estabelecer instalações de recepção de vítimas de exploração sexual. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Centro Conjunto de Operações e atribuição de tarefas. • Ênfase ao trabalho do ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, com ampliação de suas tarefas; • Criação do Plano de Ação do Governo haitiano, visando aumentar investimentos para o país.

Fonte: http://s3.amazonaws.com/haiti_production/assets/9/SG_Report_on_MINUSTAH_22_April_2010_original.pdf

A última resolução da MINUSTAH, de número 1944, de 14 de outubro de 2010, ainda destaca o terremoto de janeiro como o responsável por novos desafios e ameaças a serem enfrentados pela Missão, inclusive caracterizando o momento como “contexto pós-terremoto”. Por conseguinte, a ONU ainda possui um grande desafio de reconstrução do país pela frente, principalmente após o término das coberturas da mídia, que possibilitava maiores doações de civis consternados em todo o mundo. Talvez a característica da própria missão se altere, devido a toda falta de estrutura que o país apresenta. Resta-nos acompanhar de perto todo o trabalho dos capacetes azuis de diferentes países para a reconstrução do país que já era extremamente pobre e agora se encontra destruído.

De fato, não há como não dividir a MINUSTAH entre antes e pós-terremoto. No presente tópico optamos por analisar a ação brasileira pós-terremoto em três focos: a possível rivalidade

⁸⁸ Informações encontradas em vários veículos da imprensa: O Globo, Revista Veja, Site Terra, Site UOL, site Defesa Net.

entre Brasil e Estados Unidos em relação à liderança das forças de segurança da MINUSTAH; a cobertura da mídia brasileira sobre os militares falecidos em missão, levando em conta a exaltação do militar brasileiro e o resgate de sua imagem e, por fim, a utilização das Forças Armadas na segurança pública no Rio de Janeiro em novembro de 2010, pois a atuação no Haiti foi usada como referência para a participação das Forças Armadas no que foi denominado “guerra contra o tráfico”.

7.1 Rivalidade entre Brasil e Estados Unidos? O problema da segurança e da ajuda humanitária na MINUSTAH.

No informe do Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon de abril de 2010⁸⁹ os Estados Unidos, juntamente com o Canadá aparecem como os primeiros a disponibilizar tropas para o Haiti, 72 horas após o desastre. Além disso, o enviado especial ao Haiti e ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, prestou ajuda na coordenação internacional das doações e investimentos privados. Clinton já era um colaborador da Missão. No informe de setembro de 2009⁹⁰ seu nome aparece como auxiliador do Governo haitiano para a construção de novos postos de trabalho, melhorar a infraestrutura do local, atrair investimentos, entre outras funções. A própria secretária de Estado norte-americana e esposa do ex-presidente, Hillary Clinton, apoiou sua ida. Sua orientação era a de mudar as relações diplomáticas entre Estados Unidos e Haiti. Como foi dito anteriormente, já houve uma ocupação norte-americana no país caribenho, o que pode ter causado grande trauma aos haitianos. Reafirmando a nova orientação diplomática, o chefe de gabinete de Hillary Clinton, Cheryl Hills, afirmou:

Estou confiante de que o governo haitiano não está esperando que os EUA assumam o país. Ele está buscando um bom parceiro. E nós realmente vemos nosso papel como fiadores do fato de que a liderança haitiana é capaz de comandar de uma forma que o seu povo espera
91.

Além da presença atuante de Bill Clinton no Haiti, o atual presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, criou um fundo de ajuda via internet, chamado de “*Clinton Bush Haiti Fund*”. Na

⁸⁹ Disponível em http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2010/200/Corr.1

⁹⁰ Disponível em http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2009/439

⁹¹ Disponível em: “Washington quer mudar relação “da água para o vinho”. O Globo, 16 de janeiro de 2010.

ocasião, Clinton afirmou: “Com a ajuda dos Estados Unidos, o povo haitiano poderá escapar de sua história e construir um futuro melhor.”⁹²

De fato, a ajuda norte-americana recebeu grande cobertura pela mídia brasileira, a ponto de haver até mesmo a discussão se o país estaria passando por cima da autoridade da ONU no local. A principal crítica era quanto ao controle aéreo norte-americano, impedindo que a ajuda chegasse ao aeroporto de Porto Príncipe. A justificativa dos Estados Unidos era de que o aeroporto, parcialmente prejudicado pelo terremoto, não teria infraestrutura suficiente para desembarque de material, e, além disso, a próprio governo haitiano havia autorizado o controle aéreo. Até mesmo aviões da Força Aérea Brasileira com ajuda humanitária e equipamentos foram impedidos de pousar. O Ministro da Defesa Nelson Jobim criticou a atitude norte-americana, chamando-a de unilateral. Desde esse episódio, a mídia brasileira começou a noticiar uma possível tensão entre Brasil e Estados Unidos, seguindo a linha de pensamento de que o Brasil comanda as tropas da ONU na região e que, portanto, os Estados Unidos estariam passando por cima dessa autoridade. Autoridades envolvidas se dedicaram a negar o desconforto, o que fomentou ainda mais a discussão.

O ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, chegou a ligar para Hillary Clinton, segundo ele, para “desfazer eventuais mal-entendidos”. Em entrevista ao jornal O Globo, Amorim afirmou:

Mencionei o problema de acesso da própria MINUSTAH ao aeroporto, além de voos brasileiros que levam ajuda, mas têm dificuldade para chegar. Sabemos que há muitos voos e muitos países, mas é importante ter clareza de que estamos sendo tratados com prioridade adequada⁹³.

Ainda segundo o ministro, Hillary Clinton teria afirmado que tomaria providências e que as forças americanas enviadas ao Haiti estão lá para fins humanitários e não pretendem interferir na manutenção da ordem, tarefa da MINUSTAH. Foi exatamente esse o ponto principal que tocou o comandante da missão, o General Floriano Peixoto e que seria a principal justificativa para a negação de qualquer conflito.

Em entrevista à revista Época, o General expressou sua opinião sobre a cobertura da mídia sobre o possível estranhamento entre forças brasileiras e norte-americanas:

A imprensa tentou valorizar muito isso num quadro que, na realidade, não ocorreu. Os Estados Unidos chegaram aqui com uma capacidade muito grande, porque têm muito dinheiro e recursos. O governo do Haiti solicitou oficialmente aos Estados Unidos que eles

⁹² Disponível em: “Obama cria fundo de ajuda popular”. O Globo, 17 de janeiro de 2010.

⁹³ Disponível em: “Protetorado humanitário”. O Globo, 16 de agosto de 2010.

ajudassem na operação das suas duas estruturas: o aeroporto e o porto. Foi uma solicitação oficial do Haiti aos Estados Unidos. Então, não foi ocupação, não foi ingerência, não foi nada disso. Isso durou até o dia 19 de fevereiro. A partir de 19 de fevereiro, o aeroporto voltou ao controle do Haiti. O controle do porto não voltou antes porque os americanos estão consertando. Eu desconheço qualquer tipo de problema que tenha havido em relação a isso com o Brasil. Muito pelo contrário: nós tivemos aqui, quando informado com antecedência, o tratamento bastante facilitado em razão do número de aeronaves brasileiras que estavam deslocando para o Haiti para ajuda humanitária⁹⁴.

De fato, a presença americana no Haiti causou forte impacto. O argumento que causava maior estranheza era o fato de que as tropas não estavam subordinadas à ONU. De acordo com a reportagem do jornal O Globo⁹⁵, houve reclamações por parte de médicos e voluntários de vários países, que acusavam o desembarque de novas tropas de atrasar ainda mais a chegada de ajuda humanitária. Ainda segundo a reportagem, um oficial brasileiro, que não quis se identificar, afirmou que os americanos estariam agindo com a presunção de que conheciam muito o país, e que não estariam agindo da forma correta em determinadas situações, por exemplo, na distribuição de alimentos via helicóptero.

Mas nem sempre a mídia relatou opiniões contrárias à presença americana na MINUSTAH. O novo chefe da missão da ONU para o Haiti, Edmond Mulet, afirmou que a chegada de tropas americanas era fundamental para distribuir a ajuda humanitária aos sobreviventes: “Acho que a presença de tropas americanas no território haitiano é vital, e de tropas canadenses também, porque elas ficarão responsáveis pela distribuição de ajuda humanitária⁹⁶”

No dia 25 de janeiro de 2010 o jornal O Globo trouxe uma matéria que tinha por título “Brasil e EUA: ação conjunta de ajuda”. A reportagem descrevia uma operação em conjunto de tropas brasileiras e americanas de entrega de comida e água em *Cité Soleil*. Os Generais Floriano Peixoto e Ken Keen (chefe das tropas americanas no Haiti) aproveitaram a situação para enfatizar que não havia de forma alguma estranhamento entre as tropas. O General americano afirmou: “O presidente nos mandou aqui para dar assistência ao governo do Haiti, e ficaremos enquanto precisarem. Nas conversas com haitianos, sinto que eles gostam da presença das tropas americanas”.

Parecia um equívoco insistir nesse possível estranhamento entre tropas brasileiras e norte-americanas. Cada vez que tinha oportunidade, o ministro Celso Amorim negava mais uma vez qualquer desconforto com os Estados Unidos. Após 15 dias de exaustiva cobertura, a mídia

⁹⁴ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI132182-15227,00.html>

⁹⁵ Matéria: “Nas ruas, a presença ostensiva dos EUA”. O Globo, 20 de janeiro de 2010.

⁹⁶ Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1461185-5602,00.html>

começou a diminuir a quantidade de matérias referente à situação do Haiti e a esse possível desconforto.

Essa discreta luta por lideranças nos fez refletir até que ponto o Estado haitiano estava sendo ouvido ou levado em consideração. Vimos que soberania é a capacidade de um Estado agir em momentos em que é ameaçado de qualquer forma, assim como ocorre no Haiti. A situação no país nos lembra o estado de guerra permanente definido por Hobbes (2004), uma luta de todos contra todos, visando à própria sobrevivência. A escassa organização na distribuição de alimentos e em outros itens que garantissem a sobrevivência daquele povo nos provou isso, pelas chocantes imagens expostas nos mais diversos meios de comunicação. Considerarmos ser um bom questionamento a se fazer ainda neste momento, mais de um ano após o terremoto de 2010.

7.2 A mídia brasileira e a exaltação da ação dos militares no Haiti

A cobertura da mídia brasileira sobre o desastre, principalmente nos primeiros quinze dias, foi extensa. Segundo uma reportagem da BBC Brasil⁹⁷, ela serviu para consolidar o papel de liderança do Brasil no Haiti. A exaltação das tropas brasileiras na MINUSTAH foi enfatizada não somente pelos órgãos oficiais, mas também pela mídia em geral. Nas principais revistas do país os perfis dos jovens militares mortos em ação foram divulgados, destacando suas trajetórias de vida, carreira militar e construindo uma imagem de heróis. A exposição desses perfis deu margem para debates e questionamentos de quem na verdade são esses voluntários e qual o papel do Exército na reconstrução daquele país.

Em entrevista para “O Globo” em 24 de janeiro de 2010, o jornalista e professor Eugênio Bucci expressou sua opinião sobre a cobertura da mídia brasileira a respeito do Haiti, ressaltando a grande comoção diante da tragédia e trazendo à tona o sentimento de solidariedade:

O terremoto do Haiti foi um terremoto na paginação dos jornais e telejornais. Não condeno nem critico essa overdose de imagens chocantes. (...) No caso da cobertura do Haiti, além do espetáculo, há um vetor solidário que prevalece. Não solidário no sentido de caridoso, mas de vibrar junto, transmitindo ao público o que é a carga do drama humano vivido pelas pessoas que lá estão (...) Há sensacionalismo, mas há profissionalismo, bravura, e não falamos de bravura em missão de guerra, mas em missão de paz. (...) A solidariedade vai se internacionalizando no Brasil. De dentro pra fora. Isso é muito interessante.

As autoridades oficiais, como era de se esperar, exaltaram a presença brasileira no Haiti e se consternaram pelas perdas, sofridas principalmente pelo Exército. Em 18 de janeiro de 2010 o

⁹⁷ Disponível em www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/01/100115_haitidiplomaciabrasil_fp.shtml

ministro de Defesa, Nelson Jobim, enviou uma carta ao Comandante do Exército, General-de-Exército Enzo Martins Peri, afirmando:

Apesar do quadro desolador que tivemos oportunidade de verificar, da dor de confirmar a perda de profissionais militares do Exército sob seu Comando, digo que senti, como cidadão, um incomum momento de orgulho por ser brasileiro e estar ao lado de soldados sérios, competentes e prontos para superar dificuldades (...) Externo, mais uma vez, meu testemunho pelo desempenho profissional impecável dos soldados brasileiros, verdadeiros heróis, que integram a MINUSTAH conscientes de que representam o nosso Brasil.

O Comandante do Exército também se manifestou a respeito da perda de seus subordinados. Em mensagem divulgada na página oficial do Exército declarou:

Todos “combateram o bom combate”, levando àquela Nação amiga, castigada por violência de diferentes naturezas o que a gente brasileira mais possui: solidariedade, alegria e esperança. Que Deus conceda a cada um desses nossos heróis o privilégio da vida eterna.

A exaltação do militar brasileiro não se ateve somente às autoridades oficiais. Na edição de 20 de janeiro de 2011, a Revista Veja publicou uma matéria intitulada “*A tragédia dos heróis brasileiros*”, tendo por foco principal a exposição do perfil de cada militar vítima do terremoto:

São histórias de homens idealistas, apaixonados pela carreira das armas e cheios de planos para proporcionar, com o soldo reforçado que receberam durante a missão, melhores condições de vida a suas famílias. (...) Até a terça-feira do pesadelo, as únicas quatro mortes nas fileiras brasileiras ocorreram por acidente, doença ou suicídio. A elas se somam agora, as dos heróis vitimados pelo maior terremoto ocorrido no Haiti em 200 anos.

A mídia televisiva também fez uma cobertura completa em relação às vítimas militares do terremoto. A chegada dos corpos dos militares na Base Aérea de Brasília foi acompanhada ao vivo pelos principais canais nacionais, e a cerimônia fúnebre contou com a presença de autoridades políticas e de líderes da sociedade civil. O Presidente da República expressou seu apoio às famílias dos militares e reafirmou o compromisso brasileiro com a reconstrução do país caribenho. Concedeu aos 18 militares mortos a Medalha do Pacificador e agradeceu por terem representado o país “com o sacrifício da própria vida”. A condecoração, de acordo com o Exército, é concedida aos militares que, em tempo de paz, tenham de alguma forma se distinguido por “atos pessoais de abnegação, coragem e bravura, com risco de vida” no exercício de suas funções ou no cumprimento

de missões⁹⁸. Os militares mortos também receberam promoção *post mortem*. O Presidente Lula ainda afirmou: “A História confirmará que o sacrifício de nossos heróis e a dor das famílias não terão ocorrido em vão”⁹⁹. Um dia após a cerimônia, o governo enviou ao Congresso um projeto de lei que visa criar o auxílio especial e a bolsa de estudos para os familiares dos militares, segundo o qual cada família receberia R\$ 500 mil, sendo a bolsa de estudos paga aos dependentes estudantes até os 24 anos.

A cobertura também se estendeu aos sobreviventes militares feridos na tragédia. Em especial, houve destaque para a Base Aérea de São Paulo, em Guarulhos:

Foi cercado de forte emoção o desembarque (...) de 16 dos 25 militares brasileiros feridos no terremoto do Haiti. Os militares foram abraçados e beijados por familiares e muitos não seguraram as lágrimas¹⁰⁰.

Ainda no estado de São Paulo, no 2º Batalhão de Infantaria Leve de São Vicente, uma missa reuniu 200 militares e familiares em homenagem a um cabo e um soldado do Exército vítimas do terremoto. Na reportagem de “O Globo” de 16 de janeiro de 2010, há a foto de um oficial chorando de cabeça baixa, expressando profunda emoção. O pai do soldado disse ao jornal: “Foi um choque. Dificilmente conseguiremos entender o que aconteceu, mas estou orgulhoso. Meu filho foi para o Haiti porque quis e tenho orgulho dele¹⁰¹”.

A hierarquia e a disciplina formam as bases da vida militar. Por isso pode-se ter a visão de que os militares não possuem qualquer envolvimento sentimental com a realidade vivida em seu cotidiano. Não deveriam ser treinados para isso? Eles não devem estar preparados para qualquer situação emergencial ou mesmo para a perda de seus companheiros de luta? A foto no jornal de um oficial militar chorando a morte de seus subordinados por meio de uma tragédia natural pode aproximá-lo da visão de um cidadão comum. Um civil pode se identificar com esse militar, que, como qualquer ser humano, e sofre a perda de um amigo, independente de sua patente ou função. Essa imagem de heróis brasileiros, em nossa opinião, estreita a relação entre a sociedade civil e Exército brasileiro, uma vez que toda essa cobertura serviu para expor um lado da caserna até então não abordado pela mídia. Esse fato é de extrema importância para a instituição, uma vez que aquela

⁹⁸ Reportagem do portal G1, “Em cerimônia, Lula lembra 'bravura' de militares brasileiros mortos no Haiti”, de 21 de janeiro de 2010. Disponível em <http://g1.globo.com/noticias/mundo/0,,mul1457722-5602,00-em-cerimonia+lula+lembra+bravura+de+militares+brasileiros+mortos+no+haiti.html>

⁹⁹ Disponível em: “Famílias de militares receberão R\$ 500 mil”. O Globo, 22 de janeiro de 2010.

¹⁰⁰ Disponível em: “Muita emoção na chegada dos militares a SP”. Matéria de Donizeti Costa. O Globo, 16 de janeiro de 2010.

¹⁰¹ Disponível em: “Homenagem: Missa reúne 200 militares e familiares”. O Globo, 16 de janeiro de 2010.

imagem manchada da ditadura militar ou da desastrada intervenção no Morro da Providência¹⁰² pode ser substituída por uma nova, de heróis em combate pela paz.

Acreditamos que a cobertura da mídia a respeito da presença do Exército na MINUSTAH reflete a mudança no campo da Defesa Nacional verificada atualmente no Brasil. A preocupação com as Forças Armadas, no sentido de definir sua missão e atribuir-lhe sentido torna-se tarefa primordial para a consolidação democrática do país. Não há democracia consolidada sem subordinação das Forças Armadas ao poder constituído, daí vem a preocupação com a profissionalização da instituição e com a mudança na sua imagem. A atuação da mídia na cobertura do terremoto ocorrido no Haiti certamente contribuiu para isso.

8. A utilização das Forças Armadas na segurança pública – o Haiti como modelo

No fim do mês de novembro de 2010 a população do Rio de Janeiro passou por um período de violência ostensiva, com carros incendiados, troca de tiros entre policiais e traficantes, e arrastões. Os ataques aos ônibus ocorreram não somente na cidade do Rio de Janeiro, mas também em cidades vizinhas. Três dias após o início dos episódios, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, em entrevista ao Jornal Nacional da Rede Globo no dia 24 de novembro, confirmou o pedido de apoio à Marinha do Brasil, ressaltando que a mesma não teria atuação direta no combate às ações violentas no Rio, mas sim logístico, pela disponibilização de viaturas blindadas sobre lagartas M-113, viaturas blindadas Piranha e carros lagarta anfíbios (CLAnf). Assim, com o apoio logístico da Marinha, o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (BOPE) adentrou na Vila Cruzeiro, favela localizada no bairro da Penha e reduto do tráfico da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. No momento da entrada, uma cena impressionou os telespectadores que acompanhavam minuto a minuto a chamada “Guerra do Rio”: uma forte debandada de criminosos da comunidade, fugindo no meio da mata, carregando suas poderosas armas como podiam: a pé, de moto ou amontoados em uma caminhonete. Esse fato foi acompanhado pelos telespectadores ao

¹⁰² O Exército ocupava Morro da Providência por ordem do Ministério de Defesa a pedido do Ministério das Cidades, que visava garantir as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em um projeto chamado “Cimento Social”. Na noite de 14 de junho de 2008 três jovens da comunidade foram entregues por militares a traficantes do Morro da Mineira, sob autorização de um Tenente do Exército. Mais tarde em depoimento o Tenente afirmaria que a intenção era dar “um corretivo” nos jovens, pois os mesmos haviam desacatado os soldados. Os três jovens foram torturados e mortos com 46 disparos, segundo laudo do Instituto Médico Legal. Após a confissão dos militares envolvidos, a população fez uma passeata até o Comando Militar do Leste protestando e exigindo a retirada do Exército do Morro.

vivo, inicialmente pela Rede Globo e suas afiliadas, que, munidos de especialistas de várias áreas, tentavam explicar o que estava acontecendo.

A cobertura sobre a situação no Rio de Janeiro deu voz a especialistas de segurança, professores de filosofia, sociologia e ex-alunos da Escola Superior de Guerra (ESG). Em entrevista ao jornal Globo News, “Edição das 10”, no dia 25 de novembro de 2010 (um dia após o governador do Rio de Janeiro solicitar o apoio da Marinha), o ex-capitão do BOPE, Rodrigo Pimentel, afirmou que o apoio da Marinha foi fundamental para que a operação tivesse sucesso. Nunca antes um blindado militar havia sido usado em favelas. Os blindados já tinham sido usados nas ruas, como no episódio do ECO 92, mas nunca haviam entrado em nenhuma comunidade. Ainda segundo Pimentel, se houvesse enfrentamento direto do BOPE com os traficantes sem esse apoio haveria muitas mortes, tanto de traficantes e policiais, como de civis inocentes.

Outro fator de extrema importância para essa operação foi o apoio da população. Muitos ofereciam água e abrigo para os policiais, e o número de ligações para o Disque Denúncia foi o maior desde sua fundação, há 15 anos. O que a mídia estava vendendo era a vitória das forças de segurança sobre os traficantes, e na rede social *Twitter* a população expressava o seu apoio em frases bastante significativas: “BOPE e as Forças Armadas me dão orgulho no Brasil! Estado contra poder paralelo! Sem essa de direitos humanos nessa hora!” “Bandido tem que MORRER. Nada de direitos humanos pra esses vagabundos”. “Larga o aço poliçada! Direitos Humanos para humanos direitos!” “Aí defensores dos direitos humanos, aqui vai um recado pra vocês!: É FACA NA CAVEIRA, não tá feliz? Exército neles!” “Ser preso não é nada. Tem mais é que morrer. Que os direitos humanos vão para o inferno”.¹⁰³ Esse apoio demonstra que grande parte da população continua considerando a truculência policial como a única forma de resolver as questões de segurança pública, partindo de uma concepção de direitos humanos que se aplica apenas aos que são considerados “cidadãos de bem”. Como afirmam Lage e Miranda: “Todas as evidências indicam que essa brutalidade é exercida fundamentalmente contra alguns grupos mais vulneráveis da sociedade: moradores de favelas ou bairros pobres, e negros” (Lage e Miranda, 2007, p. 46). Assim, se por um lado, a população, estimulada pela mídia, aplaudia os militares que lutavam pelos Direitos Humanos no Haiti, por outro, apoiava ações de desrespeito a esses mesmos direitos por parte da polícia, respaldada pelas Forças Armadas, como ocorreu durante a invasão do Complexo do Alemão.

¹⁰³ Frases retiradas na íntegra, inclusive sem alteração de escrita, de um vídeo do *Youtube*, com o nome de “Confrontos Rio de Janeiro 2010.” disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=s3II0KEXLfU>

No fim da noite de 25 de novembro foi confirmado o apoio do Exército e da Força Aérea, junto à Marinha. A pedido do Governador do Rio de Janeiro, o Ministro de Defesa Nelson Jobim autorizou, com o aval do Presidente Lula, o envio de 800 militares e de blindados e aeronaves da Força Aérea, por meio da diretriz ministerial nº 14/2010.

No dia 28 de novembro de 2010, em um domingo pela manhã, uma ação conjunta formada por uma tropa de 2700 homens, sendo 1200 policiais militares, 400 policiais civis, 300 policiais federais e 800 soldados do Exército fizeram um cerco em uma das entradas no conjunto de favelas do Complexo do Alemão, dando início assim a maior ofensiva já vista contra o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. À medida em que os policiais avançavam, os homens do Exército tomavam os territórios. Após 1 hora e 20 minutos de operação, foi confirmada oficialmente a tomada do complexo, e a bandeira do Brasil foi hasteada no ponto mais alto do morro do Alemão, juntamente com a bandeira do Estado do Rio de Janeiro. A euforia foi geral, todos consideraram que o tráfico havia perdido de vez um de seus mais importantes “quartéis-generais”.

A cobertura da mídia sobre a “Guerra no Rio” foi incansável. As principais emissoras de TV aberta ou por assinatura faziam extensos plantões, interrompendo sua programação habitual para cobrir, com o máximo de exclusividade possível, a melhor tomada ou, quem sabe, um tiroteio para furo de reportagem. A maioria da cobertura era feita ao vivo, o que muitas vezes pegava os jornalistas de surpresa. Um exemplo foi a fuga em massa dos traficantes da Vila Cruzeiro para o Complexo do Alemão, no dia 25 de novembro de 2010. Os jornalistas da emissora *Globo News* se mostraram confusos ao presenciarem aquela cena, alternando silêncios desconfortáveis com perguntas entre si sobre o que estava acontecendo. Somente após dois minutos de imagens da fuga, flagradas pelo “*Globocop*” (helicóptero da Rede Globo), eles conseguiram identificar de fato que aquilo era uma fuga de bandidos.

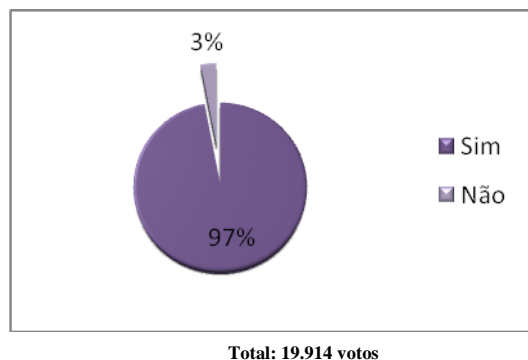
A tecnologia foi muito utilizada na cobertura da “Guerra no Rio”. Era comum o uso de hologramas e imagens em 3D para explicar o terreno ocupado pelas forças de segurança, com o objetivo de impressionar o telespectador e persuadi-lo a não mudar de canal, pois a maioria das emissoras estava reportando o mesmo assunto. Muitas vezes o telespectador poderia se sentir confuso sobre qual emissora acompanharia, pois era um turbilhão de informações, uma guerra de audiência e uma corrida por especialistas e *links* ao vivo, que poderiam trazer alguma novidade. Era comum ver jornalistas se arriscarem como verdadeiros correspondentes de guerra, se escondendo atrás de carros ou fazendo entrevistas com moradores, policiais e membros das Forças Armadas em meio a barulhos de tiros. Fazendo um *link* com ao vivo com o Complexo do Alemão, no estúdio de

algumas emissoras estavam especialistas no assunto: ex-oficiais do BOPE, ex-membros da Polícia Militar, pós-graduados pela ESG, professores universitários, sociólogos, filósofos, todos de uma forma geral aplaudindo a ação da tomada do Complexo do Alemão pelas forças de segurança.

Não poderia ficar em segundo plano, portanto, a participação das Forças Armadas na missão coordenada entre os governos estadual e federal. Na reportagem do Portal IG, “Moradores do complexo da Penha aplaudem chegada do Exército” há claramente uma exaltação da participação da instituição nas ações da Vila Cruzeiro. Segundo a reportagem, um morador teria saído de casa para saudar os militares afirmando que: “Se não for agora, não é nunca mais. Temos que pacificar o Rio e o Exército traz respeito”¹⁰⁴. O site da Folha de São Paulo fez uma enquete referente ao uso das Forças Armadas na luta contra o tráfico, pelo qual reproduzimos¹⁰⁵:

Rio sob ataque

Você é a favor do uso das Forças Armadas na luta contra o tráfico no Rio?



Outra pesquisa do portal da Revista Veja também manifestou o apoio da população ao uso das Forças Armadas no combate ao crime¹⁰⁶:

Você acha que as Forças Armadas devem entrar no combate ao crime?

- Sim, equipadas como elas estão. (44.0%, 400 Votos)
 - Sim, desde que tenham batalhões treinados para exercer funções de polícia. (26.0%, 234 Votos)
 - Não, só como prevê a Constituição, a pedidos dos governadores, como apoio à polícia. (24.0%, 218 Votos)
 - Não, porque elas podem se corromper como ocorre com setores da polícia. (4.0%, 33 Votos)
 - Não, em hipótese alguma. (3.0%, 30 Votos)
- Total de votos: **915**

¹⁰⁴Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/moradores+do+complexo+da+penha+aplaudem+chegada+do+exercito/n1237840162704.html>. Acesso em novembro de 2010.

¹⁰⁵ Pesquisa disponível em <http://polls.folha.com.br/poll/1033004/results> O resultado desta enquete não tem valor de amostragem científica e se refere apenas a um grupo de leitores da Folha.com

¹⁰⁶ Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/arquivo-de-enquetes/>

Uma pesquisa realizada pelo IBOPE também demonstrou confiabilidade nas Forças Armadas na guerra contra o tráfico: 93% dos entrevistados eram favoráveis à participação das Forças Armadas nas operações.

Uma estratégia para combater o tráfico nas favelas do Rio de Janeiro são as chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Um acordo foi firmado entre o governo do Rio de Janeiro e o Ministério de Defesa para que o Exército policiasse os territórios conquistados pelos efetivos da “guerra contra o tráfico” até que UPP’s pudessem ser instaladas nas comunidades. O então presidente Lula da Silva afirmou na época que as Forças Armadas continuariam no combate ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro o tempo que fosse necessário, para assegurar a garantia da paz¹⁰⁷.

As ações das Forças Armadas, especificamente do Exército, tiveram características típicas de segurança pública, como apreensão de drogas e dinheiro ilegais, confronto direto com os traficantes ainda presentes na Vila Cruzeiro e posteriormente no Complexo do Alemão, além da proteção aos acessos das favelas. Os militares da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército eram comandados pelo general-de-brigada Fernando Sardenberg, que esteve à frente por sete meses da missão de paz brasileira no Haiti. Perguntamo-nos: que correlação poderia haver entre um problema de segurança pública interna com a missão de paz do Haiti? Pois essa correlação foi feita, e a missão no Haiti foi utilizada como um bom exemplo para a ação das tropas brasileiras na guerra contra o tráfico. Em uma reportagem de 27 de novembro de 2010 o Jornal “O Globo” explora a questão de como a presença dos militares alterou a paisagem nas regiões atingidas, destacando o fato de que 60% da brigada de paraquedistas presentes no Alemão atuaram no Haiti. Na mesma edição, na sessão “Opinião” um leitor destacou: “As autoridades não podem perder este momento especial e inédito. Ficou provado que as Forças Armadas têm condições de ajudar bastante no apoio logístico, tático, nesta guerra, em que está em jogo o estado de direito democrático”.

A reportagem “A tropa ‘gente boa’ do Haiti” do jornal “O Globo” de 30 de novembro de 2010 destaca:

¹⁰⁷ Reportagem do Portal UOL – “Lula: militares ficarão no Rio o quanto for necessário”. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia/2010/11/30/lula-militares-ficacao-no-rio-o-quanto-for-necessario.jhtm>

A operação no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro e os desafios que o poder público tem pela frente aproximam o Rio do Haiti, onde militares brasileiros também participaram da ocupação de favelas antes controladas por bandidos (...) as boas relações dos soldados do Exército com as comunidades no Haiti levaram os moradores a chamá-los de “*bom bagay*” (gente boa).

Porém, essa participação dos militares nas operações policiais desagradou a alguns dentro da caserna. A reportagem do jornal “O Globo” de 03 de dezembro de 2010, declarou que o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, juntamente com os chefes dos estados-maiores das duas forças e demais comandantes militares temiam uma possível contaminação militar por maus policiais, e uma possível solução poderia ser utilizar a utilização de unidades militares que já tivessem estado no Haiti, evitando soldados moradores do Rio de Janeiro ficassem expostos à “contaminação”. Para evitar maiores especulações a respeito do uso das Forças Armadas no combate ao crime no Rio de Janeiro, o próprio comandante do Exército, General Enzo Peri, afirmou que, de fato, o Complexo do Alemão e a Vila Cruzeiro receberiam forças de paz semelhantes às que atuam no Haiti. Com tal confirmação, o ministro da Defesa Nelson Jobim afirmou¹⁰⁸:

Todas as operações passarão por um comando unificado. Num certo sentido, a força será semelhante à que atuou no Haiti. Serão todos militares com experiência em missões de paz. Mas haverá limitações. Aqui, as Forças Armadas não terão permissão para entrar em residências.

O escolhido para comandar a força de paz no Alemão foi o carioca de 52 anos, General-de-brigada Fernando Sardenberg. O General participou do primeiro contingente da MINUSTAH, e afirmou que as quadrilhas do Haiti são menos organizadas que as do Rio, e que a geografia do Complexo do Alemão dificulta do trabalho das forças de paz¹⁰⁹.

A cobertura da mídia a respeito da “guerra contra o tráfico” foi sendo reduzida, como era de se esperar, mas o Exército permanece nos locais designados pelo Ministério de Defesa. Com alta aprovação da população, percebe-se que, mais uma vez, a participação brasileira no Haiti foi benéfica para a imagem da instituição.

¹⁰⁸ Matéria do jornal O Globo – “Alemão terá Força de Paz, sob comando do Exército”, de 05 de dezembro de 2010.

¹⁰⁹ Reportagem do jornal O Globo – General da Brigada Paraquedista vai comandar a Força de Paz no Alemão, de 09 de dezembro de 2010.

Capítulo 3 – Exército brasileiro na redemocratização e a MINUSTAH

1. O Exército brasileiro na redemocratização: da crise de identidade a uma nova imagem.

1.1 A subordinação dos militares ao poder civil: de Collor a Lula

A consolidação do regime democrático no Brasil foi marcada por três fatores: a promulgação da Constituição de 1988; a primeira eleição direta para presidente da República e o afastamento das Forças Armadas do centro do poder político. Como vimos no primeiro capítulo, durante o governo Sarney os militares ainda possuíam forte influência política, configurando inclusive um *lobby* militar durante a Constituição e contando com a grande influência do ministro do Exército, general Leônidas Pires. Porém, esse quadro mudaria a partir do governo Collor de Mello.

Fernando Collor de Mello assumiu a presidência após a disputada eleição de 1989¹¹⁰, a primeira por voto direto após o fim da ditadura militar. Seu governo foi marcado pelo “Plano de Reconstrução Nacional”, ou Plano Collor, que visava solucionar a grave crise da hiperinflação. A situação em seu governo chegou a ficar caótica: os salários e os preços foram congelados e os depósitos bancários foram confiscados por um período de 18 meses¹¹¹. O agravamento da crise econômica afetou a popularidade do presidente, que foi perdendo apoio parlamentar com o consequente enfraquecimento político de seu governo.

Além desse enfraquecimento político, Collor passou a ser alvo de denúncias de corrupção. Seu próprio irmão, Pedro Collor, denunciou um esquema de corrupção existente no governo, comandado pelo então tesoureiro da campanha presidencial, o empresário Paulo César Farias. O Congresso Nacional foi pressionado a instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a fim de investigar as denúncias. A CPI e o posterior processo de *impeachment* paralisaram o país por meses. Nas ruas, setores mais organizados da sociedade começaram a se manifestar a favor do

¹¹⁰ As eleições presidenciais de 1989 tiveram em seu segundo turno a disputa entre os candidatos Fernando Collor de Mello, do Partido Republicano Nacional (PRN), atual Partido Trabalhista Cristão (PTC), e Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). De um lado, Collor exibiu um estilo personalista, ressaltando a imagem de um político que lutaria contra a corrupção. Por conta disso, ficou conhecido como "caçador de marajás", referência a sua oposição aos políticos e outros servidores públicos que recebiam salários extremamente altos. De outro lado, havia o líder sindical Lula, figura popular representante da esquerda brasileira, que acabou assustando a elite e a imprensa em geral por seus discursos e aparência brusca. Collor acabou vencendo por uma diferença de 5 milhões de votos.

¹¹¹ Os depósitos bancários superiores a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) foram confiscados por um prazo de dezoito meses visando reduzir a quantidade de moeda em circulação.

afastamento de Collor da presidência, o que ficou conhecido como o movimento dos “caras-pintadas”, pelos manifestantes, sobretudo os jovens, pintarem listras verdes e amarelas no rosto.

Para evitar o *impeachment* que parecia inevitável, Collor renunciou em 30 de dezembro de 1992. Foi a primeira vez na história republicana do Brasil que um presidente eleito pelo voto direto era afastado por vias democráticas, sem recurso a golpes ou outros meios ilegais.

A relação de Collor com os militares era delicada. Logo no início de seu governo, o presidente teve um desentendimento com o general Ivan Serpa, chefe do Serviço Nacional de Informações, o SNI, a quem chamou de “generaleco”, prometendo extinguir o órgão, o que foi visto como postura demagógica e hostil aos militares (Castro e D’Araújo, 2001, p. 25). De fato, Collor substituiu o SNI pela Secretaria de Assuntos Estratégicos e tomou diversas atitudes posteriores nessa área sem a consulta aos ministros militares, como a extinção do Conselho de Segurança Nacional, determinada pela Constituição de 1988 e a retirada do estatuto ministerial do Estado-Maior das Forças Armadas e da Casa Militar. Para Oliveira (1994, p. 209), o presidente Collor jamais adotou definições claras sobre a estratégia e o preparo das Forças Armadas, o que configurou uma espécie de “laboratório” de novas definições.

Além dessas insatisfações, um episódio marcaria profundamente a relação já delicada do presidente com as Forças Armadas: “o buraco da serra do Cachimbo”, narrado por Celso Castro e Maria Celina D’Araújo (2001, p. 26). No início de seu governo, Collor manifestou o desejo de suspender as iniciativas que visassem à utilização da energia nuclear para fins militares e, na ocasião, a imprensa noticiou a existência de um buraco para testes nucleares mantido pela Aeronáutica numa área militar da serra do Cachimbo, sul do Pará. Diante disso, o presidente, juntamente com os três ministros militares (Exército, Marinha e Aeronáutica) e a imprensa, desativou o buraco. O que os pesquisadores descobriram pelas entrevistas que fizeram com os principais chefes militares da Nova República foi que, na verdade, o buraco desativado por Collor já estava inutilizado, e que o verdadeiro ainda existia. O presidente então tomou a decisão de detoná-lo secretamente. De acordo com o depoimento do Brigadeiro Sócrates Monteiro, ex-ministro da Aeronáutica no governo Collor, o evento desagradou as Forças Armadas por configurar um “ato de *marketing* que aparentava, para a opinião pública, ser contra os militares e seu programa nuclear paralelo, quando, na verdade, os próprios militares já não estariam mais dispostos a dar continuidade a esses projetos” (Idem). Outro evento que desagradou os chefes militares foi o fato de Collor ter sido o primeiro presidente a não comparecer nas comemorações da vitória militar sobre a já citada Intentona Comunista de 1935.

Os ministros militares então insistiram para que o presidente conhecesse mais de perto o mundo da caserna, para que houvesse alguma relação com as Forças Armadas. Assim foi feito: Collor andou de submarino, pilotou um tanque de guerra e compareceu à 26ª Brigada de Infantaria Paraquedista, uma das principais unidades do Exército brasileiro. Um evento relatado pela Revista Veja de 10 de julho de 1991 demonstra o início de um possível estreitamento de laços entre Collor e as Forças Armadas. Com o título de “Baionetas no altar”, a reportagem narra a insatisfação dos ministros militares com o Congresso Nacional pelo indeferimento da Medida Provisória nº 296, que tratava dos reajustes dos vencimentos dos servidores públicos. Os ministros procuraram o presidente, que os aconselhou a elaborar um manifesto público como nota de protesto. A nota, assim como a postura dos ministros militares, foi criticada pela imprensa:

Em matéria de proposições, a nota dos ministros é um baú de impropriedades, tolices e grossa bobagem. (...) É óbvio que todos têm direito a muitas esperanças, ainda que instituições como o Exército, a Marinha e a Aeronáutica sejam abstrações inanimadas. Não faz parte das Forças Armadas, nem tem o mínimo cabimento, que elas fiquem à espera de que os governadores de Estado sigam qualquer exemplo para vencer uma “anarquia salarial plena de injustiças”. No máximo, as Forças Armadas podem esperar um trem, que Chico Buarque componha sambas em ritmo mais lento ou que Xuxa pinte os cabelos de preto. (...) Teoricamente, qualquer civil poderia se ocupar desses assuntos, inclusive Ronald Golias¹¹², se Collor o chamasse (p. 18-19).

Certamente, como se pôde perceber, as Forças Armadas não mais detinham a influência política de outrora, nem em relação ao Congresso Nacional, que acabou negando a Medida Provisória, nem em relação à imprensa, que escancarou críticas à instituição. A maior prova da subordinação das forças militares à instância política foi demonstrada na ocasião do *impeachment* de Collor. Após apenas sete anos do fim da ditadura militar, era de se esperar que os líderes militares se manifestassem a favor ou contra o *impeachment* do presidente. Porém, os ministros militares não fizeram declarações públicas, limitando-se a dizer que seu papel era o de respeitar a constituição e o processo político legal. Ainda assim, acompanharam todo o processo e até mesmo conversaram com políticos e com o próprio presidente sobre a gravidade do momento (Castro e D’Araújo, 2001, p. 27). Segundo Castro e D’Araújo, esse episódio foi o “batismo de fogo” dos militares na nova democracia. Para Oliveira (2005, p. 37), ele foi o grande teste da adaptação dos militares à democratização.

¹¹² Ronald Golias (1929-2005) foi um dos humoristas mais famosos do Brasil. Seus principais personagens foram Carlos Bronco, da Família Trapo (Rede Record) e Pacífico, da Escolinha do Golias e “A praça é nossa”, ambos do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

Esse episódio foi de extrema importância para o processo democrático brasileiro, pois mostrou que os militares haviam abandonado o modelo intervencionista, mesmo num momento de grave crise política. Ainda assim, é necessário manter uma postura cautelosa em relação a este fato, no sentido de não afirmar que esse modelo havia sido substituído por um novo padrão, o do soldado-profissional, referido no primeiro capítulo deste trabalho. Para Castro e D'Araújo (2001), é preciso considerar alguns fatores primordiais para que possamos compreender a postura dos militares em relação ao *impeachment*. Em primeiro lugar, havia a questão do “revanchismo” na redemocratização: críticas na imprensa, no meio político e na sociedade em geral em relação às Forças Armadas. Os chefes militares sabiam que qualquer ação dos militares poderia ser julgada posteriormente. Em segundo lugar, não havia grupos políticos ou segmentos sociais importantes pedindo que os militares intervissem no processo, o que diferia de todo passado republicano no país (Idem, p. 29). Em terceiro lugar, os autores destacam a velocidade do processo político que levaria ao *impeachment*, o que dificultava o consenso entre os militares e uma melhor compreensão sobre o que estava acontecendo.

Todos esses fatores internos, somados a uma nova realidade externa, contribuíram para a instauração no Brasil de uma verdadeira crise militar, que provocou profundas mudanças nas Forças Armadas brasileiras, pois foi preciso definir novos papéis para a instituição tanto interna quanto externamente. Desde o fim da Guerra Fria, cujo símbolo maior foi a queda do muro de Berlim em 1989, as Forças Armadas, não somente brasileiras, passaram por uma necessidade de redefinição. De fato, independente de terem passado por ditaduras em sua história, foi necessário repensar o seu papel, no sentido de definir quais seriam seus novos inimigos, suas novas missões e seus novos objetivos. Houve mudanças de paradigma no nível mundial, conceitos precisaram ser modificados, inclusive aqueles referentes à defesa e segurança. Houve também o surgimento de “novas ameaças” (terrorismo, tráfico de drogas, pobreza extrema, conflitos internos e questões ambientais) ¹¹³ e a substituição das guerras convencionais (entre países) para guerras não estatais (guerras civis dentro dos territórios, ou contra o terrorismo, o inimigo sem rosto e sem pátria).

Com o fim da Guerra Fria, o processo globalizacional, que já vinha ocorrendo no panorama internacional, se consolidou. Boaventura de Souza Santos (2002) afirma que o atual processo globalizacional combina a universalização e a eliminação das fronteiras nacionais, ao mesmo tempo em que há um regresso ao comunitarismo, ao particularismo e a identidade étnica. Para Hobsbawm (2008), a globalização ocorre em um mundo onde as atividades interconectadas são estorvadas pelas

¹¹³ O termo está entre aspas porque as novas ameaças na verdade não são novas, mas já existiam anteriormente. Somente tiveram maior destaque com o fim do comunismo como inimigo principal a ser combatido.

fronteiras locais, ou seja, a consciência está no nível global, não mais particular. Disso decorrem três consequências principais: a acentuação das desigualdades econômicas e sociais; um maior impacto sobre os menos favorecidos e o fato de que o efeito político e cultural é desproporcionalmente grande, em relação a outras esferas.

Nesse mundo de nova consciência global, até mesmo a utilidade das Forças Armadas chegou a ser discutida. No caso brasileiro, além da dúvida em relação à atuação externa, havia a crise interna de nossas Forças Armadas. Segundo Oliveira (1994, p. 252), o panorama internacional influenciou a crise de identidade militar brasileira, pela área geopolítica brasileira e pela possibilidade do país se juntar às forças de paz da ONU. Ainda segundo o mesmo autor (1994, p. 196), essa crise de identidade ocorreu, inicialmente, na transição política (governo Sarney), mas teve seu auge no governo Collor, quando os militares foram afastados do espaço político-institucional nas áreas de poder. Assim, além de refletir a preocupação em relação às missões e objetivos das Forças Armadas frente à globalização, refletem também a incerteza quanto ao seu papel interno. Durante o período inicial da redemocratização, teria havido um descaso tanto por parte da mídia quanto pelo Congresso Nacional com relação a um debate essencial sobre os assuntos de defesa e sobre a instituição militar. Para Oliveira (1994, p. 203), essa postura resultou da falta de conhecimento específico sobre o tema e de vontade política para aprofundar o debate, essencial para a consolidação democrática. Eram raras as lideranças capazes de contribuir para a temática militar. Assim, no início da década de 1990, os militares se viam sem mando nem forte influência política, e com a imagem manchada pelos anos de chumbo. Oliveira afirma:

A crise de identidade aponta para a auto-imagem da instituição militar com relação à sociedade, à nação propriamente dita e aos meios de comunicação (que veiculariam o discurso da falta de necessidade histórica do aparelho militar na nova ordem) (1994, p. 259).

Naquela conjuntura (primeiros anos da redemocratização) vicejou uma insatisfação das Forças Armadas quanto à sua missão, recursos orçamentários insuficientes, desconsideração da parte do Congresso e talvez ainda mais importante, o estímulo da imprensa a um sentimento de rejeição social do aparelho militar. Não é inadequado pensar que os militares experimentaram uma crise de identidade decorrente do vazio conceitual que o final da Guerra Fria e a redemocratização produziram (2005, p. 38 – grifo nosso).

As condições materiais das Forças Armadas também eram alvos de insatisfação por parte da instituição. De acordo com um documento apresentado pelo general Zenildo Lucena, ex-ministro do Exército de Itamar Franco:

Falando especificamente o em nome do Exército, o equipamento da nossa força terrestre está num processo cada vez mais acelerado de usura e de obsolescência. Temos sem dúvida que modernizá-lo, não em níveis de um Exército como o norte-americano, mas em níveis que nos permitem cumprir as nossas missões constitucionais. É imperiosa essa necessidade, sem a satisfação da qual corremos o risco de não termos Forças Armadas em condições de cumprirem as suas missões, sejam elas quais forem. (apud Oliveira, 1994, p. 256)

Essa crise material e de identidade certamente foi mais profunda e perceptível durante o governo Collor de Mello. Após sua renúncia, seu vice, Itamar Franco, assumiu a presidência (1992-1994). Seu relacionamento com as Forças Armadas foi menos conturbado do que com o presidente anterior, pois Itamar Franco procurou prestigiar as Forças Armadas e atender às reivindicações de mais verbas para reequipamento e aumento nos vencimentos (Castro e D'Araújo, 2001, p. 36). Durante seu governo a influência militar volta lentamente ao cenário político, principalmente pela figura de seu ministro do Exército, Zenildo Lucena. O ministro aumentou a representação do Exército no governo, indicou oficiais superiores da reserva para o Ministério de Administração e para a Polícia Federal. Estariam as Forças Armadas naquele contexto começando a superar sua crise? Para Oliveira (1994, p. 265), foram três as estratégias que a instituição buscou para que tal superação fosse possível. A primeira é caracterizada por “resistência e permanência” – as Forças Armadas permaneceriam com sua Doutrina de Segurança Nacional; em segundo lugar, a “adaptação renovada” – o recurso ao nacionalismo, como exemplo com relação à Amazônia; em terceiro lugar há o fato de as Forças Armadas não terem negado nem rejeitado o passado autoritário, mas terem buscado compreender as condições de seu aparecimento e crise. Iniciava-se com Itamar Franco uma possível recuperação da crise de identidade pela qual passavam os militares.

Itamar Franco conseguiu superar a crise de inflação que o país estava passando por meio do Plano Real, sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, sociólogo que assumira o Ministério da Fazenda. Em 1994, FHC, como ficaria conhecido, venceu as eleições para presidente ainda no primeiro turno pela aliança partidária do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL, atualmente Partido Democrata – DEM), aproveitando-se da popularidade de Itamar Franco e do sucesso da nova moeda.

1.2 A mudança se inicia: o governo de FHC e a criação do Ministério da Defesa.

O relacionamento do governo de Fernando Henrique Cardoso com as Forças Armadas brasileiras foi marcado principalmente pela criação do Ministério da Defesa, em 1999, durante o seu segundo mandato. Porém, mesmo antes dessa criação, o governo já havia inaugurado novas propostas no campo da Defesa Nacional, configurando, a nosso ver, o início de uma benéfica mudança para as discussões sobre o tema no país. Segundo Oliveira (2005, p. 334), FHC estabeleceu um novo padrão de relacionamento do poder político com as Forças Armadas, por sua liderança política e intelectual, e ainda por sua forte legitimidade. Em seu governo foi aprovada a lei que previa o pagamento de indenização aos familiares das vítimas da ditadura e a lei dos desaparecidos, mas essas leis não entraram em contradição com a Lei da Anistia.

Em 1996 houve a publicação da Política de Defesa Nacional, que discutia a subordinação militar ao poder civil. O documento foi baseado na diplomacia voltada para a paz e possuía as seguintes premissas: fronteiras e limites perfeitamente definidos e reconhecidos internacionalmente; estreito relacionamento com os países vizinhos e com a comunidade internacional, em geral, baseado na confiança e no respeito mútuos; rejeição à guerra de conquista e busca da solução pacífica de controvérsias, com o uso da força somente como recurso de autodefesa¹¹⁴. O documento foi criticado por não trazer à discussão temas inovadores ou inéditos, sendo até chamado de desnecessário por alguns críticos. Mesmo assim, “reforçou a disposição do presidente em implantar o Ministério da Defesa, que se deu a partir de 1999” (Oliveira, 2005, p. 373).

Em nossa visão, a criação do Ministério da Defesa foi de fato o marco inicial das mudanças em relação aos assuntos da Defesa Nacional. Não se pode negar que no Brasil atualmente há discussões sobre Defesa, suas Forças Armadas, seu orçamento e treinamento para as Missões de Paz. A nosso ver, o grande passo inicial foi dado pela criação do Ministério da Defesa, que passou por testes e profundas discussões até sua implementação. Para Castro e D’Araújo (2001, p. 42), houve demora na implementação pelo fato de ter havido divergências entre as próprias lideranças militares, e não necessariamente pela possível tensão civil-militar, pois cada instituição separadamente tinha sua própria visão a respeito de como o futuro ministério deveria ser. Muito se discutiu a respeito, se essa criação daria hegemonia ao Exército entre três forças ou se, simplesmente, aumentaria o mando civil sobre os militares. Castro e D’Araújo (2001, p. 37) descrevem o temor da hegemonia do Exército em relação às outras forças pela metáfora da

¹¹⁴ Política de Defesa Nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/DEFES.htm

“vitamina do abacate”: quando se mistura abacate, leite e outras frutas no liquidificador, o resultado é sempre verde. Assim, temia-se que o Exército assumisse posições de liderança em detrimento da Marinha e Aeronáutica.

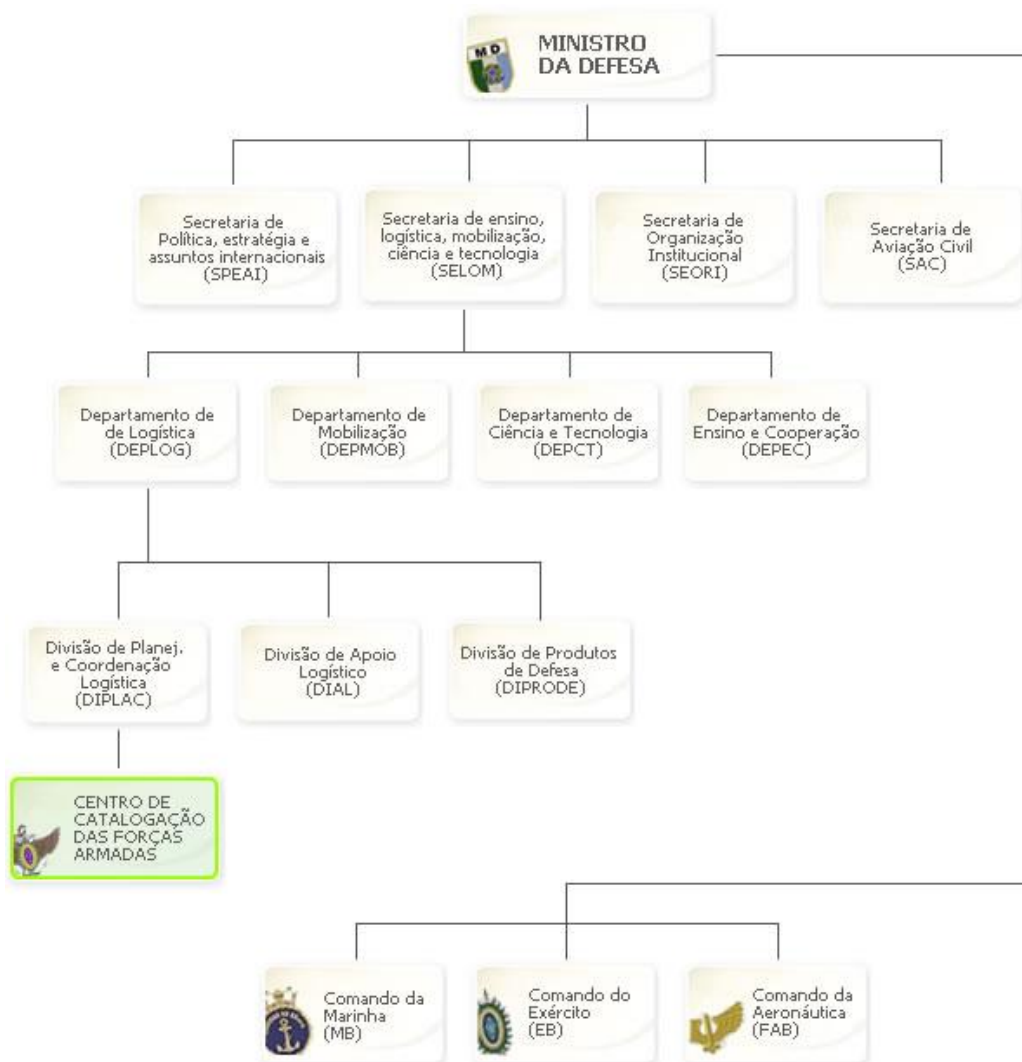
O Ministério da Defesa trouxe expressivas mudanças nas relações civil-militares do Brasil. Os comandantes das três Forças perderam seus status como ministros e passaram a ser subordinados ao próprio Ministério da Defesa. Na visão de D’Araújo (2010, p. 121), anteriormente à criação do Ministério da Defesa a representação do Brasil no exterior era dificultada pelo fato do país possuir vários líderes representantes¹¹⁵, enquanto que nos demais países havia somente uma única voz de representação.

Por fim, o Ministério da Defesa (MD) foi oficialmente criado e os ministérios militares extintos. Sua estrutura organizacional abrange cinco segmentos: o Estado-Maior de Defesa (EMD); a Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais (SPEAI); a Secretaria de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia (SELOM); a Secretaria de Organização Institucional (SEORI); e a Secretaria de Estudos e de Cooperação (SEC). O ministro de Defesa é aquele que exerce a direção superior das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo Estado Maior Conjunto das Forças Armadas e pelos demais órgãos, conforme definido pela Lei Complementar n.º 97 de 09 de junho de 1999.

A política de aviação civil também ocupa a agenda de atribuições do MD. Atualmente, o Ministério gerencia a transição do Departamento de Aviação Civil (DAC), órgão que regula a aviação civil brasileira, para a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

As secretarias e demais órgãos do Ministério da Defesa assim estão subordinados:

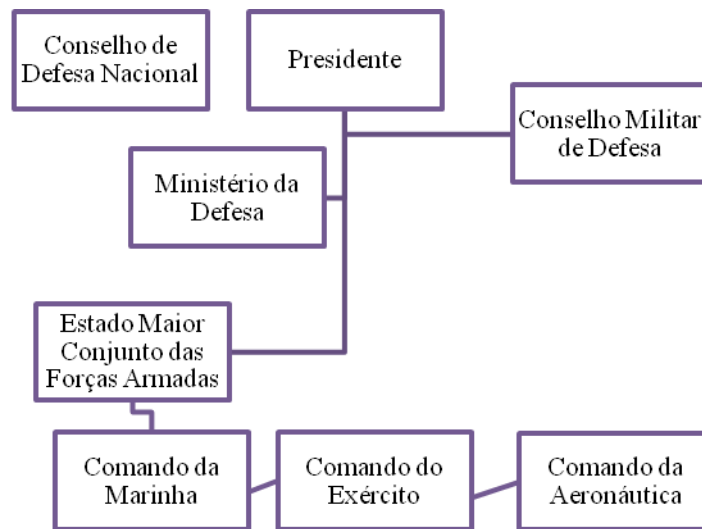
¹¹⁵ D’Araújo destaca que havia na prática cinco ministérios militares, pois, além dos ministros das três forças, o chefe da Casa Militar e o comandante do Estado Maior das Forças Armadas tinham status de ministro (2010, p. 121).

Quadro 8: Organograma do Ministério da Defesa:

Fonte: Centro de catalogação das Forças Armadas. Disponível em:

http://www.cecafa.defesa.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=59

Os militares não são impedidos de serem ministros da defesa, mas esse fato não ocorreu até os dias atuais (setembro de 2011). Igualmente, nenhuma mulher ocupou o cargo, que é ocupado por Nelson Jobim desde 2007. O sistema de organização de Defesa no Brasil assim é distribuído:

Quadro 9: Organização do Sistema de Defesa

Depois de FHC, o governo democrático no Brasil (2003-2010) coube a um ex-militante da esquerda preso durante a ditadura militar, Luís Inácio Lula da Silva. Seria uma nova prova para as Forças Armadas? Manteriam os militares a postura profissional, afastada de qualquer veleidade intervencionista? Afinal, como aponta Oliveira, “novas atitudes profissionais são necessárias ao desenvolvimento das Forças Armadas, em especial no contexto do regime democrático” (Oliveira, 1994, p. 98).

1.3 Forças Armadas e o governo Lula: novos rumos para a Defesa brasileira.

Durante o governo Lula um episódio causou polêmica a respeito das Forças Armadas: a publicação de fotos de tortura que ocorreram durante a ditadura militar. Na ocasião até cogitou-se tratar do jornalista Wladimir Herzog, mas não foi o caso. O episódio envolveu a Secretaria de Direitos Humanos, a Casa Civil e a Agência Nacional Brasileira de Inteligência (ABIN). Em nota oficial o então Comandante do Exército Francisco Albuquerque afirmou que “para o bem da democracia e comprometido com as leis do nosso país, o Exército não quer ficar reavivando fatos

de um passado trágico que ocorreram no Brasil”¹¹⁶. O Presidente Lula e o então ministro de defesa, José Viegas, pediram ao comandante que se retratasse em uma nota, o que de fato aconteceu. Porém, não sem maiores consequências: o ministro Viegas saiu do ministério e o general Albuquerque foi destituído de seu cargo. Quem assumiu o Ministério da Defesa foi o vice-presidente de Lula, José Alencar. Após esse episódio as declarações oficiais sempre procuravam exaltar a subordinação dos militares ao governo civil, e exaltavam ainda o fato de que as Forças Armadas possuíam um novo perfil no regime democrático.

De acordo com Eliézer Rizzo de Oliveira (1994, p. 124), são quatro os elementos centrais de um regime democrático: o primeiro é o fato de que não existe democracia consolidada sem a subordinação das Forças Armadas às instituições civis de natureza representativa que expressam, organizam e dirigem o poder do Estado; o segundo elemento é o fato de que a consolidação não existirá sem subordinação de todas as instituições à lei; o terceiro fator é que é preciso haver precisão no emprego da força militar, e por fim, o quarto elemento é a convicção de que todos os elementos anteriores devem ser levados em conjunto.

Essas questões têm sido discutidas como fundamentais para a consolidação da democracia no Brasil, sobretudo nos dois mandatos de Lula como presidente. Vejamos as principais alterações com relação à Defesa Nacional no Brasil durante o governo Lula:

Quadro 10: Principais ações do governo Lula sobre Defesa



¹¹⁶ Nota na íntegra disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI405906-EI306.00.html>

A Lei Complementar de 25 de agosto de 2010 trouxe mais uma vez modificações importantes no campo de Defesa no Brasil. Ela classifica o Ministro da Defesa como chefe de comando das Forças Armadas, cria o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), e determina a criação do Livro Branco de Defesa.

O Livro Branco de Defesa já está em discussão e atualmente foi publicado um decreto que estabelece suas diretrizes e princípios, inclusive para a formação de um Grupo de Trabalho Ministerial com o objetivo de elaborar estudos sobre os temas tratados no Livro¹¹⁷. O Livro Branco deverá conter dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais detalhados sobre as Forças Armadas, além de abordar o cenário estratégico para o século XXI; a política nacional de defesa, a estratégia nacional de defesa a modernização das Forças Armadas; a racionalização e adaptação das estruturas de defesa; o suporte econômico da defesa nacional e operações de paz e ajuda humanitária.

Todas essas mudanças no campo da Defesa no Brasil, após os anos de ditadura militar, contribuíram para a profissionalização das Forças Armadas e sua subordinação ao poder civil. Porém, a instituição ainda estava preocupada com a recuperação de um outro tipo de poder, o simbólico. É o que abordaremos a seguir.

2. A MINUSTAH e a recuperação da imagem do Exército.

O poder simbólico é um dos conceitos-chave para melhor compreendermos como o resgate da imagem das Forças Armadas é uma preocupação da instituição ainda nos dias atuais. Para Pierre Bourdieu (2010, p. 7), esse poder está em toda a parte e ao mesmo tempo em parte alguma, uma vez que é um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Acreditamos que essa abordagem se encaixa perfeitamente com a situação das Forças Armadas atualmente, pois, além de perderem o mando político, sua imagem saiu manchada da ditadura, acarretando perda no seu poder simbólico.

Mas, ainda que permaneça um repúdio na sociedade pela ação dos militares sobretudo nos anos de chumbo, nos dias atuais, as Forças Armadas são consideradas uma instituição confiável. Em uma pesquisa feita pela Universidade de Vanderbilt, (ano base 2008), há a constatação de que, apesar dos regimes militares da América Latina, as Forças Armadas continuam a ser uma instituição

¹¹⁷ Decreto número 7438, de 11 de fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7438.htm

de confiança. Foram feitas pesquisas em 22 países do Hemisfério Ocidental, utilizando-se uma escala entre 1 e 7, significando 1 nenhuma confiança e 7 muita confiança. O Brasil ocupa a quarta posição no gráfico “Nível de Confiança nas Forças Armadas – 2008”, ficando atrás do Canadá, Estados Unidos e México¹¹⁸. Sua média é 68,4. A última posição é ocupada pela Argentina, com a média 36,3.

Para Oliveira (2009, p. 73), apesar de todas as dificuldades encontradas, as Forças Armadas brasileiras ainda possuem sim prestígio perante sua sociedade:

Uma pesquisa da Associação dos Magistrados Brasileiros constatou que, entre 17 instituições, as Forças Armadas se destacam com um nível de confiança de 79%, [ao passo que] outras duas instituições [de prestígio] estão na casa de 70 pontos percentuais – Igreja Católica (72%) e Polícia Federal (70%).

A discussão é, portanto, complexa. De um lado, está a confiabilidade nas Forças Armadas brasileiras enquanto instituição. De outro, há a repúdio pelo passado autoritário e por todas as ações praticadas pela ditadura. Esse quadro nos leva à confirmar nossa principal hipótese, aquela que delineou toda a pesquisa até este momento: a MINUSTAH tem sido um instrumento essencial para a reconstrução da imagem positiva do Exército brasileiro, seja por sua liderança na Missão ou pela exaltação do heroísmo de seus soldados. A missão cumpriu um papel de resgatar a imagem das Forças Armadas, fazendo com que a população enxergue um novo militar e não mais associe as Forças Armadas atuais com o autoritarismo, a tortura, e os assassinatos praticados pela ditadura.

Dizendo de outra forma, a MINUSTAH tem servido para recompor o poder simbólico das Forças Armadas, perdido com a ditadura militar. Tem sido, sem dúvida, o principal instrumento de redefinição e reconstrução da imagem das Forças Armadas brasileiras na atualidade, principalmente após o terremoto de 2010. Assim, colaborou para a construção de um novo perfil para os militares do Exército, cuja imagem se mantinha afetada pela ditadura. Porém, qual é a visão dos próprios militares a respeito de sua participação na MINUSTAH? Para isso, precisaremos perguntar primeiramente por que decidiram ser militares, para então discutirmos a missão em si, nos aspectos financeiros, profissionais, a cobertura da mídia e por fim a receptividade da sociedade brasileira em relação à presença do Exército no Haiti. Essas e outras questões foram respondidas por alguns oficiais do Exército brasileiro que participaram da MINUSTAH, em diferentes contingentes. Optamos por trabalhar somente com oficiais, na medida em que, como afirma Huntington (1996),

¹¹⁸ Fonte: Americas' Barometer Insights: 2009 (No.27). University of Vanderbilt. Disponível em <http://sitemason.vanderbilt.edu/files/iQW4iA/I0827Do%20you%20trust%20your%20Armed%20Forces.pdf> Nome da pesquisa: “Do you trust your Armed Forces?” Acesso em agosto de 2010.

os oficiais constituem o elemento dirigente da instituição, enquanto os praças representam os elos entre o comando e a tropa. Consideramos, portanto, que a fala institucional é expressa pela voz dos oficiais.

A seguir, analisaremos tais entrevistas e de que maneira as opiniões dos oficiais contribuem para um melhor entendimento do processo de reconstrução de seu papel, vivido atualmente pelas Forças Armadas brasileiras.

3. A visão dos militares do exército sobre a sua participação no Haiti

3.1 A entrada no campo

Após a leitura do livro “Antropologia dos militares – reflexões sobre pesquisas de campo” (Castro e Leiner, 2009) percebemos como a pesquisa de campo envolvendo o Exército pode ser demorada, pela necessária autorização por parte da Comunicação Social do Exército (CCOMSEx). Ainda no final de 2009 (antes da defesa do projeto de dissertação), nos preocupamos com o fato de ser necessária uma série de etapas que poderiam prejudicar todo o cronograma inicialmente pensado, por conta de uma possível demora (há casos relatados de trabalhos acadêmicos interrompidos ou mudanças de tema).

Temendo a demora de resposta por parte do Exército, fizemos o primeiro contato em dezembro de 2009, por meio do site da AMAN, pois esse era inicialmente o local onde a pesquisa seria realizada. A resposta foi rápida, e no e-mail a Tenente Adriana Dabés afirmou que, primeiramente, eu teria que entrar em contato com o Comando de Operações Terrestres (COTER), em Brasília. No COTER fui encaminhada ao Capitão Leoni, da Seção de Planejamento – Marketing Institucional do CCOMSEx. Após perguntar sobre da minha pesquisa, qual o meu interesse principal e quem eu era, o Capitão Leoni afirmou que o Exército não proíbe nem autoriza pesquisa alguma, somente fornece o parecer, favorável ou não. Quando falei do meu interesse na AMAN, ele indicou o local que achava mais propício para o tema, por conta de toda preparação e doutrinação dos contingentes que iriam para o Haiti: o Centro de Instruções de Operações de Paz (CI Op Paz), no Rio de Janeiro (lembrando que após junho de 2010 o nome foi alterado para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), e será assim que iremos nos referir daqui para frente). Aceitei a proposta e o Capitão solicitou que eu fizesse um ofício descrevendo todos os dados possíveis: quem eu era, o motivo de meu interesse pelo tema, o que eu estava de fato buscando e

por fim pedindo a autorização oficial. Com o importante auxílio de minha orientadora, redigi o ofício e enviei, aguardando o seu parecer. Sabia que aquele era um momento crucial para a pesquisa, pois se meu pedido fosse negado, teria que redirecionar o foco do meu mestrado. Porém, para minha surpresa, após treze dias a resposta chegou: eu estava autorizada a entrevistar não somente os militares da CCOPAB, mas também todos aqueles que se voluntariaram para a MINUSTAH, contanto que eu tivesse autorização de seus devidos comandantes. A recomendação era de que eu teria que entrar em contato com o Tenente-Coronel Caldas, subcomandante da CCOPAB a partir do dia 16 de janeiro de 2010. Porém, tínhamos outra surpresa: no dia 12 de janeiro o Haiti foi devastado por um terremoto, o que interferiu diretamente nos rumos da pesquisa, pela ampla cobertura da mídia e a necessidade de redefinição da presença brasileira na MINUSTAH por parte do Governo Federal, representado pelos ministros da Defesa, Nelson Jobim, e das relações exteriores, Celso Amorim.

Mesmo assim, mantive meu cronograma, entrando em contato com o Tenente-Coronel Caldas, que foi logo afirmando que a MINUSTAH seria dividida em antes e pós-terremoto, porque a situação mudara completamente. Pedi que eu acompanhasse as resenhas diárias do site do Exército e afirmou que eu poderia visitar a CCOPAB em dois momentos: ainda em janeiro, quando o assunto ainda estava em discussão na mídia, e depois repetir em fevereiro. Agendamos a visita, mas ela não foi realizada, devido a uma viagem de urgência do Tenente-Coronel a Brasília. Após uma semana insistindo para falar novamente com ele, foi necessário um novo agendamento. Porém, desta vez foi diferente – ele designou um oficial para que me instrísse sobre o cotidiano do Centro e todas as medidas necessárias para agendamento da minha visita, ou seja, seria aquele que me acompanharia dali pra frente. Li no livro anteriormente citado (*Antropologia dos militares*) que é comum que se designe o “oficial de ligação” para pesquisadores civis. Tive a impressão de que poderia ter passado por um teste no meu primeiro contato com o Tenente-Coronel, ou seja, se eu iria insistir na pesquisa mesmo após o noticiário sobre o Haiti ter diminuído.

Meu oficial de ligação foi o Capitão Rodrigues, instrutor do CCOPAB. Desde o primeiro contato ele demonstrou ser muito claro e objetivo, já agendando a visita para março de 2010. Não tivemos outro contato entre fevereiro e março, somente para a confirmação da visita, que ocorreu sem maiores problemas. O Capitão apenas instruiu que eu levasse um ofício com o aval de minha orientadora no dia da visita. Quando falei sobre a metodologia que eu iria utilizar, o Capitão foi logo concluindo que se tratava de uma pesquisa qualitativa, e demonstrou conhecimento sobre o

tema. O fato somente reafirmou a necessidade de uma maior preparação de minha parte para responder a qualquer pergunta sobre a pesquisa.

Ao chegar ao Centro, fui recebida pelo Capitão Rodrigues, que, sabendo de minha viagem relativamente longa, me recepcionou com um lanche. Entreguei meu questionário e o ofício de minha orientadora, ao que ele leu os principais pontos rapidamente e então me surpreendeu ao afirmar que o questionário era autoaplicável, portanto, não necessitava que eu os entrevistasse. Nesse rápido momento pensei em que atitude deveria tomar – se de alguma forma deveria refutar a decisão do Capitão. Optei por não causar um desconforto logo no início da visita e me calei, pois sabia que talvez nenhum argumento poderia modificar aquela decisão. Uma fala do Capitão me chamou a atenção neste momento: “O importante não é tanto o fato de serem oficiais, mas a capacidade de cada um”. Desconfiei, portanto, que ele iria me disponibilizar somente praças para a pesquisa, mas procurei me conter e me concentrar na conversa.

Durante toda a manhã o Capitão apresentou vídeos de treinamentos, slides que apresentavam a missão do Centro, discutiu alguns pontos da minha pesquisa e alguns conceitos a respeito da ONU, em português e inglês. Ressaltou que o CCOPAB se preocupava em transformar conhecimento em comportamento, adaptando os militares à lógica da ONU: “o militar chega verde e nós o pintamos de azul”. Explicou que o Centro visa instruir e preparar os treinadores das tropas, tendo o treinamento duração de seis meses. Baseia-se na doutrinação, na prática da operação em si (neste caso há diversas simulações de conflitos e negociações em várias línguas) e por fim o retorno dos treinadores para suas tropas a fim de aplicar e repassar o que aprenderam. Além do treinamento de contingentes, são treinados os futuros observadores militares, agentes de uma área desarmada e responsáveis por reportar à ONU se uma determinada área está segura. Seu treinamento tem base igual ao do contingente, porém os módulos são específicos e diferentes.

Durante o almoço, tive a oportunidade de conversar como o Capitão sobre sua carreira e como enxergava o papel das Forças Armadas atualmente. Ele afirmou que este papel está bem definido na Constituição, além de afirmar que a MINUSTAH em si não retrocedeu completamente, como reportado na mídia¹¹⁹, e que a situação atual possibilita uma maior flexibilidade para a reconstrução do país. Após o almoço, fui levada para uma sala com os meus “entrevistados”. Para minha grande surpresa, o Capitão havia me disponibilizado quatro praças e um oficial. Deixou-me “à vontade” com eles, afirmando que eu poderia acrescentar qualquer questão que sentisse

¹¹⁹ Segundo o General Floriano Peixoto, comandante militar da MINUSTAH, o terremoto fez o Haiti “retroceder a um estágio anterior ao da época da entrada da ONU, em 2004, em todos os seus aspectos: da infraestrutura, ao setor de saúde, da capacidade administrativa à segurança.” (O Globo, 18\01\2010).

necessidade. Ele me entregou os questionários e observei que dos cinco entrevistados, apenas dois se identificaram, uma vez que deixei claro que a pesquisa não visava revelar nomes. Um capitão, único oficial presente, ainda estava terminando de responder.

Na sala, senti um desconforto muito grande, pois interpretei pelas feições que os praças não se sentiam confortáveis em responder às perguntas na presença do oficial. Apesar de começar com perguntas leves, do tipo “quebra-gelo”, os praças não respondiam, ficavam de cabeça baixa e esperavam o oficial, que ainda estava terminando de escrever, tomar a palavra. Uma vez que o oficial dava sua opinião, eles também participavam, mas nunca discordando.

Os pontos mais comentados foram, sem dúvida, o papel das Forças Armadas atualmente e a MINUSTAH. O Capitão afirmou que quando alguém lhe pergunta o porquê das Forças Armadas ele responde: “Pra que seguro de carro?”, ou seja, as Forças Armadas têm o papel de defender a pátria em qualquer situação, e uma vez que cabe a elas o uso legítimo da força é necessário haver subordinação às políticas que lhes são impostas. Quanto à discussão sobre a pacificação de favelas ou a luta contra o narcotráfico, o Capitão afirmou que isso demonstra uma debilidade da Segurança Pública, mas que, se forem convocados, agirão para garantir a ordem. Enfim, repetiu um discurso institucional genérico sobre o cumprimento das missões para as quais são designados.

Um dos pontos mais sensíveis do questionário foi evidenciado pelo Capitão – a pergunta era como o entrevistado via a possibilidade de ser implantada uma democracia no Haiti. Ele afirmou que democracia significa anarquia para os haitianos, uma vez que eles relacionavam ditadura à ordem. “Para os haitianos”, afirmou o Capitão, “a culpa da situação atual é da democracia, pois nunca em tempo de *Papa Doc* ou *Baby Doc* se jogava lixo na rua (ou era exterminado); respeitava-se o mais idoso, por exemplo, no transporte coletivo (idem). Eles acham que a democracia permite tudo”.

Quanto ao prestígio perante a sociedade brasileira, todos afirmaram que essa discussão nem faz mais sentido, uma vez que já é provado, por pesquisas do IBOPE, que o Exército é uma das instituições mais confiáveis atualmente, tanto no que se refere à corrupção quanto à certeza de que se forem convocadas, as Forças Armadas irão defender os interesses da Pátria e de sua população.

Após essa breve conversa, encerramos a visita do dia. O oficial de ligação solicitou que eu tirasse uma foto com outro oficial para que fosse exposta no site a visita da “pesquisadora civil”, uma vez que uma das missões do Centro era promover a integração com o meio acadêmico. “Na verdade, não estou te fazendo nenhum favor, essa é nossa missão”. Antes de ir, fui me despedir e agradecer ao subcomandante, o Tenente-Coronel Caldas, que perguntou se eu tinha cumprido minha

missão. Com minha afirmativa, respondeu: “Então agora vê se nos ajuda”. Eu sorri, e agradei mais uma vez.

Demorou um pouco para eu conseguir entender tudo que havia acontecido naquele dia. De início fiquei tentando organizar meus pensamentos. Depois de um dia, compreendi que tive uma experiência muito interessante com meus “nativos”, e que, se me fosse disponibilizado tudo o que almejava inicialmente (entrevistar os oficiais pessoalmente), talvez não tivesse tanto sobre o que refletir a respeito de uma instituição baseada na hierarquia e na disciplina cega, e ainda sobre a tentativa de controle sobre o que é publicado sobre ela.

3.2 Análise das entrevistas

As entrevistas realizadas no CCOPAB foram as primeiras da pesquisa, e as únicas que me possibilitaram estar presente. As demais foram feitas via e-mail, porque os entrevistados pertenciam a diferentes unidades do Exército, como a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx).

Analisaremos cinco perguntas de nosso questionário autoaplicado:

Perguntas:

1. Por que decidiu ser militar?
2. Como a questão financeira pesou na escolha de participar da MINUSTAH?
3. De que forma a sua participação na MINUSTAH influenciou sua carreira?
4. Qual sua opinião sobre a cobertura que a imprensa brasileira deu à atuação da MINUSTAH no Haiti? O que pensa da cobertura especificamente sobre o Exército brasileiro?
5. Como definiria a recepção da sociedade brasileira em relação à presença do Exército no Haiti?

Das entrevistas realizadas, selecionamos os seguintes oficiais: um capitão do CCOPAB, um capitão da AMAN, uma Tenente da EsPCEEx e o capitão autor do livro “Combate de Paz”, Luciano Moreira. Nosso método será comparativo, a fim de verificar as visões e impressões de cada um sobre suas experiências. Faremos a transcrição das entrevistas exatamente como foram escritas pelos entrevistados.

Pergunta 1: Por que decidiu ser militar?

A intenção dessa pergunta era investigar primeiramente o que motivou os entrevistados a seguirem a carreira militar: estabilidade profissional, interesse pelo Exército ou mesmo influência familiar. Nosso primeiro entrevistado, o capitão da CCOPAB que está no Exército há dezoito anos, afirmou:

Desde criança sempre sonhei com os militares, principalmente os do Exército brasileiro. Gosto da atividade dinâmica dos militares e acredito que nós somos os grandes defensores dos valores cívicos e morais da sociedade.

O capitão Alexandre Lepri, da AMAN, que está no Exército há 11 anos, respondeu:

Por motivos vocacionais:

- atividades dinâmicas (viagens, instrução em campanha, diversidade de funções, etc)
- zelo pelo preparo físico (Treinamento Físico Militar)
- culto a valores (verdade, lealdade, probidade, culto aos símbolos nacionais, etc)

A Tenente da EsPCEEx, que está no Exército há seis anos, afirmou:

Em parte, por influência da minha irmã – que é da turma de 2001 do Quadro de Saúde da Polícia Militar do Rio de Janeiro; e também por ter tido forte contato com os valores cívicos durante meu curso do Ensino Fundamental, quando ainda tínhamos aulas de Educação Moral e Cívica.

O capitão Luciano Moreira, autor do livro *Combate de Paz* que está há doze anos no Exército afirmou:

Decidi tentar a carreira militar pois admirava as atividades militares inicialmente. Após ter passado no concurso, decidi continuar pois me envolvi com as atividades e a rotina de disciplina do Exército.

Pelas respostas da primeira pergunta podemos perceber a forte presença do discurso oficial da instituição. Todos se parecem com o tipo ideal de um militar do século XXI: vocacionado, apaixonado pela profissão e com valores morais essenciais para sua carreira. Talvez o discurso que menos exalta essa vocação natural seja o último, pois destaca somente as atividades diárias e a disciplina, ambas necessárias para a carreira no Exército.

Pergunta 2: Como a questão financeira pesou na escolha de participar da MINUSTAH?

O interesse dessa pergunta era investigar se a questão financeira foi primordial para a participação dos ex-combatentes da MINUSTAH. De acordo com o pronunciamento do ministro de Defesa Nelson Jobim à Comissão de Relações Exteriores em 09 de dezembro de 2009, os vencimentos para os voluntários da MINUSTAH são:

Graduação	Remuneração (US\$)
Oficial Superior	4.000
Capitão	3.250
Tenente	2.960
Subtenente\1º Sargento	2.700
2º\3º Sargento	2.400
Cabo\Soldado	972,00

De uma forma geral, os entrevistados afirmaram que a questão financeira não foi fundamental para sua participação na MINUSTAH. O capitão da CCOPAB afirmou: “muito pouco pensei na questão financeira.” O capitão da AMAN respondeu:

Serviu como um fator de despreocupação com a família que permaneceu no Brasil, pois com o salário fornecido pela ONU, essa teve mais facilidade para resolver eventuais problemas, e possibilitou que o militar que estava em missão de risco no Haiti focasse somente o seu trabalho diário.

A tenente da EsPCEX respondeu:

Não pesou muito, até porque o salário – apesar de ser praticamente dobrado – é gasto em viagens de arejamento em visita aos familiares no Brasil. No meu caso especificamente – assim como a maioria – retornei ao Brasil 2 das 3 vezes que tive dispensa, o que me fez gastar com passagens aéreas. Deu pra economizar alguma coisa, mas nada que pagasse o distanciamento que tive daqueles que amo.

Por fim, o capitão Luciano Moreira afirmou:

A questão financeira não pesou na decisão, pois minha realização era comandar meus soldados em situações reais. É claro que fiquei muito satisfeito com o dinheiro extra, e acho isso muito importante, mas dinheiro nenhum vale a pena o risco de morrer. Mesmo que esse valor fosse bem menor, eu ainda seria voluntário.

Pergunta 3: De que forma a sua participação na MINUSTAH influenciou sua carreira?

Após a pergunta sobre a questão financeira, achamos pertinente perguntar como a participação na MINUSTAH influenciou a carreira dos entrevistados, a fim de tentar entender o peso de uma missão desse porte na profissão militar. O capitão da CCOPAB respondeu:

Ela mudou minha forma de ver a participação dos civis em uma Operação de Paz. Lá trabalhei com assuntos civis e hoje sou um dos especialistas na área e por isso tive a oportunidade de ser selecionado para se o instrutor do Ci Op Paz.

O capitão da AMAN destaca o como a missão o auxiliou como profissional:

A missão me motivou profissionalmente, me tornou um militar mais aperfeiçoado capaz de atuar de maneira mais eficiente na preparação dos nossos soldados e, por conseguinte na defesa do Brasil.

Apesar de citar a contribuição profissional da missão para sua carreira, a tenente destaca outro aspecto que em sua visão foi importante:

Hoje, sou mais respeitada por aqueles que já fizeram parte de uma missão de paz e sabem do desprendimento que o militar tem que ter para abrir mão do convívio com a família, além de voltar com uma experiência profissional muito mais ampla, adquirida durante a missão.

O capitão Luciano Moreira, ao contrário dos entrevistados anteriores, afirmou que sua participação na MINUSTAH não influenciou sua carreira. Suas palavras foram:

Não acredito que minha participação na MINUSTAH tenha influencia alguma em minha carreira. Porém, acredito que ela mudou profundamente minha vida e a forma com que eu a vejo.

Ao nosso ver, a maioria das respostas demonstra a mudança no modo dos entrevistados enxergarem suas carreiras. A primeira resposta demonstra um novo aspecto até então desconhecida para o capitão da CCOPAB (que citou em sua entrevista a antiga denominação de CI Op Paz); a segunda destaca primordialmente o aperfeiçoamento do profissionalismo do capitão da AMAN; a terceira destaca um aspecto mais pessoal, para então abordar o profissionalismo; a resposta de

Luciano Moreira foi a nosso ver surpreendente ao afirmar que a MINUSTAH não tenha tido influência em sua carreira, mas que contribuiu somente a nível pessoal.

Pergunta 4: Qual sua opinião sobre a cobertura que a imprensa brasileira deu à atuação da MINUSTAH no Haiti? O que pensa da cobertura especificamente sobre o Exército brasileiro?

Essa pergunta foi uma das mais importantes de nossa entrevista. Ela serviu para medir a opinião dos militares sobre a cobertura da mídia após o terremoto de 2010. Como vimos no segundo capítulo, a cobertura da mídia brasileira sobre o evento foi intensa, e os militares brasileiros foram chamados de heróis, inclusive com exposição de seus perfis nas principais revistas e chamadas ao vivo pela televisão brasileira. Achamos interessante procurar entender o que o próprio militar, que participou da missão, achou de todas aquelas informações.

De acordo com o capitão da CCOPAB, a cobertura sobre a catástrofe não foi suficiente: “Mesmo após a catástrofe achei que a cobertura da imprensa foi fraca principalmente com relação às homenagens aos heróis brasileiros mortos no desastre”.

O capitão Alexandre Lepri afirmou:

A imprensa abordou de maneira muito positiva a atuação do Exército Brasileiro nas ações de socorro as vítimas do terremoto, e destacou como verdadeiros heróis os militares que morreram na ocasião. No período em que estive na missão recebi a incumbência de acompanhar, por inúmeras vezes, equipes de imprensa que vinham de diversas partes do mundo interessadas no trabalho que os brasileiros vinham desenvolvendo, só houve uma equipe do Brasil, um jornal do Rio Grande do Sul. Infelizmente foi necessário uma tragédia para que a imprensa brasileira desse atenção a esse excelente trabalho que vem sendo desenvolvido por brasileiros e que tem servido de referência para o mundo inteiro.

A tenente afirmou não ter acompanhado exaustivamente a cobertura da mídia brasileira:

Não acompanhei muito bem o foco da imprensa brasileira sobre a MINUSTAH. Mas o pouco que vi, me pareceu positivo. No entanto, as reportagens que pude acompanhar pessoalmente não retrataram o trabalho do Exército brasileiro em sua totalidade.

O capitão Luciano Moreira também não acredita que a cobertura da mídia brasileira tenha sido satisfatória:

Acredito que a imprensa não deu o valor devido à Minustah e à atuação do Exército Brasileiro. As conquistas nas favelas, já são referencia mundial com relação a operações

militares em ambiente urbano. O que o Brasil conseguiu foi algo respeitável. Por diversas vezes, recebi autoridades de outros países que queriam conhecer a forma e o segredo da tropa brasileira. Mal eles sabiam, que o segredo, além da competência profissional, era o próprio brasileiro. A imprensa nacional, ainda é muito dotada de preconceitos herdados dos períodos de censura impostos pela ditadura militar. Assim sendo, existe um certo receio em atribuir valor, força e importância às atividades do Exército.

De uma forma geral, todas as respostas nos surpreenderam. A nosso ver, a cobertura da mídia havia sido extensa, até mesmo por vezes cansativa por mostrar cenas tristes de mortos, dos sobreviventes nos hospitais improvisados ou mesmo por mostrar a situação devastada do país de uma forma geral. Talvez na opinião dos entrevistados o foco da cobertura tenha sido mais o desastre em si, e não a ação dos militares brasileiros, como gostariam que fosse.

Pergunta 5: Como definiria a recepção da sociedade brasileira em relação à presença do Exército no Haiti?

Essa última pergunta tem um aspecto fundamental para o entendimento da presença das tropas brasileiras na MINUSTAH, pois procura identificar como os próprios militares brasileiros enxergam a recepção da sociedade em relação à sua participação na MINUSTAH. Ela é uma das importantes fontes para verificarmos nossa hipótese principal, a de que a missão é um dos fatores essenciais para a recuperação da imagem do militar brasileiro na atualidade. O capitão da CCOPAB declarou:

Acho que nunca uma missão cumprida pelo Exército foi tão conhecida pela sociedade brasileira. Sinto que grande parcela da sociedade aprova o excelente trabalho que vem sendo feito pelas nossas tropas.

O capitão Alexandre Lepri afirmou:

A sociedade, em sua grande maioria, apoiou a presença do Exército no Haiti porém, alguns desinformados acreditam que o Brasil despende muitos recursos desconhecendo que a missão é quase que inteiramente custeada pela ONU.

A tenente da EsPCEX reafirma a importância da missão e aprofunda o debate sobre segurança pública:

As pessoas com quem tive contato se mostraram orgulhosas de terem militares brasileiros em tamanha projeção internacional, bem representando o Brasil no exterior. Sentem orgulho dos nossos soldados da paz, que – como disse anteriormente – abrem mão do

convívio com a família para servir a um povo que não tem mais ninguém que o faça por eles. Outros, no entanto, acham que o trabalho realizado no Haiti – o de controle de distúrbios e manutenção da paz – deveria ser empregado nas grandes cidades brasileiras, onde a população se sente refém da criminalidade. Por motivos constitucionais – que a maioria das pessoas desconhece – não seria tão simples empregar nossas tropas no Brasil.

Luciano Moreira chama atenção para o fato de que, em sua opinião, a sociedade brasileira ainda não tem a noção da importância da presença das tropas brasileiras no Haiti:

O povo brasileiro respeita, mas não sabe nada do trabalho das tropas no Haiti. Se soubessem, teriam o maior orgulho disso. Por isso escrevi o livro *Combate de Paz*, onde registro como foi duro e gratificante pacificar aquele país.

As respostas dos entrevistados variaram em relação à receptividade da sociedade brasileira à presença brasileira na MINUSTAH, havendo uma clara divergência de opinião entre o capitão da CCOPAB e Luciano Moreira. Não vemos problema em divergência de opiniões, elas somente demonstram como há uma forte subjetividade individual quando se trata de avaliar a MINUSTAH.

Devemos considerar que uma memória nunca é, por si só, individual, mas é tanto vivida quanto herdada (Bosi, 1994). Portanto, devemos compreender as entrevistas aqui analisadas não somente como uma experiência individual de cada entrevistado, mas é necessário considerar cada experiência como parte de um todo maior, com um objetivo em vista e com consequências não somente no nível particular, mas que envolve todo o mundo militar. Quando o indivíduo coloca sua farda, passa a pertencer a uma instituição que exige dele muito mais que uma jornada de trabalho. No próprio estatuto dos militares está previsto que o militar, mesmo inativo, deve permanecer comprometido com a disciplina e a hierarquia, que devem ser mantidos “em todas as circunstâncias da vida” (§ 3, artigo 14 do Estatuto dos Militares). Não sabemos até que ponto as entrevistas seguiram a lógica da memória coletiva/institucional, mas mesmo se fossem exclusivamente pessoais não seriam menos valiosas. Escutar a versão da história dos protagonistas de nosso objeto de estudo foi fundamental para refletir sobre a influência da MINUSTAH na visão que as Forças Armadas têm de si mesmo e do seu papel na sociedade.

De fato, o debate não se encerra aqui. Não se pode encerrar um assunto tão vasto e ainda com tantas contribuições para o meio acadêmico e para a sociedade brasileira. Acreditamos que já se foi o tempo em que estudar militares pudesse ser confundido com simpatia pelo autoritarismo ou pela ditadura militar. Compreender as Forças Armadas e sua utilização no cenário político é procurar entender como o Brasil pensa suas questões de Defesa, mas não somente isso. É uma questão muito mais ampla.

Considerações finais

Este trabalho certamente não se finda aqui. Ainda há muito a se refletir a respeito da presença brasileira na MINUSTAH, que se transformou em um grande aliado para as Forças Armadas brasileiras no geral, e para o Exército brasileiro, em um âmbito mais específico. Fazendo um retrospecto a respeito do que foi discutido durante o presente trabalho, percebemos como a tradição de intervenção do Exército nos processos políticos durante República brasileira de certa forma moldou as relações entre civis e militares durante o século XX. O Exército seria aquela instituição que deveria salvaguardar os interesses nacionais e, até onde se pensava, apoiar os governos civis eleitos, que melhor defenderiam os interesses nacionais. Com o golpe de 1964, no entanto, as Forças Armadas, tendo o Exército maior destaque, tomaram o poder político de fato, sob a justificativa de proteger o país do perigo comunista, o pior inimigo que uma democracia poderia temer naquele contexto. Essa intervenção direta, diferentemente das outras indiretas que ocorreram anteriormente, mudou profundamente a imagem das Forças Armadas brasileiras, tanto em relação à memória política dos cidadãos brasileiros quanto nas críticas da imprensa, já no processo de redemocratização.

Após a crise de identidade sofrida pelos militares nos primeiros governos civis (com destaque para o governo Collor de Mello), o principal desafio para a instituição militar era a recuperação de sua imagem e uma maior preocupação com os assuntos internos aos militares (orçamento para a defesa, salários, compra de armamentos) e também externos (projetos de lei referentes ao sistema de defesa no país, utilidade das Forças Armadas no regime democrático). Assim, para que houvesse uma clara discussão dos assuntos de defesa sem o sentimento de revanche ou desconfiança, era necessário superar o passado autoritário pelo qual o país passou.

Apesar de todos os desafios ainda existentes, tanto para as Forças Armadas quanto para a sociedade brasileira, que precisa virar essa página sem ressentimentos, nós possuímos uma visão otimista. O Brasil passou por importantes transformações no campo de defesa desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, e cada vez mais há uma separação entre o passado autoritário e as reivindicações das Forças Armadas atualmente. Esse, a nosso ver, é um ponto crucial de interpretação a respeito da recuperação da imagem do Exército brasileiro: tanto a imprensa quanto a opinião da sociedade em geral separam os militares de 1964-1985 daqueles que participam da MINUSTAH (2004-2011). Não há qualquer correlação entre aqueles e esses – são épocas históricas diferentes, o contexto mundial não é mais o mesmo, e principalmente: os militares que agiram

durante a ditadura militar já se encontram em sua maioria reformados. A maioria dos militares que participa da MINUSTAH são jovens em início de carreira. Por isso afirmamos que, após todas as fontes consultadas, percebemos que nossa hipótese na verdade foi confirmada: de fato, a MINUSTAH é um dos principais fatores de recuperação da imagem do Exército brasileiro na atualidade.

A confirmação de nossa hipótese não significa que o assunto esteja esgotado ou que os militares não se sintam ameaçados pelo atual processo de abertura dos porões da ditadura por meio da Comissão da Verdade, conforme discutido no primeiro capítulo. Mesmo que o processo de abertura, ainda na redemocratização, tenha sido ameno para os militares brasileiros, sem maiores retaliações e com uma anistia abrangente, ainda assim as Forças Armadas não esclarecem para a sociedade brasileira o que de fato ocorreu durante aquele terrível período. O assunto ainda permanece intragável para os militares, pois se assim não o fosse, não haveria ameaça de demissão dos comandantes militares quando da aprovação da comissão da verdade e repúdio a qualquer manifestação da mídia que queira relatar para a sociedade os casos desumanos referentes à ditadura. O fato da atual presidente do Brasil (2011) ser uma ex-militante de esquerda, torturada pelo regime ditatorial, nos mostra como a memória política que de fato permaneceu foi a da esquerda. Não há como negar que os militares perderam essa memória política, e qualquer ação que vise resgatar esse passado autoritário e arbitrário é uma derrota para a instituição.

Por isso, mais uma vez reafirmamos a importância da MINUSTAH para a instituição na atualidade no que se refere ao resgate de sua imagem: primeiramente, a missão não tem nenhuma relação com a ditadura militar ou o passado autoritário brasileiro, o que a torna um evento livre de ressentimentos e ao mesmo tempo inédito; em segundo lugar, é uma missão voltada para a manutenção da paz, de caráter humanitário. A missão está de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa ao afirmar que o Brasil é um país “pacífico por tradição e convicção” (END, p. 8), e por esse motivo evidencia um aspecto até então desconhecido pela maioria da sociedade brasileira. O terceiro motivo é que a MINUSTAH mostra para a sociedade brasileira que os militares possuem, sim, missão definida. Como vimos no terceiro capítulo, muito chegou a se discutir sobre que missões teriam as Forças Armadas brasileiras já que o perigo do comunismo não existia na nova ordem mundial. A MINUSTAH representa, portanto, uma alternativa viável para o uso das Forças Armadas nesta nova realidade, e, além disso, projeta o Brasil internacionalmente. Certamente esses três fatores não podem ser vistos como suficientes para evidenciar a importância da MINUSTAH

para a instituição, pois se deve considerar o presente tema com todas as suas nuances existentes, e não buscar uma versão unilateral de análise.

O que é preciso ter em mente é a peculiaridade da MINUSTAH. Não se pode comparar o caso haitiano com qualquer outro país que sofre intervenção da ONU em seu território. O Haiti é um país absolutamente falido, não possui o mínimo de estrutura política, econômica ou social. Estamos falando de um país que precisa ser restaurado em todos os sentidos, e todos os países da comunidade internacional que empreendem esforços para essa restauração possuem inegável protagonismo. O Brasil, além de fazer parte das forças de paz da ONU, possui o maior contingente de militares e a liderança militar. É, portanto, peça central da MINUSTAH.

Como dissemos no início dessa conclusão, ainda há muito que se considerar a respeito da MINUSTAH e a presença brasileira na missão, primeiro porque há outros enfoques que não pudemos aprofundar, e também porque a missão ainda está em andamento e sem previsão para o seu término. Pelo que se pôde perceber pelas imagens divulgadas após o terremoto de 2010, ainda há muito trabalho de reconstrução pela frente. Não se sabe bem ao certo até quando o Exército brasileiro irá colher os frutos dessa imagem positiva, mas uma coisa é certa: a MINUSTAH já provou ser a maior aliada da instituição na atualidade.

Referências Bibliográficas:

AQUINO, Rubim Santos Leão; LEMOS, Nivaldo Jesus Freitas; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. *História das sociedades americanas*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1990. pp. 131-137.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (prefaciador). *Brasil: nunca mais. Um relato para a história*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BEYHAUT, Gustavo e Hélène. *América Latina III . De la independência a la Segunda Guerra Mundial*. México: Siglo XXI, 1985.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembrança de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp. 73-91.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Gráfica do Senado, 1988.

_____. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____ e D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001.

_____ e LEIRNER, Piero (orgs). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de Identidade. O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record Editora, 2000.

COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

COSTA, Frederico Carlos Sá. *Doutrina de Segurança Nacional: uma genealogia*. Trabalho apresentado no 34º Encontro Anual da ANPOCS no Seminário Temático 12: Forças Armadas, Estado e Sociedade. Caxambu: MG, 2010.

_____. *Repensando Golbery*. Artigo publicado no site da Universidade Federal de Juiz de Fora, em 21 de março de 2006. Disponível em http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/index.php?option=com_content&task=view&id=642&Itemid=49

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Militares, democracia e desenvolvimento*: Brasil e América do Sul. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____; CASTRO, Celso (orgs). *Ernesto Geisel*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____; CASTRO, Celso. *Em nome da honra*. Brasília: Correio Brasiliense, 1996.

DAVIS, David Brion. *He Changed the New World*. *The New York Times Review of Books*, Nova York, v. 54, n. 9, 2007. Disponível em: <http://www.nybooks.com/articles/archives/2007/may/31/he-changed-the-new-world/> Acesso em março de 2011.

DIAMINT, Rut. *“El 2x9 una incipiente comunidad de seguridad em América Latina?”* Policy Paper n. 18, Friedrich Ebert Stiftung, Dezembro de 2007.

DONADIO, Marcela; TIBILLETI, Maria de la Paz (cood). *Atlas comparativo de la defensa en América Latina: edición 2008* – 1ª ed. – Buenos Aires: Ser en el 2000, 2008.

_____. *Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe: edición 2010* – 1ª ed. – Buenos Aires: RESDAL, 2010.

DOZER, Donald Marquand. *América latina: uma perspectiva histórica* Porto Alegre: Editora Globo, 1974.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 7ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FONTOURA, Paulo Roberto C. Tarrisse. *O Brasil e as Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 2005.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002ª.

GRATIUS, Susanne. *Brasil en las Americas: Una potencia regional pacificadora?*

Working Paper n 35, FRIDE, 2007. Disponível em <http://www.fride.org/eng/Publications/Publication.aspx?Item=1282> acesso em janeiro de 2011.

GRONDIN, Marcelo. *Haiti: cultura, poder e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1985 (Coleção Tudo é História, 104).

HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou material, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Marin Claret, 2004.

HOBBS, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

_____. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

HUMAN RIGHTS WATCH, *Human Rights Watch World Report 2006 – Haiti*, 18 de janeiro de 2006, Disponível em: <http://www.unhcr.org/refworld/docid/43cfae9916.html> Acesso em 14 de janeiro de 2011.

HUNTINGTON, Samuel. *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

JEAN-PIERRE, Jean Gardy. *Haiti, uma República do Vodou? Uma análise do lugar do Vodou na sociedade haitiana à luz da Constituição de 1987 e do Decreto de 2003*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP, 2009.

KONETZKE, Richard. *América Latina – II. La época colonial*. Coleção de História Universal. México: Siglo XXI, 1972.

KRASNER, Stephen D. *Sovereignty: Organized Hypocrisy*. Princenton New Jersey: University Press, 1999, p. 1-42.

LAGE, Lana e MIRANDA, Ana Paula – “*Da Polícia do Rei à Polícia do Cidadão*”. Revista de História da Biblioteca Nacional, ano3, nº25, out.,2007, pp.44-47.

LISÓN, Carlos Barrachina. *Libros Blancos de Defensa como un instrumento de reforma del sector*. II Congreso de Ciencia Política Latinoamericana. Universidad de Quintana Roo: México, 1 de octubre del 2004. Disponível em: <http://www.resdal.org/producciones-miembros/art-barrachina2.html#1>

McCANN, Frank D. *A Nação Armada – Ensaio sobre a História do Exército Brasileiro*. Recife: Guararapes, 1982.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Brasília: DF. Número 102, 1º semestre de 2008.

_____. *Brazilian Foreign Policy Handbook*. Brasília: FUNAG, 2008.

MOREIRA, Luciano. *Combate de paz*. São Paulo: Baraúna, 2010.

MURILLO PINTO, *A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo*. In: Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. P. 291-307

NEVES, Luis Felipe da Silva. *A Força Expedicionária Brasileira; uma perspectiva histórica*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, novembro de 1992.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*. São Paulo: Papirus, 1994.

_____. *Democracia e Defesa Nacional. A criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC*. São Paulo: Manole, 2005.

_____. *A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas*. Interesse Nacional, Abril/Junho 2009. pp-71-83. Disponível em <http://www.resdal.org/producciones-miembros/estrategia-nacional-defensa-eliezer-rizzo.pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta da Organização das Nações Unidas*. São Francisco: 26 de junho de 1945.

PETERS, Edward. *História da Tortura*. Lisboa: Ed. Teorema, s/d.

PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *A coluna Prestes*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

PRETO, Alessandra Falcão. *O Conceito de Diplomacia Presidencial: O Papel da Presidência da República na Formulação de Política Externa*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização*, Petrópoli: Vozes, 1979.

RUPPENTHAL, Tailon. *Um soldado brasileiro no Haiti. Depoimento a Ricardo Lísias*. São Paulo: Editora Globo, 2007.

SAINT-PIERRE, Héctor. *Reflexiones sobre la crisis haitiana*. In: Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe: edición 2010 – 1ª ed. – Buenos Aires: RESDAL, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. (ORG). *A Globalização e as Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2002. Cap. I, pp. 25-75.

SEITENFUS, Ricardo. *Haiti: A soberania dos ditadores*. Porto Alegre: Sólivos, 1994. Disponível em: http://www.brasilhaiti.com/arquivos/Haiti_Uma_historia_sui_generis_1.pdf Acesso em março de 2011.

_____. *De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Missões de Paz*, 2007. Disponível em: http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus_-_De_Suez_ao_Haiti.pdf Acesso em março de 2011.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Tradução Mário Salviano Silva. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STEPAN, Alfred. *Os militares na Política*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

_____. *Os militares: da abertura à Nova República*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

VERENHITACH, Gabriela Daou. *A MINUSTAH e a Política Externa Brasileira: motivações e consequências*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. Programa de pós-graduação em Integração Latino-Americana. Santa Maria, RS, 2008.

WEBER, Max. *A política como vocação*. In: Gerth & Mills. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1982.

Anexos

Separamos algumas fotos referentes à nossa pesquisa, aquelas que melhor expressam como o resgate da imagem do Exército foi possível pela presença brasileira na MINUSTAH.



Pesquisa de campo na CCOPAB



Soldado brasileiro no Haiti (contexto pré-terremoto)



Soldado brasileiro em ação social (contexto pré-terremoto)

Contexto pós-terremoto – Haiti, 12 de janeiro de 2010:



Haitianos desabrigados



Equipe do Corpo de Bombeiros do Brasil no Hotel Montana, Porto Príncipe



Soldados brasileiros nos escombros



Cerimônia da chegada dos corpos dos militares mortos no terremoto no Haiti



Autoridades na cerimônia da chegada dos corpos dos militares mortos no terremoto no Haiti

Ocupação do Complexo do Alemão pelas Forças Armadas – novembro de 2010



